



Departamento de Antropologia

A Invisibilidade Visível: entidades não governamentais
e estruturas informais de suporte a imigrantes indocumentados na
cidade de Lisboa

Cecília Menduni Luís

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Antropologia

Orientadora

Professora Doutora Antónia Pedroso de Lima
Professora Auxiliar do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro de 2015

Departamento de Antropologia

A Invisibilidade Visível: entidades não governamentais
e estruturas informais de suporte a imigrantes indocumentados na
cidade de Lisboa

Cecília Menduni Luís

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Antropologia

Orientadora

Professora Doutora Antónia Pedroso de Lima
Professora Auxiliar do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro de 2015

Esta tese resulta da investigação feita no âmbito do projeto “O Cuidado como fator de sustentabilidade em situações de crise”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia FCT PTDC/CS-ANT/117259/2010, IR Antónia Pedroso de Lima.

Resumo

O crescimento do desemprego e do trabalho precário, em Portugal, trouxeram como consequência, mudanças profundas no tecido social. Essas mudanças, refletem-se no aumento da cooperação em grupos, como família e amigos, ou através da interação entre os indivíduos e as instituições de apoio. Há também indicadores que revelam um crescimento de economias paralelas e redes informais de apoio, o mesmo é observado no grupo que constitui a imigração indocumentada. Ser indocumentado é viver num sistema dualista, a par com a legalidade, mas também beneficiando das redes de suporte.

Esta pesquisa teve início há quatro anos através do contacto com pessoas de comunidades imigrantes. Desde então, tenho vindo a perceber problemas que são comuns a todo o fenómeno da imigração. Nas narrativas das comunidades imigrantes a ilegalidade é a fonte de muitas limitações e desvantagens, que não são fatores positivos para a sua integração na sociedade portuguesa. Se o Estado não os suporta, quem o faz? E como? Como é que essas pessoas vivem?

Palavras chave: Imigração; indocumentados; cuidado; associações de imigrantes; informalidade; invisibilidade.

Abstract

The rise of unemployment and the precarization of work in Portugal have brought, as consequence, deep changes in the social fabric. These changes are reflected in the increase of the cooperation in groups like family and friends, or through the interaction between individuals and support institutions. There are also indicators that reveal a growth of parallel economies and informal networks of support. The same is observed in the group that constitutes the undocumented migrations. To be an undocumented is to live in a dualist system, together with legality, but also benefiting from networks of support.

This research began four years ago through the contact with people from immigrant communities. Since then I have come to realize problems that are common to the whole immigration phenomenon. In the narratives of the immigrant communities, illegality is the source of many limitations and disadvantages, which are not positive factors for their integration in the Portuguese society. If the State does not support them, who does? And how? How do these people live?

Keywords: Immigration; undocumented; care; immigrant associations; informality; invisibility.

Nota Prévia

Durante a licenciatura, fiquei interessada por muitas das áreas do curso de Antropologia que me foram apresentadas; mas existe uma que exerce um fascínio natural e que, em algum momento, se instala em alguns dos alunos - o multiculturalismo. Dirigidos para percursos e perspetivas que nos ampliam o raio de visão ou nos colocam as "lentes antropológicas" (como referia nas aulas um dos nossos professores da licenciatura em Antropologia¹, quando nos queria orientar para o seu ponto de vista), começamos a procurar os polos de multiculturalidade dentro da cidade de Lisboa, e assim acabamos por nos encontrar na Baixa, no Largo de S. Domingos, no Martim Moniz, nos Anjos, na freguesia de Arroios, na Morais Soares, entre outros locais de uma grande diversidade cultural.

Frequentava habitualmente o Martim Moniz, desde que se transformara num local de comércio de frutas e legumes exóticos, especiarias, roupas de algodão, bijuterias, *agarbathis* e *gadgets* diversos, e tinha por hábito ir às lojas de *kebabs* e aos restaurantes nepaleses ou chineses.

Sempre tive diversas interrogações sobre esta zona geográfica da cidade, para as quais não tinha resposta, mesmo conhecendo alguns dos comerciantes da zona em questão. Existia uma diversidade de pessoas que trajavam *batiks*, *saris*, *kaftans* ou *hijabs*, vindas de outras culturas, com outras histórias e realidades, e que tinham escolhido Portugal para imigrar. Perguntava-me: *quem são? Como vivem aqui em Lisboa, ou se adaptam, pessoas com culturas tão diametralmente opostas à nossa?* Assim, tentei perceber, na perspetiva antropológica, o que Sérgio Tréfaut documentou no filme "Os Lisboaetas" (2004).

Dei início ao uso das "lentes antropológicas" e decidi aproximar-me mais deste meio para o conhecer melhor e escrever para uma disciplina da licenciatura, tornando-me voluntária no Festival Todos - Caminhada de Culturas².

Deste modo, foi pela mão da Madalena Vitorino³ que consegui conhecer o bairro e ir onde habitualmente o meu percurso não me levava. Promovendo o evento⁴, iniciei contactos com pessoas de culturas diferentes e, por isso, também com diferentes formas de estar. Fiz uma imersão num mundo que não conhecia (porque observar de fora do bairro leva-nos a constatações e a construções, mas não a realidades, dado que a muitas só chegamos através da convivência no quotidiano). Na Mouraria,

¹ Professor Doutor Francisco Vaz da Silva.

² O Festival Todos - Caminhada de Culturas é um festival intercultural de arte contemporânea com periodicidade anual (que migra de bairro de três em três anos), realizado pelo GLEM - Gabinete Lisboa Encruzilhada de Mundos (sob a dependência da Câmara Municipal de Lisboa) e a Academia de Produtores Culturais. Este evento pretende, através das artes, cruzar grupos de todas as origens, promovendo o valor da interculturalidade.

³ Madalena Vitorino é coreografa e faz a conceção artística e a produção do Festival Todos - Caminhada de Culturas.

⁴ Ver foto n.º 16.

foram os próprios habitantes que me acompanharam e explicaram onde estavam os centros recreativos, as mesquitas, os melhores restaurantes, as associações, e as lojas onde podia comprar artigos de informática ou mesmo roupa e bijuteria. O bairro acolheu-me e integrou-me⁵. Por ter tido esse estímulo, a minha expectativa e interesse sobre o modo de vida dos imigrantes aumentou.

Pesquisei os grupos e associações noutros locais da cidade de Lisboa que tivessem como princípio a interculturalidade como via para a integração e onde os imigrantes tivessem presença. Fui convidada, por associações e colaboradores que sabiam do meu interesse pela área, para diversos eventos e encontros. Ouvi os imigrantes, os pareceres das associações, as ONG's (organizações não governamentais) e algumas instituições estatais. Conheci pessoas de diversificadas origens, com as quais troquei ideias sobre variados assuntos, e comecei a aperceber-me que havia uma questão que era comum entre todos os imigrantes: em algum momento nas conversas se abordavam as questões relacionadas com o facto de "ser imigrante", as suas consequências e as dificuldades encontradas. Era frequentemente verbalizada a necessidade de realizar agendamentos para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) ou para o Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI), o que era percebido por mim como uma situação desagradável pelo tom e expressão de desconforto que os meus interlocutores tinham ao abordar o assunto. Os discursos sobre integração referiam bastante a importância conferida aos amigos e conhecidos. Com este foco centrípeto, decidi tornar-me voluntária na Associação Solidariedade Imigrante, onde adquiri uma perspectiva mais completa sobre esta realidade, sobre as áreas de intervenção do Estado, e também sobre do papel social da associação junto deste grupo. Muitas vezes me questioneei sobre a pertinência dos meus argumentos em torno deste tema, mas acompanhei alguns percursos e, talvez por isso, de cada vez que alguém me ouça, refira que tenho uma tese "engajada". Se esta é uma tese "engajada"? Sim, talvez seja. São histórias de pessoas, processo de sobrevivência e tentativas de integração num mundo que espera por elas, que estas creem existir e pelo qual lutam todos os dias, mas que por vezes tarda a chegar.

Como em qualquer outra temática, também aqui os relatos podem terminar num final feliz. Espero que assim seja para todas as pessoas cujas vidas serviram de inspiração e base a esta dissertação.

⁵ Sarró e Lima referem a partilha de quotidianos e a integração no contexto como um dos eixos que definem o trabalho de campo (2006:18).

Índice

Nota Prévia	II
Introdução	1
Capítulo I - Marcas de Movimento	3
Fluxos e migrações	4
Lisboa Multicultural	6
O desconhecido	9
Imigração e Permanência em três períodos.....	11
Capítulo II - “Eu quero viver uma vida onde eu possa estar”	12
Um pedido de ajuda.....	17
A fé de Omar.....	23
Concetualizações sobre a imigração.....	24
Pós-colonialismo e identidade.....	26
Ter papéis.....	31
Ser pessoa.....	32
Capítulo III - A importância do cuidado como estratégia de sobrevivência para os imigrantes indocumentados na cidade de Lisboa - Cruzando redes com economia informal	33
A partilha de problemas: O cuidado como fator de proximidade, o seu caracter familiar e de cumplicidade	35
Redes em Lisboa	37
O antropólogo na rede	39
Sobre diferenças culturais e homogenia	40

Sobre relações sociais	41
A relação laboral e de cuidado.....	43
Rede de cuidado no âmbito familiar	45
Cuidado ou negócio?	46
A minha rede.....	47
Quando a rede não basta	49
Capítulo IV - A Invisibilidade Visível.....	51
O Sr. Singh	52
Sobre medos e receios	55
Em espaços públicos – estratos do caderno de campo	56
Capítulo V	64
A Associação Solidariedade Imigrante - Complementaridades entre instituições não formais e o Estado.....	64
Noções de proxémica e dicotomias de espaço	66
O papel dinâmico e funcional da associação	67
Festival ImigrArte um projeto para a visibilidade	68
Ter documentos	68
Direitos dos imigrantes.....	70
Imigrantes na Associação	72
Conclusão.....	77
Bibliografia	80
Outras referências	85
Filmografia	86
Fotografias.....	86

Índice de fotografias

Imagem 1 - Manifestação do 1.º de Maio	88
Imagem 2 - “Fotos sem cabeça”	88
Imagem 3 - “Igualdade e justiça	89
Imagem 4 - Sobre a criminalização dos imigrantes	90
Imagem 5 - Sobre a invisibilidade institucional	90
Imagem 6 – Associação presente na manifestação do 1.º de Maio	91
Imagem 7 - Simpatizantes e voluntários da Associação Solidariedade Imigrante	91
Imagem 8 – “todos somos gente”	92
Imagem 9 – Cartazes	93
Imagem 10 – Os agradecimentos ao SEF	93
Imagem 11 – A partilha do primeiro cartão nas redes sociais	94
Imagem 12 – Os agradecimentos a Deus	94
Imagem 13 – - Representação da Ucrânia no Festiva ImigrArte	95
Imagem 14 – Danças Tradicionais dos Manjacos (Federação das Associações de Imigrantes e amigos do sector da Calequisse)	95
Imagem 15–Batoto Yetu	96
Imagem 16 – Martim Moniz durante o Festival Todos	96

Introdução

A realização de (mais) uma tese sobre a cidade de Lisboa revela que, para este ponto geográfico, convergem muitos dos imigrantes que pretendem ficar em Portugal. Lisboa é um local de trânsito para outros pontos da Europa, assumindo um papel de plataforma giratória inserida nas redes transnacionais de imigrantes que aqui permanecem temporariamente ou acabam por fixar residência.

A questão dominante deste trabalho está relacionada com as estratégias de sobrevivência em situações de precaridade, tanto a nível laboral como legal, e com a relação de cuidado e suporte a que os imigrantes, que acabam por permanecer em Lisboa, podem recorrer durante o período em que se encontram indocumentados, sendo esta a questão central e o objetivo desta investigação. Procura-se ainda compreender os motivos mais frequentes que levam a que estas pessoas permaneçam indocumentadas durante mais tempo do que o previsto.

Esta tese propõe-se assim a realizar um levantamento sobre os quotidianos, a importância das redes locais e transnacionais de cuidado (e o papel estruturante que estes meios adquirem a diversos níveis: integração social, suporte económico, rede de contactos laborais, suporte habitacional e emocional (Douglas, 1986; Sardinha, 2010; Vianna, 2010), assim como o papel de suporte e integração por parte das entidades informais de apoio aos imigrantes.

A investigação em curso toma, como eixo de partida, um grupo homogéneo de pessoas de diversas origens geográficas numa perspetiva multidimensional e procede à análise de um problema comum e convergente em grande parte dos discursos proferidos (ser indocumentado e as suas consequências), não se focando numa comunidade em específico (Bastos, 1999; Batalha, 2008; Cachado, 2008; Challinor, 2012; Malheiros, 2007; Mapril, 2012; Rodrigues, 2008; Saraiva, 2011).

Constatei, durante a pesquisa, que as redes locais e transnacionais são elementos determinantes para a existência de fluxos, estabelecendo suporte a diversos níveis. Este facto revela que, na presença das mobilidades existentes com origem nos processos migratórios, a Antropologia seja obrigada a reposicionar-se perante a reconfiguração no método empírico de investigação na área das migrações. Os modelos teórico-metodológicos alteram-se, uma ideia corroborada por diversos autores, em virtude das transformações inerentes ao tipo de pesquisa, aos terrenos estudados e ao desenvolvimento tecnológico.

O antropólogo já não tem um terreno delimitado no conceito clássico do termo (Almeida, 2002; Brown, 1982; Geertz, 1973; Malinowski, 1992; O'Neill, 1984; Strauss, 2012) mas, pelo contrário, realiza etnografias em terrenos multi-situados (Challinor, 2012; Hannerz, 2003; Mapril, 2014; Marcus, 2005), transnacionais e virtuais. De acordo com os referências teórico-metodológicos de diversos autores, podemos referir também que o desenvolvimento tecnológico permite, na atualidade, que o contacto face a face seja substituído por (*Apps*); *Facebook*, *Whatsapp*, *Windows Live*, *Tumblr*, entre outras aplicações de redes sociais (Marcus, 2012; Schrooten, 2010). Esta alteração relaciona-se com o facto de habitar um mundo cada vez mais intersetado por fluxos e percursos migratórios (Allen, 2011; Appadurai, 1996; Baganha, 2004; Challinor, 2012; O'Rourke, 2000), não apenas a nível nacional, mas transnacional (Allen, 2011; Schiller, 1995), numa

reconfiguração que implica que os antropólogos da área das migrações tenham que seguir o movimento dos fluxos a nível nacional, transnacional e, cumulativamente, através das redes virtuais (Marcus, 2005).

Esta pesquisa, embora retrate diferentes percursos e experiências de homens e mulheres, não pretende realizar uma análise em torno das questões de género.

O trabalho de campo para este estudo teve início no ano de 2012 e foi levado a cabo em diversas zonas geográficas da cidade de Lisboa: Lumiar, Arroios, Anjos, Martim Moniz, e na Baixa da cidade, assumindo-se como uma pesquisa multi-situada (Marcus, 1995). Para a realização desta tese, foram contactados e entrevistados quinze imigrantes originários do Bangladesh, China, Senegal, Guiné-Conacri, Nepal, Brasil, Angola e Perú, com idades compreendidas entre os 25 e os 55 anos, sendo dez homens e cinco mulheres, que foram escolhidos pela disponibilidade demonstrada para participar nesta investigação e não por uma questão de representatividade.

A metodologia utilizada foi essencialmente qualitativa, centrando-se na observação participante e observação não participante, em conversa informais e entrevistas semi-estruturadas (que foram utilizadas como complemento para a criação de linhas de convergência entre os casos estudados) e apresenta a transcrição de alguns estratos do meu caderno de campo pela densidade de informação, colocando muitos dos discursos na primeira pessoa. A pesquisa documental, bibliográfica, fotografias e mapas complementam a etnografia.

Antes do início do trabalho com o grupo de pessoas em que se baseia esta tese, foram contactados outros imigrantes, que optaram por não ser interlocutores principais. A relutância na exposição não esteve relacionada com as estratégias de sobrevivência, mas com o processo de legalização que muitos destes ainda não haviam concluído ou mesmo iniciado. Depois de várias tentativas para começar a recolher depoimentos, alguns imigrantes foram pedindo para desistir, porque não queriam ser identificados, mesmo após serem informados do seu anonimato no processo. O estabelecimento do código de ética da American Anthropological Association, com o qual Cassell & Jacobs (*apud* Fedorak, 2008:10) justificam este procedimento, vai precisamente ao encontro da preservação da identidade dos intervenientes, o que não chega muitas das vezes para convencer alguém de que não vai ser identificado. Já numa fase posterior, alguns imigrantes deste primeiro grupo, com quem iniciei o trabalho, começaram a propor outros imigrantes que tinham interesse em abordar o assunto e vê-lo documentado e decidiram fazê-lo por considerarem que há pouca visibilidade no que concerne aos problemas com que se debate esta camada populacional, tanto a nível da relação que estabelecem com o Estado como nas consequências que a burocratização implica para a vida de cada um.

Na verdade, a história está repleta de “eras das migrações” – do estabelecimento das colónias gregas e das conquistas romanas, passando pelos impérios bizantino, árabe e otomano e pelos diversos impérios asiáticos, até às colonizações europeias e às migrações em grande escala do século XIX e de inícios e finais do século XX (Papademetriou 2008, XV).

Capítulo I - Marcas de Movimento

Podemos afirmar que, desde os primórdios da sua existência, o Homem viveu em constantes processos de mobilidade pelos mais diversos motivos. A demarcação constituída pelo aparecimento da agricultura (período associado ao sedentarismo) permitiu-lhe a aplicação do tempo livre em tarefas necessárias, desenvolvendo a sua criatividade e competências. Mas, mesmo integrado numa estrutura social e com uma cultura sedentária, manteve a necessidade de se deslocar por questões económicas, fosse para a aquisição de produtos, venda de excedentes ou simplesmente com o intuito de realizar trocas. Deste modo, não só estabeleceu rotas comerciais e percursos de acesso a outros locais, como aproveitou essas ocasiões para partilhar novas tecnologias e conhecimento através da interação cultural (Lévi-Strauss, 1952), o que deu origem a uma geografia humana, de grande riqueza etnográfica, e identificadora de modos de vida, mobilidades e fluxos migratórios (Appadurai, 1996:15; Sorre, 1943).

Mas porque se emigra? Emigrar não é um ato acessível a todos, constituindo-se como um processo que se materializa através da desilusão e da incapacidade de viver no seu próprio país, cumulativamente com a expectativa sobre o que o país de destino pode oferecer (Appadurai, 1996:19) e que, de acordo com Borjas, é um fenómeno que ocorre apenas quando é expectável obter um salário superior ao que se recebe na origem, num somatório com os custos de imigrar (2002:304). Na perspetiva de Jackson, a existência de emigrantes deve-se a conjunturas desfavoráveis diretamente relacionadas com fatores que podem ser económicos, sociais ou políticos, e como processos que implicam a alteração do projeto inicial de vida (1991). Jackson torna esta caracterização difusa, pois um imigrante não pode ser confundido com um refugiado, existe um carácter distintivo entre ambos. Os imigrantes económicos procuram uma melhoria de vida e escolhem quando querem sair dos seus países, enquanto os refugiados são obrigados a migrações forçadas, com fugas imediatas de situações de conflito, guerras e perseguições que são fundamentadas por regimes políticos, religiosos ou étnicos. Englobar as conjunturas políticas como fator de saída na imigração económica é incorreto, apesar de ambas serem situações presentes, pois estas possuem enquadramentos diferentes.

Salvaguardando estas diferenças, observam-se os constantes processos de deslocação em torno do globo, o que, num sentido analítico, se apresentam como uma realidade que não é desconhecida, mas, que obedece antes a motivações que se vão reconfigurando ao longo da História. Para a imigração económica, podem ser considerados atualmente fatores de mobilidade, o desenvolvimento tecnológico e a maior facilidade nas deslocações. Basta ler a descrição de Lévi-Strauss (1941:19) sobre a sua viagem ao Brasil, na primeira metade do século XX, e compará-la com a facilidade e qualidade hoje

existente em qualquer simples viagem para se compreender inclusivamente um dos motivos do transnacionalismo (Schiller, 1995:7).

O termo *imigrante*⁶, embora tenha étimo no latim, começou a ser mais utilizado durante a Revolução Industrial no século XIX, como caracterizador da população que se deslocava por questões económicas. Jackson aplica-lhe a seguinte definição: *aquele que se desloca para outro país e aí permanece* (1991:2). Basch (1995) já estabelece uma diferença entre dois conceitos, o de migrante e o de imigrante, e considera que o imigrante *vem para ficar* e que o migrante, pelo contrário, é um trabalhador temporário que tanto pode trabalhar num país como se pode deslocar para outro. Assim, na perspetiva de Basch existe uma mobilidade nos migrantes que os imigrantes não possuem (1995:4), um modelo que, dadas as características da população que emigra atualmente, tem enquadramento apenas para o subgrupo de menores recursos, por quem optou por fazer reunificações familiares ou se estabeleceu, e que, em consequência disso, perdeu a mobilidade.

Schiller (1995) também estabelece uma definição sobre este novo modelo de mobilidade que trouxe à História da Imigração uma nova perspetiva que não se consubstancia na fixação da imigração referida por Jackson (1991) ou apenas na mobilidade dos migrantes: a autora engloba no termo “transnacional” o sentido de mobilidade, de migração, em conceções muito mais abrangentes, ao considerar que estes processos de deslocação envolvem não só os locais de permanência presentes como integram também os locais de imigração anteriores e o próprio país de origem, ou seja, uma multiplicidade de territórios.

Fluxos e migrações

Não pretendo proceder a um levantamento exaustivo da História, mas apresento um enquadramento sobre os fluxos mais representativos do século XX na Europa para introduzir o tema que me propus estudar.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Europa tornou-se um grande recetor de imigrantes. As necessidades de reconstrução dos países diretamente envolvidos nos conflitos e o rápido crescimento económico favoreceram a mobilidade de grupos de trabalhadores. A oferta encontrava-se condicionada ao tipo de tarefas, grande parte das vezes distintas das realizadas pelos nacionais, em áreas como a indústria automóvel, construção civil ou em empreitadas de obras públicas (Batalha, 2008:34). Os novos trabalhadores auferiam remunerações inferiores, o que se estabeleceu como uma marca distintiva entre nacionais e imigrantes na Europa. A mão-de-obra estrangeira trazia diversos benefícios, como não pertencer a unidades sindicais, receber salários mais baixos e pagar contribuições ao Estado. A sua presença proporcionava o aumento da produção e simultaneamente controlava a inflação e a

⁶ Imigrante - Adj. e s. 2 gén. que ou pessoa que imigra. Cf. emigrante. (do lat. Immigrante -, «id.», part. pres. de immigrare, «imigrar; entrar em»).

Imigrar – v. intr. entrar num país estranho a fim de nele se estabelecer. Cf. emigrar. (Do latim immigrare, «entrar em; imigrar»).

subida dos salários. A Alemanha, por exemplo, apelidava estes imigrantes de “guestworkers⁷” (Herbert, 1986:212; Pamwell, 1993:59), um conceito que os categorizava como trabalhadores que permaneceriam durante um tempo no país, aumentando a produção, mas que depois voltariam à sua origem, o que, como foi referido acima, vai ao encontro da perspectiva de Schiller (1995) quando aplica o termo “migrantes”. O termo “guestworkers” trazia, para além da designação, uma mensagem subliminar e simbólica, “convidados para trabalhar, mas não para ficar”, o que não se veio a verificar com grande parte destes imigrantes que se radicaram na Alemanha.

Foi com a desaceleração do crescimento económico que as políticas de imigração se tornaram mais restritivas, o que se tornou visível na década de setenta. A guerra Israelo-Árabe de Yom Kippur (1973) e o conflito entre o Irão e o Iraque (1979) desencadearam a subida do petróleo, o que reduziu consideravelmente o consumo, e que, em correlação, diminuiu a necessidade de mão-de-obra. Os primeiros a sentir esse impacto foram os imigrantes com o decréscimo de oportunidades de emprego. Em simultâneo, com esta situação também se deslocizaram grandes empresas para outros continentes, aproveitando a complementaridade entre leis ambientais menos restritivas e um custo de mão-de-obra mais baixo. A economia europeia era atingida por um período desfavorável, ficando com excesso de recursos humanos para os postos a ocupar. Muitos dos imigrantes foram perdendo os seus postos de trabalho, mas não abandonaram os países para onde tinham emigrado e onde estavam integrados com as suas famílias. Para resolver os problemas com que se deparavam na altura, aceitavam as propostas de trabalho que lhes surgiam, e que eram constituídas por tarefas mal remuneradas e que mais uma vez não eram procuradas pelos nacionais dos países (Strange, 1998:115).

Já em Portugal, no período do Estado Novo, e até meados dos anos setenta, o saldo migratório era negativo, o que era justificado pelo maior número de saídas que de entradas (Fonseca, 2003; Oliveira, 846:2007), pois havia portugueses nas colónias e emigrantes dispersos pela Europa, cujos países recetores maioritários eram a França e a Alemanha e, a nível extraeuropeu, a Venezuela, a África do Sul, os E.U.A. e o Brasil (Santos, 17:2009). Este saldo negativo criava a necessidade de trazer mão-de-obra de outros países, já que esta não existia em número suficiente para as empreitadas em curso: obras públicas, para a construção do metropolitano de Lisboa e construção civil. Assim, também em Portugal existiram *trabalhadores convidados*, o nome pela qual era referenciado o vasto grupo de imigrantes cabo-verdianos (Gois, 2008:33; Malheiros, 1999:169) que veio trabalhar nas obras públicas. Estas terminologias associadas à temporalidade evocam um trabalho de curta duração, o acréscimo e a necessidade pontual de recursos humanos, mas não o carácter de continuidade e a permanência, tal como no exemplo apresentado no parágrafo anterior sobre a Alemanha. Em Portugal, posteriormente à chegada dos *trabalhadores convidados* surgem os refugiados que fixam residência em Portugal (Santos, 19:2009) e juntam-se a estes os imigrantes e retornados, reconfigurando o saldo migratório. Nos anos oitenta, Portugal torna-se recetor de uma imigração com formação superior constituída por brasileiros e europeus. Nos anos noventa, Portugal continuará a ser recetor de fluxos de imigração dos

⁷ Trabalhadores convidados.

PALOP, cumulativamente com imigração indiana, chinesa, senegalesa, brasileira e congolesa. A formação escolar deste último grupo é menor, o que tem como consequência a ocupação de postos de trabalho indiferenciados, mais precários e com remunerações menores (Piketty; 2015:77), em contraste direto com a imigração europeia, mais profissionalizada e com uma formação que lhe facilita a inserção num mercado de trabalho melhor remunerado (2015:80). Anexa-se ainda a este grupo, uma outra franja distinta, de carácter não sazonal, que se instala maioritariamente no Algarve, e que não se integra na imigração económica: os reformados britânicos, alemães e holandeses (Maxwell, 18:1985). Atualmente, os grupos maioritários são constituídos por brasileiros, cabo-verdianos e ucranianos, embora, como se pode observar nos dados estatísticos descritos abaixo, exista um grupo bastante heterogéneo de imigrantes em Portugal.

Lisboa Multicultural

Lisboa é uma cidade de características multiculturais, o que é observável nos diversos bairros que a compõem, sendo atualmente um ponto convergente de culturas e de diálogos interculturais, onde habitam imigrantes de 142 nacionalidades diferentes (dados dos últimos Censos de 2011). As áreas, onde a presença da imigração é mais visível, situam-se nas freguesias de Arroios, Lumiar e na Baixa da cidade, mas também em outros pontos da cidade de Lisboa podem ser encontradas polarizações de imigrantes com uma maior ou menor expressão. O motivo de confluência da população imigrante tendencialmente para as grandes cidades faz-se devido à proximidade às suas comunidades e pela necessidade de estabelecer uma rede de contactos com outros imigrantes, falantes da mesma língua e com a mesma origem geográfica, numa noção de pertença cultural e étnica. É também na cidade que têm a sua primeira experiência de trabalho, mesmo que depois migrem para outras regiões do país ou que façam de Lisboa uma plataforma giratória.

Lisboa possui, com base nos últimos dados do SEFSTAT (Portal de Estatística do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), datados de 2014, 176.927 imigrantes regularizados (contabilizados de acordo com o título de residência). O grupo mais representativo é constituído pela comunidade brasileira (22%), seguido, numa escala decrescente, pelas comunidades de Cabo-Verde (10%), Ucrânia (10%) Roménia (8%), China (5%), Angola (5%), Guiné-Bissau (5%), Reino Unido (4%), S. Tomé e Príncipe (3%) e Espanha (2%), dissolvendo-se os restantes grupos de imigrantes (menos representativos e com outras origens geográficas) nos outros 26%. Os 176.927 imigrantes, contabilizados pelo SEFSTAT, correspondem também ao número apresentado pelo *Plano Municipal para a Integração de Imigrantes em Lisboa*, elaborado pela Câmara Municipal de Lisboa (que foi apresentado no corrente ano), não existindo um registo do número de indocumentados. Dentro destes dados, deve ser referido que, de acordo com a caracterização fornecida pelo SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) à CML (Câmara Municipal de Lisboa), é notória, na cidade de Lisboa, uma população imigrante sobre-masculinizada, com origem na entrada de imigrantes da Índia, Nepal e Bangladesh, o que se encontra diretamente relacionado com a idade destes grupos (jovens adultos),

que procuram primeiro adquirir o "estatuto de adulto" (Mapril, 2007) e consolidar um projeto de vida para depois voltarem ao país de origem e aí constituírem família.

Quando iniciei a minha pesquisa em 2012, já conhecia os locais que considerava preponderantes para a etnografia que iria dar origem a esta tese. Tinha por hábito explorar os bairros da cidade, encontrando novas lojas, entabulando conversa com os lojistas e adquirindo os seus produtos. Assim, aprendi onde tomar na cidade o melhor *tchai* (chá com leite e especiarias indiano), onde comprar produtos importados do Reino Unido ou mesmo reparar um telemóvel.

Para situar os leitores desta tese, procedo em seguida, a uma caracterização do espaço urbano, contextualizando os meios onde estive em trabalho de terreno(s), não integrando aqui a freguesia do Lumiar porque, como se pode observar no contexto etnográfico, este local fez apenas parte do núcleo residencial de alguns dos imigrantes com quem trabalhei.

A Avenida Almirante Reis tem aproximadamente dois quilómetros: inicia-se na Praça Sá Carneiro, mais conhecida por Praça do Areeiro, e termina na rua da Palma, perto do Largo Martim Moniz. É caracterizada pela "gradação" que têm início na Praça do Areeiro e se pode observar ao longo da avenida, em termos económicos e socioculturais. Quem realiza o percurso inverso, do Martim Moniz para o Areeiro, encontra, no início da avenida, um tipo de construção mais antiga (sendo algumas das casas ainda de quatro águas, mais modestas e mais pequenas, sem restauro e algumas ainda sem casas de banho). Os quarteirões mais recentes estão situados mais perto da Praça Sá Carneiro. Este elemento é uma condicionante para a população que habita ao longo da avenida e que se distribui de acordo com a sua capacidade económica, ficando os mais abastados na zona delimitada entre a Cervejaria Portugália, perto da Praça do Chile, e o Areeiro, e os de menor rendimento, nas casas mais antigas na descida da avenida até à rua da Palma. Quando chegamos à Praça do Chile, percebemos que transpusemos um marco, o que se pode observar no modo de vestir (mais modesto), no modo de falar, e no tipo de artigos que se adquirem no comércio local (este também completamente diferente do encontrado no troço anterior): aqui proliferam lojas de chineses, que se dedicam ao comércio de roupa e sapatos, artigos para o lar ou mesmo frutas e legumes (um ramo cada vez com maior expansão).

Do Jardim Constantino, chegam à avenida os sem-abrigo do Leste, grande parte destes com processos de alcoolismo grave, causados pela miséria com origem na falta de emprego, e pela incapacidade de regressar aos seus países, devido à destruturação em que se encontram.

Nestes quarteirões, existe também um tipo de comércio mais antigo: as lojas de móveis da comunidade ismaelita, que polvilham a avenida até à rua da Palma, assim como as lojas de telemóveis, de venda de cartões para chamadas para o estrangeiro e serviços de internet dos bangladeshianos, ou de roupas (que este grupo compra, a par com a comunidade cigana e os imigrantes chineses, nas lojas de revenda de Porto Salvo, na Zona Industrial de Chelas ou na Mouraria, a preços muito baixos). A restauração também é diversificada. Junto à Igreja dos Anjos, existe uma casa de kebabs, a Turkish Kebab House (que foi em tempos uma loja de

artigos de decoração importados da Turquia, onde podiam ser adquiridos tapetes, candeeiros, amuletos - os olhos turcos -, ou defumadores e cachimbos de água). Outro negócio, que teve expansão nesta avenida, foram as lojas de produtos brasileiros para o cabelo e unhas (vernizes, escovas, cremes, máscaras capilares). Todas estas lojas andam a par com o comércio português: pastelarias, lojas de produtos de baixo custo ou atalhados.

Em torno da igreja dos Anjos, estão imigrantes de Leste, portugueses, pessoas de origem africana. Aqui também há problemas de álcool e pequeno tráfico. Alguns esperam a abertura da "Sopa dos Pobres"- o refeitório dos Anjos que recebe pessoas com diversas origens. Algumas permanecem na zona durante o dia à espera da refeição seguinte(...), (Luís, 2012).

As cantinas sociais recebem hoje também um número considerável de imigrantes desempregados, embora, nas questões que coloquei sobre este assunto a pessoas integradas em grupos de imigração específicos, me tenham referido que não as frequentam ou que não são frequentadas por elementos das suas comunidades.

Em toda a zona se percebe a existência de diversidade cultural, seja pelas roupas nos estendais das ruas adjacentes, pela publicidade das lojas ao longo da avenida ou mesmo pelos cheiros exóticos que saem dos restaurantes. Surgem lojas de conveniência no mesmo modelo de localização geográfica das lojas chinesas, mas com menor dimensão, que são propriedade de *bangladeshis* ou de imigrantes do Punjab e que se encontram abertas num horário mais alargado (Mapril, 2008:247). Estamos perante um mercado globalizado, que criou um acesso mais generalizado a produtos importados e que permite encontrar, na cidade de Lisboa, roupas de algodão indiano, bijuterias, *batiks*, calçado, especiarias, chás, artesanato ou produtos alimentares de outros pontos do globo, a preços acessíveis, o que reverte a favor da cidade pela dinamização de espaços há muito fechados.

Observa-se, principalmente nos supermercados chineses e indianos, o crescimento de clientes ocidentais que, vindos de outros pontos de Lisboa, procuram alguns bens alimentares considerados exóticos no mercado comum: algas, *vermicellis*, cogumelos, molhos, arroz e especiarias, entre outros. Os cabeleireiros, os espaços de massagem e de medicinas alternativas também já não são apenas vocacionados para a comunidade, mas comportam novos grupos de clientes. Assim, a Mouraria é atualmente um local constituído por territórios identitários, composta por diversas "camadas", construídas pela componente social e económica que serve cada uma das comunidades em permanência e em circulação no bairro.

O processo de gentrificação deu origem a uma "abertura" da Mouraria a novas culturas urbanas e a modos diferentes de usufruto de espaços, o que é visível no Largo do Intendente, e nas ruas adjacentes. Os cafés, restaurantes étnicos e os quiosques da Cozinha de Fusão do Martim Moniz tornaram-se num ponto de encontro e de descontração para quem chega trazido pela curiosidade e vontade de conhecer outras formas de estar e outros consumos. A Câmara Municipal de Lisboa procurou resolver o estigma associado a este ponto da cidade, através do Programa de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria que, em parceria com os projetos de desenvolvimento local e comunitário, assumiu um papel preponderante para a visibilidade do bairro. Grande parte dos projetos empreendidos nesta área são

atualmente procurados pelos habitantes da cidade, tais como a Cozinha Comunitária da Mouraria, o Largo Café Estúdio, a Casa Independente, a Casa da Achada, a Associação Renovar a Mouraria. Para esta visibilidade também contribuíram as semanas temáticas, organizadas pela Junta de Freguesia de Arroios, que mobilizam as diversas comunidades que compõem a freguesia. Assim, reconfigurou-se um espaço urbano, abrindo-o ao restante da cidade (e não só aos habitantes do bairro), como por exemplo aos estrangeiros de visita que podem atualmente ser vistos a circular nessa zona.

O desconhecido

Os imigrantes são sempre inseridos em categorias, como refere Machillot (2012), devido às características distintivas dos outros cidadãos, por virem de outros lugares e serem estrangeiros, mas também por possuírem outras culturas, consequentemente outros hábitos e, por vezes, se expressarem noutras línguas. Também a religião ou modo de vestir podem ser fatores de demarcação pelas sociedades de acolhimento e mesmo entre grupos com origens diferentes. Mas é de referir que, se até meados do século XX, as políticas públicas defendiam que os imigrantes deveriam entrar num processo de assimilação, como refere Gilroy (2007) ou Goldberg (1994), e integrar-se na cultura do país para onde se deslocavam, hoje, esse processo sofreu uma inversão pela via da multiculturalidade, apostando-se cada vez mais na defesa, na confluência, articulação das diferenças e na construção de identidades sociais (Appadurai, 1996), evocando sempre as diferenças culturais e o respeito pelas mesmas como modelos de suporte à integração. Como refere Machado, *os migrantes tendem a agregar-se em populações diferenciadas, em termos de origem nacional, etnicidade, perfis socioprofissionais, entre outras propriedades* (2008:12). Esta situação altera-se quando os diversos agentes se envolvem em diálogos interculturais na procura de soluções e de entendimento sobre políticas de imigração e processos de integração, questões que são presentes no quotidiano de todos os envolvidos, e que se revelam como sendo um impedimento à prossecução das suas vidas, tanto a nível profissional, como de formação ou mesmo de direitos de cidadania.

Barth (1969) e Appadurai (1996) referem que a nação é um espaço de identidade e que possui elementos comuns que são partilhados por todos. Assim, e de acordo com estas características de unidade, ser imigrante (como referi) traz consigo a ideia de ser diferente, num discurso exacerbado sobre as diferenças culturais e linguísticas, o que muito frequentemente não se constitui como um processo facilitador dos processos de integração. Para Berting, a construção da identidade coletiva faz-se em oposição a uma imagem - a do outro -, (2006) um estereótipo que se consubstancia no pensamento coletivo, como refere Machillot, (2012), e que materializa um grupo com características identitárias comuns, revelando uma ordem sociopsicológica que origina a inclusão, identificação do grupo, a alterização e a consequente exclusão de outros atores sociais pela diferença a esse mesmo grupo (Boëtsch *et al*, 2001:17).

Sobre este tema, percebi, durante o trabalho de campo, que os discursos antagónicos de suporte à imigração são constantes, seja em contextos de terreno ou em conversa com amigos e conhecidos.

Existe um discurso dualista e diferentes conceptualizações por parte dos portugueses sobre o que é ser imigrante, como deve viver o imigrante, e o que é viver imigrado em Lisboa. Compreendi que os imigrantes são alvos do etnocentrismo, de estereótipos e de constantes construções de alteridade, o que está associado ao medo do desconhecido - do "outro"-, e também alvos de exclusão social, categorização e sujeição a uma hierarquia de valor, de acordo com a pertença geográfica. Este facto foi constatado maioritariamente através dos discursos da população portuguesa mais velha e está associado à existência de uma História de colonialismo ainda presente nos imaginários conceptuais (Henriques, 2013:10; Maxwell, 1985:541). Os processos de independência, principalmente em África, reforçam discursos envoltos em negação que se consubstanciam na perda dos projetos de vida por parte dos portugueses, e no corte abrupto a referenciais associados a um modelo que se supunha previamente ter um carácter de continuidade - um futuro. Procede-se, dentro deste contexto, também à criminalização do indocumentado, sujeitando-o à integração numa categoria envolta em estigmas que comporta consequências sociais, jurídicas e políticas.

Esta categorização negativa e o enquadramento em estereótipos, como se constata na História, acentua-se em períodos de crise (Fonseca, 2007), condenando os imigrantes pelo estado económico do país de acolhimento, situação essa muitas vezes, corroborada por informações jornalísticas e pela mediatização de incidentes que não decorrem do facto de serem imigrantes em concreto, mas de um problema presente – a exclusão social, resultante do desenraizamento e da carência económica (Appadurai, 1996). Esta mediatização e os moldes de construção imagética de hiper-realidades⁸ (Barthes, 1984:174) no trabalho jornalístico influenciam pareceres que propiciam a que a sociedade vigie também esses grupos e coloque de um modo indiscriminado o seu estigma sobre eles, forçando ao aumento dos *controles judiciais e policiais que vigiam a sociedade*, como refere Foucault (1999:237), o que de acordo com esta franja populacional estimula ainda mais a segregação (Piketty, 2015:80) e o sentimento de afastamento. Ao contrário do que refere Hacking (1995), não existe, neste grupo, a adoção e o enquadramento em comportamentos expectáveis pelos agentes (que sejam inerentes à categorização e ao estereótipo que ser indocumentado comporta). Os imigrantes indocumentados não se reveem nas construções de alteridade propostas e, pelo contrário, existe uma demarcação e a ambição de alterar a categoria de indocumentado para documentado, não só por questões pessoais e profissionais. Os seus discursos sobre a legalidade pretendem contrariar também os olhares críticos destes agentes categorizadores ao procurar um estatuto de maior cidadania e igualdade⁹, o que não se passa só com a imigração económica recente, mas também com segundas e terceiras gerações dos PALOP (Países Oficiais de Língua Portuguesa).

⁸ “O que toda uma sociedade procura, ao continuar a produzir e reproduzir, é ressuscitar o real que lhe escapa. É por isso que esta produção «material» é hoje, ela própria hiper-real. Ela conserva todas as características do discurso da produção tradicional, mas não é mais que que a sua refração desmultiplicada” (Baudrillard, 1981:34).

⁹ Sobre a criminalização ver em anexo as fotografias dos cartazes das manifestações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, realizadas pela Associação Solidariedade Imigrante.

Imigração e Permanência em três períodos

Ficou comprovado no terreno que a expectativa para os imigrantes económicos é sempre elevada, mas, o que se observa, é que a realidade nem sempre corresponde ao imaginário de “vida perfeita”. Com base nas respostas que o terreno me trouxe, construí uma linha cronológica, demarcada por três períodos, onde delimito a expectativa, coincidente com a chegada (ainda dentro do período de vigência do Visto Turístico), um segundo período intermédio que comporta a permanência/fase de indocumentado e finalmente a chegada à regularização ou estado de documentado/legalizado. O período de trânsito, entre o Visto Turístico e a chegada a documentado, é o que incorpora um maior número de dificuldades e é sobre esta conjuntura que irei construir esta dissertação.

A complexidade deste período (por vezes muito longo para os imigrantes) percebe-se pelo peso discursivo, pela carga emocional (Jackson, 1991; Lechner, 2007; Pussetti, 2010) e pela importância conferida às redes de integração e de solidariedade, que permitem o acesso a novos contactos, estabelecidos nos locais de destino, com os residentes ou entidades não-governamentais, principalmente com as associações de imigrantes. Estes são os principais suportes num tempo de espera que é muitas vezes uma "quase prisão" e que resulta da incapacidade económica de se sustentarem num novo país, cumulativamente com as dificuldades em arranjar emprego ou em ter um espaço próprio de habitação ou mesmo pagar apoio jurídico. Machado chama a este período de construção - um período de subjetividade (14:2008).

Nenhum dos imigrantes, dos que contactei durante a pesquisa, expressou interesse em estar em Portugal sem ser legalizado. Todos me referiram as vantagens da integração, por via da aquisição de uma Autorização de Residência, como um processo de completude identitária e de igualdade de acesso aos direitos de que são detentores os restantes imigrantes já documentados.

Capítulo II - “Eu quero viver uma vida onde eu possa estar”

Durante o tempo em que estive com os meus interlocutores, que deixaram os seus países e tentam agora viver e trabalhar legalmente em Portugal, os discursos foram sempre num sentido: querer ser integrado. E, por mais que fossem os temas a abordar, era sobre este tema que todos os imigrantes queriam falar, revelando-se um dos assuntos mais marcantes em todo o trabalho de terreno. Mostravam-me as Autorizações de Residência, documentos, solicitações do SEF, e questionavam-se os indocumentados sobre o porquê de não conseguirem a legalização.

Conheci Ahamed¹⁰ em 2011, através de um grupo de amigos que dançava *Bangras*. Tornamo-nos amigos. Ahamed vinha de Dhaka, onde tinha vivido três anos e frequentara o curso de jornalismo. Contou-me que decidira vir para a Europa por questões relacionadas com “as *tensões entre famílias da aldeia e da cidade*”, um eufemismo para justificar tensões políticas. Este não era o seu primeiro destino; já tinha estado com os irmãos em Londres, onde conheceu um colega de trabalho de origem portuguesa que sabia que Ahamed queria ir para a Hungria e que o aconselhou: “*Porque não vais para Portugal? Lá é tudo mais barato*”. Tinham-lhe dito que Hungria e Portugal eram iguais. Ahamed começou a ponderar o assunto: “*Em Londres, é muita confusão. Vou para Portugal e depois vou subindo*”. Ahamed chegou a ter todos os irmãos em Lisboa, mas acabou por ser o único a querer ficar. Quando saiu do aeroporto, a sua primeira experiência foi de desagrado porque não sabia nada de português. Um amigo foi buscá-lo num táxi que os deixou no Rossio, [*parecia White Chapel! Havia bangladeshis em todo lado! O meu amigo nessa altura disse-me: “Tu tens Visto Shengen; se trabalhares seis meses, vais ter um contrato de residência”. Hoje, tenho muitos amigos aqui e quero fazer a minha vida em Portugal*¹¹].

As nossas conversas de início eram um misto de “não compreendo” e “repete outra vez”, entre o inglês e o português (de facto, a questão da dificuldade linguística esteve sempre presente nos terrenos onde realizei trabalho de campo (Margin apud Schiller 1995; Baganha *et al* 2004; Rodrigues, 2012:550), muitos dos meus interlocutores não falavam uma segunda língua como inglês, francês ou italiano e eu neste caso não falava bengali. Mas este não era o caso de Ahamed que se exprimia bem em inglês, embora quisesse aproveitar todas as oportunidades para falar em português. Khosravi aborda este problema na etnografia que fez com indocumentados na Suécia e refere que para quem trabalha na área dos imigrantes indocumentados, a língua é sempre uma barreira devido à diversidade de nacionalidades (2010:97), e nós, antropólogos no terreno, nunca teremos tempo para aprender todos os idiomas falados nesse meio.

¹⁰ Todos os nomes presentes nesta tese são fictícios de modo a preservar a identidade dos participantes.

¹¹ A transcrição dos discursos proferidos ao longo desta tese foram realizadas *ipsis verbis*, não existindo alteração dos conteúdos ou modos de expressão.

Ahamed considerava que a vida em Portugal era *“muito dura”*, como me referia quando estava mais desanimado. Era empreendedor por natureza e apenas recebia dinheiro do avô (que estava no Bangladesh), quando a situação em Lisboa se tornava mais complicada. Este facto surpreendeu-me, ao constatar que, efetivamente, era comum o dinheiro circular, não só na forma de divisas para os países de origem, mas também no sentido inverso, para ajudar familiares ou amigos que viviam em dificuldade na diáspora. Os pedidos de apoio financeiro, por parte dos imigrantes, são realizados em primeiro a pessoas com quem tem laços de parentesco (como no caso de Ahmed) e depois a amigos (Mapril, 2008-254), o que revela que a diáspora nem sempre permite um nível socioeconómico desafogado e constitutivo de autonomia, tornando-se num local de intercâmbio que se regula pelas trocas monetárias, sejam estas pela via dos empréstimos, pelo envio de remessas para o país de origem ou mesmo de bens.

Ahamed foi a primeira pessoa a contar-me as dificuldades que a imigração tinha com os processos de legalização, o que me fez querer ouvi-lo mais, porque era um assunto sobre o qual pouco sabia. Tinha um trabalho sobre Antropologia e Imagem para apresentar na universidade e decidi fazê-lo com Ahmed, documentando a sua situação. E o seu depoimento para este projeto inicia-se assim:

“Sou do Bangladesh, tenho 26 anos e estou aqui a viver em Lisboa. Em qualquer lado do mundo, nós temos que lutar para viver...estava em Inglaterra, onde também já tinha muitos problemas, fui para outros lados e também tinha muitos problemas... não quero correr mais... Eu quero viver uma vida onde eu possa estar (Luís, 2012)”.

Uma vida onde possa estar, para Ahmed simboliza um local onde possa concretizar o seu projeto de vida e é a referência a uma serenidade e bem-estar emocional que com esta afirmação prova não ter ainda conseguido.

Quando lhe telefonei a pedir que me contasse a sua história, disse-me que podia falar comigo, mas que teria que ser na loja onde estava a trabalhar há alguns dias. Dei-lhe os parabéns pelo novo trabalho e Ahmed retorquiu: *“Depois explico”*.

Fui ter com Ahmed no dia combinado. Numa rua transversal de um bairro da cidade, encontrei uma loja, onde um autocolante com frutas e legumes emoldurava a montra. Na porta, estava colada uma folha de papel branca em formato A4, onde se lia: *Arranjos de telemóveis, computadores, internet, fotocópias, scan, imprimir*. Entrei e observei o espaço: um frigorífico com bebidas enlatadas gaseificadas, uma prateleira de frascos de perfume, gel, sabonetes e garrafas de água mineral. Por detrás do balcão, estava Ahmed, de olhos postos no ecrã do computador, onde via um filme de *Bollywood*. Cumprimentei-o, mas a chegada de um cliente, interrompeu a conversa. Ahmed levantou-se, atendeu-o e continuou: *“Agora vamos sentar aqui”*. Arranjou-me uma cadeira, uma lata de refrigerante, sentou-se, penteou a franja para o lado com vigor e compôs a roupa, depois olhou para a porta e disse-me: *“Sabes... Se vai chegar um senhor, ou senhores, eu tenho que interromper, porque uma Inspeção do SEF vai chegar para ver se eu estou a trabalhar, para dar a Residência a mim”*. Sentou-se e perguntou-me: *“O que tu queres saber?”* Antes de lhe responder, disse-lhe que estava contente, porque, se tinha uma loja, eu depreendia que o processo seria mais fácil. Acenou com a

cabeça e sorriu: *“Ah! Pensas tu! Sabes que eu pedi dinheiro para alugar esta loja por quinhentos euros? Um amigo arrendou e deu um contrato de trabalho a mim. Por isso agora o SEF vai chegar e vai ver que eu estou a trabalhar e vai dar a Residência a mim.”* Retorqui: *“Mas tu já estiveste a trabalhar!”* Ahamed respondeu: *“Não é assim, Ceciliazinha, isto é muito complicado...”*

Nos discursos políticos, o exemplo do bom imigrante referencia aqueles que *depois de muito esforço e empenho se estabelecem por conta própria*, como refere Mapril (2008:245). Estes discursos não focam as estratégias (por vezes complicadas) a que os imigrantes se sujeitam até se transformarem nos "bons imigrantes", num verdadeiro ato de resiliência; mas espera-se que, depois de mudarem de estatuto, estes se tornem sujeitos da ação e que, na rede, suportem e cuidem dos imigrantes recém-chegados.

Pedi a Ahamed que me contasse a sua história, para compreender porque é que ainda não estava legalizado, depois de três anos a viver e a trabalhar em Lisboa. Então, enquanto eu filmava, Ahamed iniciou a sua narrativa:

“Eu sou de um lado diferente do mundo, posso dizer: “do outro lado do mundo”... lá tinha visto a bandeira de Portugal e ouvido dois nomes: o primeiro é o do “Senhor Vasco da Gama”, que explorou a Índia, e depois o jogador Ronaldo, só sabia sobre estas duas pessoas, não sabia nada! Agora já estou a falar português - é uma coisa diferente, não posso explicar como me estou a sentir! - Sorriu. - Eu não estou a sentir aqui que estou a viver num país estrangeiro. Eu acho que vocês são “abertos”...já tenho muitos amigos portugueses, são sérios e estão-me a ajudar em todo o lado”. Gerou-se um silêncio.

Perguntei-lhe então: *“E porque é que não tens uma Autorização?”*. Nesse momento, Ahamed endireitou-se na cadeira e deixou de assumir a sua postura descontraída.

“A lei de Portugal aceita as pessoas ou quem vai chegar aqui com Visto Schengen. Eu já tenho um Visto Schengen” - retirou o passaporte do bolso e abriu-o, mostrando os carimbos, *“eu tenho que trabalhar aqui, se vou para qualquer lado o meu patrão vai fazer-me descontos de seis meses, e o Governo de Portugal, grande Governo de Portugal! vai dar-me a Residência. Mas os meus patrões já me pagaram vinte e dois descontos e até agora eu não consegui ganhar a Residência!...”*

Ahamed conseguia manter um discurso tranquilo, mas não tinha controlo emocional não-verbal sobre um problema que afetava o seu bem-estar (Ekman, 2003:36). A expressão facial, o olhar, a tensão colocada no tom de voz e o "idioma do corpo", na perspetiva goffmaniana (Goffman, 1963), denunciavam uma relação de forte tensão com este tema, que tanto Jackson (1991) como Lechner (2007:7) referem ser um processo emocional com origem na mudança da vida dos emigrantes.

E prosseguiu:

«O meu primeiro trabalho foi como trabalhador doméstico. Eu estava a tomar conta de um senhor (eu ainda chamo esse senhor de “como meu avô”, porque fiquei muito ligado com o senhor e já ficou a minha família aqui em Portugal). Aprendi português, a maior parte foi com ele, porque ele falava,

cantava fado...havia muitas coisas que foram engraçadas! Fui aprendendo a língua, usei dicionários, falei com pessoas, misturei-me com a vossa cultura. Aqui não estava consagrado o trabalhador doméstico, só por isso eles (SEF) recusaram-me, e eu perguntei: "Porque não consigo ter a Residência?"... Até agora dizem que o meu processo está em análise... Eu já estou a viver aqui há três anos, sabe? Uma vida sem ter papéis, sem ter nada, é uma vida muito dura...você aqui em Portugal já não têm emprego! E quem não tem os papéis? Como é que vai viver? Estou a viver, estou a trabalhar muito. Estou a começar a minha vida desde as oito da manhã e já estou a acabar à uma da manhã. Agora estou a trabalhar numa mercearia com internet, fazemos reparações de computadores, telemóveis, também vendemos comidas, bebidas. Tenho que abrir a loja, desde as nove horas da manhã até à meia-noite. Por isso, tenho que estar cá às oito da manhã para arrumar as coisas, saio à meia-noite... de repente, não temos tempo para comer... não temos tempo para viver... é uma vida muito dura...».

Ahamed descreve um percurso recorrente, que mostra como, para os imigrantes, o período que medeia a chegada e a legalização não é rápido nem fácil (Jackson, 1991). O seu discurso vacila entre o desapontamento e a esperança, num receio contido, assente numa relação de respeito para com a entidade estatal (SEF) a quem chama, numa atitude de reverência e esperança, “o grande Governo de Portugal”, que Ahamed espera que, se tudo correr bem, lhe dê a Autorização de Residência. Estabelece-se uma relação de poder e de alteridade, em que o Estado representa a vigilância e a legalidade e Ahamed o indocumentado, o que se encontra subjugado por permanecer numa situação irregular. Foucault (1999) faz uma abordagem ao poder como princípio de legitimação, mas também de repressão, e Ahamed revela esse sentimento de incapacidade e de repressão quando pergunta por que não pode ter documentos. Mas, o que este caso particular revela, é apenas uma variante dos problemas encontrados e relatados por um amplo grupo de imigrantes indocumentados que irei descrever e analisar ao longo desta dissertação.

Observemos o caso de Dioubaté. É da Guiné-Conacri, tem vinte sete anos e pediu asilo a Portugal ao Abrigo de Razões Humanitárias. Tinha chegado de Genebra quando o conheci numa manifestação. Eu precisava de material para documentar a tese e pedia às pessoas, que estavam na manifestação, autorização para fotografar os cartazes, porque todos faziam alusão aos problemas da imigração. Houve quem fizesse pose para a fotografia, mas também quem me fizesse sinal de que só podia fotografar do pescoço para baixo¹². Assim, fiquei com fotografias de corpo inteiro e algumas "sem cabeça", ou seja, sem identificação. Abordei Dioubaté e pedi para fotografar o seu cartaz. Sorriu e eu fotografei-o. Agradei-lhe e, quando me afastava, chamou-me e perguntou-me: “*Tu também és imigrante? De onde és?*” Expliquei-lhe que não era imigrante, falei-lhe da minha tese e disse-lhe que o meu objetivo de estudo se centrava nas pessoas que vinham para Portugal trabalhar, queria saber como viviam nos primeiros tempos, que apoio tinham, se estavam inseridas numa rede em Lisboa e se tinham o suporte de uma rede a nível transnacional (numas linhas gerais). Dioubaté agarrou-me o

¹² Ver fotografias 1; 2; 3; 4; 8; 9.

pulso, retirou o telemóvel do bolso e perguntou-me: "*Vous avez un telephone? Je voudrai qui tu viens avec moi au SEF*".

Fazer uma tese nesta área não é o mesmo que ser jurista ou ter competência para responder por estas pessoas, o que, durante o trabalho de campo, foi para mim uma questão a tratar com cuidado. Recebia solicitações de diversas ordens e constantes pedidos de ajuda¹³. Por isso, expliquei-lhe que não era da área de Direito e que não sabia o suficiente sobre legislação para o poder ajudar. A relação do antropólogo deve ser neutra e objetiva, não interferindo nas vidas do grupo estudado, como refere Knauft (*apud* Fedorak 2008), e esta era uma dessas situações. "*Tens Facebook?*", perguntou. Deixei-lhe o meu contacto. Dioubaté pediu-me para esperar e, entre várias fotografias que encontrou, pediu-me que lhe apontasse a minha, o que fiz. Adicionou-me e disse: "*Vou-te mandar uma mensagem para não te esqueceres de mim e saberes que sou eu.*" Quando cheguei a casa, nessa tarde, liguei o computador e, com um pedido de amizade, tinha uma mensagem que dizia: "*Olá Cecília, that's Dioubaté*".

Durante a tese, grande parte dos imigrantes chegavam por via de pedidos de amizade nas redes sociais e muitos outros conheci nos mesmos moldes do meu interlocutor da Guiné-Conacri. A importância de estabelecer uma rede de relações, onde estejam integradas pessoas que se possam servir de intérpretes, e que conheçam bem o contexto em que os imigrantes se inserem (neste caso, Lisboa), foi notória em todo o trabalho de terreno (Rodrigues, 2012). Assim, o *Facebook* tornou-se um importante instrumento de trabalho, que me proporcionou a inserção na rede social e onde estabeleci laços que me permitiram estar em contacto permanente com diversas pessoas. Todos os dias recebia o contacto de alguém, principalmente ao final do dia. Quando fazia *login* da minha conta, já tinha cumprimentos: "*Olá, como está?*", "*Hello, are you there?*", "*Boa noite.*" E não havia um dia em que o *Facebook* não substituísse um contacto presencial com algum dos meus interlocutores.

Estes pedidos surgiam pela falta de apoio da família, que se encontrava distante, pela falta de uma rede e pelas dificuldades comunicacionais e linguísticas que encontravam na sua relação com as entidades estatais. Vertovec (2002:3) aponta as relações virtuais entre amigos e familiares como pontos de apoio a nível transnacional; mas, a nível nacional, estes contactos, como se comprova, também assumem um papel de grande importância.

Deste modo, as redes virtuais sociais, como o *Facebook*, *Skype* e aplicações (*apps*), como o *Whatsaap*, *Justvoip*, *Kimo*, *HangOut*, *FaceTime* e *Instagram* permitem manter uma distância relacional constituída por uma proximidade quase idêntica à existente no quotidiano entre pessoas que vivem dentro de um mesmo país, Estado ou cidade (Appadurai, 1996; Marcus, 2012; Schiller, 1995; Schrooten, 2010).

¹³ Rodrigues, refere também os pedidos de ajuda na sua etnografia sobre a comunidade chinesa (2012:561).

Um pedido de ajuda

Um dia, recebi uma mensagem de Dioubaté: "*Olá, já chegaste a casa? Quero que tu me ajudes a falar português. Quando podemos falar de ma situacion?*". Marcámos um café para dois dias depois. Quando cheguei ao local combinado, vi que Dioubaté trazia uma pasta com papéis debaixo do braço. Sentamo-nos, e depois de um quarto de hora em que abordámos diversos assuntos, retirou a carteira de documentos do bolso, abriu-a e mostrou-me o seu cartão de residência. "*Regarde ici!*", e apontava para a data: "*Visto não há mais! Visto caducou!*" Olhei para o cartão, onde se podia ler: "Razões Humanitárias ao abrigo do Art.º 7 da Lei 27/06 de 30/06". A data era posterior e, por isso, disse-lhe: "*Mas ainda não caducou!*" Ele olhou para mim e respondeu: "*Mas SEF disse a mim que Visto não há mais! Tenho que arranjar um contrato de travail para tratar de Visto. Tu vais-me ajudar.*" Pois, mas como? Dioubaté não falava português suficiente para arranjar um emprego (Baganha *et al.*, 2004; Santinho, 2013; Schiller, 1995; Tiesler, 2000). Perguntei-lhe qual era a sua formação e Dioubaté contou-me que era licenciado em Direito de Relações Internacionais e tinha estudado na Guiné-Conacri, na *Université Kofi Annan de Guinée*. Já tinha percebido que, cumulativamente com a sua língua nativa - o *fulah*¹⁴- e francês¹⁵, dominava algum inglês e que possuía um discurso estruturado; por isso, a sua formação não me surpreendeu.

Quis saber porque tinha saído da Guiné-Conacri. Explicou-me que essa tinha sido a sua opção¹⁶por razões políticas. Contou-me que, quando chegou a Portugal, permaneceu durante três meses no Centro de Acolhimento da Bobadela-CPR (Conselho Português para os Refugiados). Depois, aconselharam-no a arranjar uma casa em Lisboa, o que fez. Ficou em Portugal durante um tempo e, como estava sem trabalho, foi ter com um primo à Bélgica. Esse primo trabalhava numa pastelaria, mas Dioubaté não chegou a arranjar emprego. Assim, a sua atividade principal, durante a sua permanência, foi a apanhar artigos à noite para vender: "*Na Bélgica não é como aqui. Lá deitam fora muita coisa boa, tapetes, louça, móveis. Nós comprávamos uma carrinha, colocávamos tudo lá dentro, depois mandávamos para a Guiné num contentor, vendia-se tudo, até a carrinha para minibus.*" Esta é uma prática regular entre imigrantes de diversas comunidades, em que pequenos artigos, como roupas, ténis de marcas globalizadas e *gadgets* ou mesmo automóveis, são enviados para os países de origem como artigos de revenda, onde adquirem valores de mercado altos e onde são bastante cobiçados.

¹⁴ *Fulah*, língua falada na zona da África Ocidental, Não só na Guiné-Conacri (onde é língua oficial a par com o francês), como em Burquina Faso, Camarões, Gabão, Guiné, Mali, Mauritânia, Nigéria e Senegal. É utilizada como segunda ou terceira língua em Benin, Chade, Costa do Marfim, Gâmbia, Guiné Bissau, Libéria, República Centro Africana, Serra Leoa, Sudão, Gana e Togo.

¹⁵ A Guiné esteve sob influência francesa durante a colonização, tendo adotado o francês como língua oficial.

¹⁶ "As populações em todo o terceiro mundo têm sido deslocadas da sua própria área de residência por várias formas de perseguição e conflito (...) qualquer que seja a razão, o movimento, às vezes bastante intenso das populações para uma nova localidade, pode ser a única alternativa viável ao desconforto, ao perigo ou até à morte" (Pamwell, 1993:7).

Mapril aplica termos como economia *subterrânea, paralela ou informal* (2008:243) a estas formas de sobrevivência que podem ser parciais no caso dos pequenos artigos, ou totais no caso dos automóveis, por exemplo.

Pelo facto de não ter encontrado trabalho na Bélgica e por ter a Autorização de Residência a caducar, Dioubaté voltou para Lisboa. Achei estranho que, tendo vindo por Razões Humanitárias, não me conseguisse explicar o motivo de não ter uma renovação da Autorização. Mas o carácter de continuidade dos nossos contactos tinha uma manutenção feita com base na contenção e na fragmentação da informação: se hoje sabia uma parte do que pretendia, no outro dia saberia o restante, nunca conseguindo consolidar completamente a sua história, o que me levava a pensar muitas vezes que aquilo que me dizia não fazia sentido. Não foram poucos os casos que me revelaram a necessidade de apoio, mas também esta desconfiança e o receio da exposição (Di Genova, 2002). Muitas vezes, os meus interlocutores indocumentados tinham um comportamento que revelava falta de confiança e assumiam estratégias permanentes de proteção: por exemplo, marcavam num local e surgiam noutra, num ato de intermitência que consistia ora na visibilidade ora na invisibilidade e que, tal como no caso de Dioubaté, me parecia omitir alguma coisa. Mas à medida que as relações de confiança se iam consolidando, revelava-se uma maior fluência discursiva e uma menor reserva, entrando numa estrutura de envolvimento, como refere Goffman (1963:193), Fedorak diz que sem a existência desta confiança, o trabalho no terreno torna-se difícil, senão mesmo impossível (2008:10).

Os meus contactos com Dioubaté continuaram a fazer-se de modo assíduo por *Facebook* e mensagens de telemóvel: «Olá “professora”, vais tomar café?», “Estou a enviar *Curriculums*”. No meio destas mensagens, ia reportando as empresas que tinha contactado, as que ia contactar e pedia-me os endereços que, por não saber português, não localizava na internet (Baganha, 2004:103). O seu principal discurso era em torno do trabalho e do fim da Autorização de Residência. Muitas vezes, quando lhe perguntava como tinha sido o seu dia, respondia que não tinha conseguido nenhuma resposta às candidaturas que tinha enviado. Andava desanimado, dizia que a associação que o apoiava juridicamente lhe referia a necessidade de arranjar um emprego. Cheguei a perguntar-lhe se conhecia a legislação que fundamentava essa alteração, mas a resposta era “não”, nem sabia qual era, nem a conseguiria traduzir. Assim, estava dependente da ajuda dos tradutores da associação e do SEF ¹⁷, uma situação que lhe criava desconforto por não se sentir autónomo para resolver os seus problemas. Dioubaté vivia um período insatisfatório em termos emocionais e económicos e mostrava-se regularmente ansioso, em particular quando revelava as suas angústias por via do *Facebook*, o que também era visível presencialmente pelo seu discurso, postura e olhar melancólico (Ekman, 2003:36). Nolan refere a existência de um choque cultural, nalguns casos de um modo mais acentuado, que se revela em diversos estágios, referindo uma primeira fase, a que chama a “euforia” ou *honeymoon phase* (1990) e a subsequente inadaptação, que se revela através de sentimentos como *tristeza, ataques de*

¹⁷ Este facto significa que a Lei é exposta por uma interposta pessoa porque não está traduzida. Tomei conhecimento também da existência de um serviço de tradução simultânea no CNAI (Centro Nacional de Atendimento ao Imigrante).

choro, nostalgia, solidão, insónias, entre outros sintomas mais severos que podem dar origem a processos depressivos (Fedorak, 2008). O envolvimento, que um indivíduo tem com uma situação particular, é também um envolvimento interior como refere Goffman (1963), e esse facto é observável nos indocumentados que, por não se conseguirem integrar, assumem uma consciência, uma nostalgia até, do que não lhes foi favorável e originou a saída do país de origem.

Recebi um dia de manhã, uma outra chamada Dioubaté a pedir para vir ter comigo com urgência, trouxe a sua pasta de papéis, sentou-se ao meu lado, retirou uma carta e disse-me: *“Regarde cette papier”* e mostrou-me uma carta do SEF. As alegações deveriam ter sido feitas no prazo de dez dias a partir da data do documento e já passava um mês. Perguntei-lhe se a tinha contestado, respondeu que a tinha entregue ao CPR (Conselho Português para os Refugiados), onde um advogado estava à espera da resposta do SEF à contestação. A carta dirigida a Dioubaté referia estar *“Declarada a cessação do direito de proteção subsidiária, com vista à recusa da renovação da Autorização de Residência”*. Estávamos ambos perante um documento com aproximadamente cinco páginas, que transcrevia meticulosamente a situação política atual da Guiné-Conacri, com data de eleições, número de votantes, partido eleito (com o número de votos para cada partido político candidato) e o registo da situação atual em termos de conflitos, concluindo com o estado de cessação destes. Em suma, o que se apresentava como uma situação favorável para o regresso e a justificação para não haver uma renovação, de acordo com os princípios fundamentados na Convenção de Genebra:

“Nenhuma pessoa deve ser sujeita a recusa de admissão na fronteira, a extradição, a expulsão ou a qualquer outra medida que tenha por efeito obrigá-la a regressar ou a permanecer num território onde ela crê com razão ser perseguida em função da sua raça, religião, nacionalidade, pertença a um certo grupo social ou das suas convicções políticas, seja aplicado independentemente do facto de determinada pessoa ser ou não reconhecida como refugiada conforme a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 28 de Julho de 1951 e o Protocolo de 31 de Janeiro de 1967. “

Se a situação era segura, deveria voltar à Guiné-Conacri. Perguntei-lhe o que ia fazer. *“Guiné, non...não vou voltar”*. Dioubaté passaria a estar enquadrado na imigração económica, se permanecesse em Portugal. Santinho faz uma alusão a estas situações de "transferência" de uma condição a outra, reportando-se aos refugiados:

“Deliberadamente, não abordo aqui toda a problemática relacionada com os imigrantes indocumentados, ainda que ressalve a ideia – constatada na investigação etnográfica – de que tanto os imigrantes como os próprios requerentes de asilo passam frequentemente de uma situação legal para uma outra situação de “ilegalidade”, por incumprimento jurídico atempado na avaliação dos processos ou por deliberações cujo fundamento não se encontra disponível para apreciação dos “leigos” (Santinho, 2013:8).

O que é corroborado por Khosravi: *“A ilegalidade não é um estado estático e a fronteira entre a*

legalidade e a ilegalidade nem sempre é clara, os migrantes podem ir de uma situação de legalidade para uma situação de ilegalidade” (2010:99). No caso presente, não se podia referir uma situação de incumprimento jurídico, porque existia uma justificação. De facto, Dioubaté tinha estado afastado e incontactável. Constata-se que estes procedimentos administrativos incontornáveis aumentam exponencialmente o número de indocumentados em Portugal, independentemente da forma como se constituem quando chegam, seja pelo Estatuto de Refugiado, por Razões Humanitárias ou pela via da imigração económica. Santos Silva aborda esta questão e afirma que a fragilização do Estado-Nação pode trazer consigo a fragilização dos Direitos Humanos (2009:11). Esta constatação relaciona-se diretamente com o processo de globalização que comporta uma crise de legitimação por parte dos Estados-Nações (Appadurai, 1995:208). Este facto engloba o receio da perda de valores culturais e identitários que caracterizam o espaço intrafronteiriço e mais uma vez o receio do desconhecido, promovendo o fechamento das fronteiras. Cumulativamente, o Estado-Providência tem vindo a assumir uma menor responsabilidade na proteção social em Portugal (o que estrutura neste caso uma conjuntura que inviabilizava qualquer tipo de suporte a alguém dentro das circunstâncias do meu interlocutor, como se observa de seguida).

Dioubaté estava desesperado e referiu-me que não sabia o que fazer. Nesse dia, um amigo da Bélgica tinha-lhe enviado 50 euros, com que havia pago as despesas correntes da casa que partilhava com mais duas pessoas, também estas originárias da Guiné-Conacri. Não tinha dinheiro e não iria ao curso, porque o título de transporte mensal tinha expirado. Neste momento, frequentava um curso do Programa Português para Todos¹⁸ e não podia faltar mais de três vezes, porque lhe anulavam a inscrição e não recebia o certificado. Mas precisava das aulas para arranjar um emprego e iniciar o seu processo de autonomia (uma questão desenvolvida por Baganha, (2009:103) ao se reportar à língua como fator de independência). Contou-me que a funcionária que estava na linha da frente (no atendimento) do SEF lhe tinha até feito um comentário: “Então *tu estás cá há tanto tempo e não falas português?*” Tudo o que o SEF recomendava, Dioubaté agora tencionava cumprir. Mas, se não arranjasse um contrato de trabalho para garantir a sua permanência e obter uma nova Autorização de Residência, seria o último curso que frequentaria, porque a lei só permite o acesso a formação a quem comprove ter uma situação regularizada.

¹⁸ “O **Programa Português para Todos** visa facultar à população imigrante, que comprove não possuir nacionalidade portuguesa e que apresente uma situação devidamente regularizada de estadia, permanência ou residência em Portugal, o acesso a um conjunto de conhecimentos indispensáveis a uma inserção de pleno direito na sociedade portuguesa, promovendo a capacidade de expressão e compreensão da língua portuguesa e o conhecimento dos direitos básicos de cidadania, entendidos como componentes essenciais de um adequado processo de integração, através de um conjunto de ações de formação em língua portuguesa, cidadania e português técnico. Consideram-se destinatários das ações de formação a desenvolver no âmbito deste Programa, os cidadãos imigrantes adultos, com idade igual ou superior a 18 anos, ativos, empregados ou desempregados, e com situação regularizada em Portugal. A estrutura curricular do Programa prevê, para as ações de formação em Língua Portuguesa, uma carga horária total de 150 horas para um Percurso Tipo Utilizador Elementar – A1.”. (<http://www.modatex.pt/home.php?m=56&s=133>)

Triste e revoltado, dizia-me “*Portugal no...Portugal no...*” e acenava a cabeça de olhos baixos. O Visto acabava na semana seguinte, estava desempregado e sem recursos financeiros para pensar em sair do país para procurar um modo de se sustentar. Portugal não proporcionara a Dioubaté as condições que o fizessem querer permanecer. Por isso, teve de sair do país por não conseguir arranjar trabalho e por não estar inserido numa estrutura de apoio que lhe permitisse sem recursos financeiros continuar mais tempo à procura de colocação. Durante quatro anos viveu entre a Bélgica e a Suíça e por isso não estava inserido na rede guineense em Lisboa. Este tipo de migração é comum, porque o perfil linguístico constitui-se muitas vezes como um elemento para fundamentar as escolhas do destino¹⁹. Estas migrações são também recorrentes entre os refugiados e requerentes de asilo político, (Santinho, 2013), abarcando estatutos cumulativos não oficiais, como o ser migrante (Basch, 1995:5) para procurar trabalho noutros países, como tinha sido o seu caso, o que é também recorrente na imigração económica. A Europa é um espaço constituído por fronteiras cuja entrada depende das políticas de imigração em vigor nos diversos países que a compõem, o que não invalida que estas sejam noutra perspectiva apreendidas pelos imigrantes transnacionais como um todo. Schiller observa que com a globalização, existe uma efetiva diminuição do significado das fronteiras internas (1995:49), estas são hoje porosas permitindo a existência de relações sociais e de mobilidades na perspectiva dos imigrantes. Assim, o espaço intraeuropeu é um território global “intra-Shengen” com uma espacialidade alargada, constituído pela transmigração, e por entidades globais²⁰, e não locais.

Aproveitando o caso de Dioubaté, decidi contactar a Junta de Freguesia do seu local de residência para saber o tipo de respostas que, desse serviço, podiam advir numa situação destas e informei-o de que iria agendar um atendimento com a assistente social para que, pelo menos, tivesse suporte até adquirir alguma estabilidade económica e receber a resposta do SEF ao seu requerimento. Assim, o contacto foi realizado e a marcação ficou agendada para a semana seguinte. Recebi uma mensagem de Dioubaté, uns dias depois: “*Hoje, ligaram da Junta, eles não vão ajudar porque minha Residência acabou*”. Estranhei o facto e liguei para a Junta. Estava um agendamento feito para antes do fim da Autorização de Residência, e tinha feito um mail a explicar a situação de Dioubaté que nunca obteve resposta. A Junta de Freguesia encaminhou-me para um outro número de telefone, onde me referiram

¹⁹ As pessoas que pretendem imigrar procuram também um espaço onde a língua de comunicação não seja um handicap. Por isso, quando se fala de migrações, podemos observar que os fluxos estão organizados também de acordo com uma identidade linguística. Por exemplo: habitantes de países que foram ex-colónias, e cujo idioma permaneceu, estão muitas vezes em países que foram os seus colonizadores; este é o caso dos indianos no Reino Unido, dos argelinos, tunisinos e marroquinos em França ou os dos latino-americanos que emigram para Espanha.

²⁰ Tomei conhecimento, num encontro do I Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes de Lisboa, que se realizou no Largo do Intendente, da organização da “*2nd Grand Convention of All European Bangladesh Association*” (uma confederação de organizações e instituições na EU) que decorreu nos dias 30 e 31 de Maio de 2015, em Lisboa, o que confirma que a abrangência do espaço europeu não se confina à territorialidade nos países de receção, mas a um espaço alargado, comunitário e global.

que o caso era antigo, que a pessoa de que falávamos não recebia as cartas e que não respondia às chamadas; por esse motivo, o apoio concedido não podia ser reativado e não havia nada a fazer. O que sucedeu foi que, ao estar ausente do país, Dioubaté não requereu um subsídio subsequente a que tinha direito e deixou de estar monitorizado, sendo o seu processo arquivado. Perguntei qual era a relação da Autorização com a situação de carência económica presente de Dioubaté. “*Diga ao senhor que, quando tiver Visto, nos contacte*”. Esta situação comprovou-me a importância das redes intracomunitárias e a sua relevância na investigação, principalmente no que concerne ao suporte e cuidado da imigração indocumentada.

De facto, quando os sistemas de apoio formais ou institucionais e solidários não têm capacidade para responder aos imigrantes que chegam a Lisboa e que se encontram sem meios de subsistência ou que se desempregaram e não podem pedir uma renovação da Autorização da Residência, estes é à rede que recorrem. A única alternativa a que podem recorrer é ao Atendimento de Emergência Social que, como se pode ler no seu site, presta apoio principalmente a “*indivíduos e famílias sem-abrigo ou com domicílio instável*”²¹.

Nestas situações, Lisboa torna-se, como referi no início desta tese²², uma “prisão”, onde os imigrantes, independentemente da sua origem, não querem estar, mas de onde não têm meios para sair. O confinamento pela incapacidade de resolução dos processos de legalização acaba por priorizar o essencial (um meio de subsistência que passa pelo trabalho sem recibos), delegando para segundo plano a legalização. Este contexto de precaridade desenvolve uma *empresarialidade imigrante ou étnica* (Mapril, 2008:244) que se torna estruturante nos processos de sustentabilidade pessoal. Por isso, não me admirava se Dioubaté me dissesse que tinha conseguido emprego por essa via. Este é um recrutamento informal de mão-de-obra barata paga ao dia, muitas vezes com promessas de contratos de trabalho por valores abaixo da média, que revela que se estabelece uma forte relação nestes meios entre a necessidade e a exploração. Não existem condições de segurança durante o exercício da atividade laboral não contratualizada, como refere Oliveira (2004), e os seguros ou os direitos a apoios sociais são inexistentes, o que gera situações complicadas neste grupo populacional, que fica muitas vezes desamparado, depois de ter acidentes de trabalho.

Sobre a falta de concessão de apoios, serve de exemplo o caso de Bohdan (Ucrânia), arrumador de automóveis num jardim da cidade de Lisboa. Bohdan contou-me que era licenciado em enfermagem e que a sua família estava na Ucrânia. Como em outros casos ao longo desta tese, observa-se que a formação superior não é suficiente para ter acesso a posições no mercado de trabalho com correspondência à formação académica. Os fatores relacionados com o desconhecimento da língua, associados à necessidade de realizar uma equivalência legal para o exercício da função e o desconhecimento dos canais de acesso a essas mesmas posições (Mapril, 2008:247), invalidam a entrada no mercado de trabalho, desenquadrando muitos imigrantes das suas competências

²¹ Ver em http://www.scml.pt/pt-PT/areas_de_intervencao/acao_social/emergencia_e_apoio_a_insercao/

²² Ver Capítulo I.

profissionais de base. Cumulativamente, não existem documentos válidos nem meios económicos para dar início ao processo de equivalência e estes acabam por exercer atividades diferentes, que lhes permitem a sobrevivência. Bohdan trabalhou para um empreiteiro, até que um acidente laboral levou à sua dispensa. Foi nessa altura que ficou a saber que não tinha contribuições pagas nem seguro, por isso não podia recorrer a uma Baixa Médica. A destruturação a nível financeiro, originada pela perda do posto de trabalho, teve um reflexo direto no suporte da frágil rede de apoio de Bohdan, levando-o à condição de sem-abrigo (Policarpo, 2014). Ir para a Ucrânia estava fora de hipótese. “*O que é que ia lá fazer?*” - interrogava-se. Voltar ao destino envolvia a necessidade de mostrar o sucesso da sua mobilidade e deveria provar que tinham sido atingidos os objetivos iniciais propostos (Appadurai, 1996). A necessidade de afirmação do sucesso, através da posse de dinheiro e de bens próprios²³, junto de familiares e amigos é a representação da prosperidade e bem-estar no exterior. Este torna-se um estímulo e um fator de atração, pela construção imaginária de uma nova realidade na diáspora, para os que colocam também a possibilidade de imigrar. Quem retorna, sem ter atingido os objetivos, é desvalorizado socialmente, por não ter conseguido atingir o êxito na terra das oportunidades. Talvez seja esta a razão que levou Bohdan a preferir não regressar à Ucrânia e a ficar em Lisboa, apenas com o suporte das refeições do Núcleo de Apoio Local (pertencente à paróquia de S. Jorge de Arroios), da Casa - Centro de Apoio ao Sem-Abrigo e da Comunidade Vida e Paz.

A fé de Omar

O trabalho sem contrato, ou sob uma promessa, foi também um tema de conversa numa esplanada perto do Largo de S. Domingos, com Omar, um rapaz de origem senegalesa, de 28 anos, que decidiu ficar em Lisboa. Também ele me contou a sua história e as motivações que o fizeram ficar em Portugal. A mãe já cá estava há dez anos, e trabalhava como empregada de limpeza de grandes superfícies. Omar vivia em Dakar, onde exercia a função de ajudante de pasteleiro, "*numa pastelaria refinada, a Boulangerie Pâtisserie La Galette,*" como referiu. Estava autónomo financeiramente e tinha uma namorada, não queria voltar a estar dependente. Por isso, vir para Portugal estava fora de hipótese. A mãe tinha-se voltado a casar, e Omar tinha uma irmã com três anos. Veio a Portugal para ir a Fátima, em peregrinação e para ver a família, mas queria retornar a Dakar. Durante o tempo em que estive de férias em Lisboa, percebeu que a mãe precisava de apoio. Acabou por ficar e arranjou trabalho numa empresa de restauração, mas sem contrato:

"O contrato nunca mais chegava e a minha mãe disse para ficar quieto. Quando uma pessoa precisa de contrato, tem que se calar...trabalhei muito, era muito explorado, mas não podia falar, porque com os imigrantes é assim. Se falam, vem outro e ocupa o lugar".

²³ Este facto pode ser observado inclusivamente nas fotografias partilhadas nas redes sociais, onde automóveis, computadores, telemóveis e partes do interior das habitações fazem parte do cenário de representação de bem-estar.

O medo e o receio, como neste caso, de até pedir um contrato de trabalho são recorrentes e constituem-se como processos de precaridade e subalternização que se tornam num dos maiores problemas para os imigrantes sem Autorização de Residência.

Omar é católico praticante, possuía um discurso envolto em misticismo e percebia-se que a religião era o seu suporte. A religião tinha um peso estrutural maior nos períodos de adversidade, assumindo um papel impulsionador e indutor de esperança e positivismo em relação ao futuro e concedendo-lhe equilíbrio emocional e segurança. Omar dizia-me muitas vezes: *“Eu sei que com fé vou conseguir, pedi muito a Nossa Senhora, tenho que trabalhar muito, mas vou conseguir”*.

Simmel afirma que *“nas particularidades da vida, principalmente na praxis moral, temos bastante a criar, e temos que configurar as nossas formas e conteúdos como se este facto fosse a luz e a claridade, reconhecemo-nos na religião daí a completude e a esperança”* (1986). Deste modo, a religião determinava um sistema simbólico de comportamentos, crenças, valores morais e interpretações que, para Omar, se consubstanciavam na fé. Existia uma repercussão, como refere Simmel, na completude e na esperança (1986), levando a que as adversidades fossem interpretadas por Omar como um caminho para uma vida melhor e mais próspera (Geertz, 2008: 67; Lechner, 76:2007), fazendo com que este fosse cumulativamente um processo de construção.

Concetualizações sobre a imigração

Os pareceres negativos sobre a vida dos indocumentados, verbalizado pelos próprios e por imigrantes já regularizados, induziram-me, durante um período, na suposição de que estava perante uma regularidade. O que se observa, é que, quem não tem capital para investir em Portugal, vê as suas dificuldades acrescidas, como se pode constatar através do Decreto Regulamentar 84/2007 no Diário da República, 1.ª série — N.º 212 — de 5 de novembro de 2007, que se foca na entrada de divisas, no empreendedorismo e na criação de riqueza. Talvez tenha sido esse o motivo que fez com que o meu primeiro interlocutor, Ahamed, (Bangladesh) achasse que também deveria ouvir o Sr. Ramón, de Lima - Perú. Assim, marquei uma hora para lhe falar sobre o meu trabalho e perceber as suas concetualizações sobre a imigração. No dia combinado, desloquei-me até ao seu local trabalho e ouvi o seu comentário ao meu trabalho: *“Menina! Mas acho que esse trabalho não faz falta! Quais são os problemas da imigração? As pessoas vêm para cá e trabalham! Não há nenhum problema com a imigração!”* Fiquei ainda mais interessada em perceber a sua perspetiva. Se todos os meus interlocutores consideravam que existiam problemas com os processos de regularização, aqui teria um exemplo diferente. Então o Sr. Ramón começou a contar o seu percurso:

“Estou em Portugal há 25 anos! Não sou um bom exemplo. Tenho residência permanente, que renovo de oito em oito anos, e continuo sendo peruano! Algumas pessoas pedem a nacionalidade. Eu não sinto que haja problemas com a imigração. Já viu a Alemanha, por exemplo? França? Sabe quanto eles pagam para se legalizar? Isso acontece em todos os países. Muitas pessoas da América Latina

(bem...não somos assim tantos), mas vieram para cá, trabalharam e estão bem. Não se pode dizer que as pessoas tenham problemas com a legalização ou integração. Tem os problemas normais. Os latino-americanos vieram cá para trabalhar, trabalharam e agora estão bem. Muitos juntaram dinheiro e montaram o seu negócio. Não vimos para pedir, trabalhamos e vencemos! É como os bangladeshis, os chineses ou os hindus. Alguma vez viu um hindu a pedir? Um chinês? Estas pessoas trabalham! O que é que aconteceu, por exemplo, com as mercearias dos velhotes que havia pela cidade? Fecharam todas! Quem foi que tomou conta dos negócios? Os bangladeshis! E porquê? Porque vão fazer compras ao mesmo lugar dos portugueses - bangladeshis e chineses - a uma grande superfície da periferia. Um quilo de limões é vendido aos bangladeshis por um euro; nas mercearias portuguesas sobem logo para um euro e vinte. As pessoas não querem! Claro que depois fecham! Nós viemos cá para trabalhar! Para vencer! Trabalhamos muito, mas também recebemos as nossas recompensas. Acho que depende de cultura para cultura, nós somos trabalhadores. Por isso, como sabe, é mais fácil dar a legalização a uma pessoa que tem dois mil euros na conta que a uma que não tem nada. É uma questão de subsistência. Eles também sabem (o Estado)."

A concetualização do Sr. Ramón altera por completo um pressuposto de regularidade. O discurso que profere sobre a imigração está associado à luta e ao sucesso; é uma *diáspora da esperança*, como refere Appadurai, (1996:17). Nenhum dos meus interlocutores me fez um discurso sobre a carga positiva de "ser imigrante", para além do Sr. Ramón e de Omar, ao longo do trabalho de terreno, com esta objetividade. Quando o meu interlocutor me diz "*Nós viemos cá para trabalhar! Para vencer!*", revela o significado sobre a sua concetualização de imigrante. "*Não vimos para pedir, trabalhamos e vencemos*", por isso o imigrante tem que ser um vencedor, um discurso implícito inverso ao de Bohdan, por não ter tido sucesso, quando diz que não quer regressar à Ucrânia.

Estas passagens discursivas significam que a integração do Sr. Ramón foi rápida, o que lhe permite verbalizar o que considera ser imigrante num discurso de orgulho e empreendedorismo, apagando qualquer memória negativa associada à chegada. Este facto está relacionado com a memória: se ela for positiva o suficiente, apaga todo o registo de inferências que possam vir a constituir como um processo condicionador ou difícil (Venson, 2012). A presença de novas mobilidades permite que não se perca a identidade política, cultural e económica diretamente relacionada com o local de origem, como constata Basch (1995:8) e Schiller, o que leva a que a questão da identidade tenha uma forte componente no discurso do Sr. Ramón, que se percebe estabelecer contactos com o seu país de origem e com outros imigrantes da América-Latina. A categorização e a alteridade em torno da generalidade dos imigrantes está aqui bem presente "*Acho que depende de cultura para cultura, nós somos trabalhadores*". E, este – nós, são os Latino-Americanos.

Pós-colonialismo e identidade

Sam e Nelinho têm histórias diferentes, mas recorrentes e em Portugal. Com origem no fim do colonialismo²⁴, ficaram indocumentados e estão na categoria de “imigrantes”. São luso-africanos (Machado, 1994) que apesar de terem vivido a infância e a juventude envoltos na “portugalidade” (Batalha, 2008:26), mantêm a dificuldade de acesso à cidadania.

Vieram de Angola e, por questões conjunturais, não se legalizaram. Uma tarde, combinei com Nelinho um café no Largo no Intendente. Depois de pedir dois cafés, sentámo-nos nas poltronas, olhou para mim e perguntou-me "A Cecília quer que eu traga o Sam? Ele perguntou se pode vir. Ele também tem uma história complicada." Disse-lhe que sim e Nelinho começou a narrativa da sua vida:

"Nasci em Luanda em 1964. Vivi sempre com a minha família até que a minha mãe morreu. Somos onze irmãos, sete raparigas e quatro rapazes. Tenho em Lisboa duas irmãs, desde 1974, depois vieram mais duas. Estudei sempre em Luanda, tirei o curso normal de Educação Física. Fui para a tropa, em Angola, em 1982 e saí de lá em 1992. Eu nunca saí da tropa, digamos... abandonei o exército. Pertencia à Brigada de Infantaria Ligeira da Tropa Terrestre. Nas tropas, em tempo de guerra, havia muita liamba²⁵. Sempre andei no mato, tinha um tio, Tenente Coronel da FNLA, em Kinshasa (que, depois, acabou por vir para Lisboa) e que me retirou de lá. Em 1992, a minha mãe morreu, eu fiquei desconcertado, e as minhas irmãs propuseram-me vir para Portugal. Foi toda a situação que me trouxe para cá, sentia falta de conforto, do afeto da família. Não posso dizer que fui um imigrante económico, naquela altura era Oficial das Tropas em Angola. Quando cá cheguei, arranjei trabalho na construção civil. Nos anos noventa, era o que dava dinheiro! Eram tempos áureos, havia trabalho! Quem queria "juntar algum", ia trabalhar para a construção! Até licenciados lá andavam! Agora acabou a galinha dos ovos de ouro; já não se constrói nada...

Comecei a "atacar a sério" (a consumir). Quando me apercebi, já não fazia nada depois do meio-dia, andava à vontade, andava a fumar na prata²⁶, fazia uso de heroína, cocaína..., mas o problema mais grave foi o alcoolismo. Com isto tudo, fiz vários tratamentos de desintoxicação, e foi um período difícil que nem quero lembrar. Mas nunca me "piquei", não gostava disso.

Nelinho prossegue: acabei por nunca tratar da legalização. E já passaram vinte e três anos! Naquela época, levava uma declaração da entidade patronal, que dava direito à residência, mas era preciso estar legal cinco anos. Tenho documentos atualmente, mas com a vida, uns perdi-os, outros deixei-os caducar".

²⁴ Ver Maxwell (1985).

²⁵ Cannabis.

²⁶ A heroína ou cocaína é colocada num pedaço de folha de alumínio, queimada por baixo e inalada.

Esta é uma situação recorrente entre os sem-abrigo, devido à vida na rua, encontrando-se estes destituídos de recursos financeiros *por incapacidade de alcançar meios de subsistência, por falta de habitação ou abrigo e dependência de terceiros para subsistir* (Deveraux *apud* Policarpo, 2013:78). Se a incursão na guerra de Angola deixou marcas neste meu interlocutor, estas foram substituídas por outras, igualmente difíceis, que ainda estão muito presentes, relacionadas com a adição aos estupefacientes, que Nelinho diz nem querer recordar, porque a vivência emocional desse período ainda o deixa muito transtornado. Não se pode isolar o facto de esta situação poder estar associada ao stress pós-traumático (Quintais, 2000:68) resultante da vivência debaixo de fogo em Angola. Quintais remete este estado para um idioma eminentemente cultural, que considera que traz à luz alguns dos mais prementes debates contemporâneos sobre a pessoa, a memória e a violência (2000:46).

Desde 1992, que vivo em Portugal, sem ter conseguido a legalização - refere. Dantes, estes assuntos não eram tratados por nós, havia casas de documentos²⁷ a quem pagávamos e que tratavam de toda a documentação. Agora temos que andar horas nas filas. As pessoas têm que ir trabalhar²⁸. O CNAI ajuda as pessoas, passo a passo, a tratarem dos seus documentos, tem os tradutores..., mas também isso é mais para quem não sabe tratar de nada ou não fala português..., mas o SEF está lá dentro, se quiserem prendem-te e o CNAI não faz nada. - Este é o discurso do medo, recorrente entre os indocumentados, que faz com que um simples agendamento seja pautado por um período antecedente de terror. - Bem, com isto tudo, fui vivendo, cheguei a viver acompanhado, a fazer a minha vida, mas nunca me cheguei a legalizar. Agora estou a tratar disso, mas não consigo compreender...para tratar da residência tenho que trazer de Angola um Registo Criminal!? Eu não estou em Angola há vinte e três anos, não há registo meu de saída de Portugal, o que é que isso tem a ver com Angola? E, mesmo que tivesse feito um crime em Angola, já tinha prescrito. O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras criou-me um problema, porque tive de arranjar uma pessoa, e pagar-lhe, para trazer o Registo de Luanda! Isso faz sentido? Se eu estou aqui, o Registo devia ser daqui, se eu fiz alguma coisa aqui, já não lhes interessa, porque sou indocumentado e com os indocumentados eles não fazem nada! Se um gajo está registado cá, porque é não fica cá o registo? Eu já cá vivo há muitos anos... não há um documento que comprove que estive aqui que possa ser utilizado? Os primeiros documentos deviam ficar registados. Um indocumentado chega à esquadra e pedem-lhe os documentos, ele diz " Não tenho!", mandam-no embora, não tem documentos, não vai preso nem fica com cadastro. Muitos querem é isso, assim, estão livres. Conheço um individuo, para aí num café, e toda a gente tem medo dele. Chega ao balcão e diz assim: "Não se metam comigo! Já limpei um e estou cá fora e não me ensaio de limpar outro". E limpa mesmo! Pois ele não foi preso, não existe, nem tem cadastro! Há por aí muita gente perigosa nesse mundo! Depois, para é que eles

²⁷ As casas de documentos realizavam intermediação e podiam tratar desde a aquisição ou renovação de um bilhete de identidade a pedidos de certidões.

²⁸ Mesmo depois de ter ouvido diversos relatos sobre o tempo despendido a tratar de documentação durante a construção desta tese, confirmei que a burocracia em torno da documentação a apresentar no SEF se torna, também ela, um impedimento para a celeridade dos processos.

querem estar legalizados? Estar legalizado é estar controlado. Estar sob controlo. E também uma pessoa que foi condenada nunca vai ter nacionalidade!”

De acordo com a Lei de Estrangeiros, quem tem antecedentes (no registo criminal) não pode iniciar um processo junto dos serviços competentes (SEF) para se documentar, e caso não saia do país, depois de convidado a fazê-lo, será sempre indocumentado. Como refere Nelinho, estar legalizado é estar controlado, e, para algumas das pessoas, existe uma preferência por permanecer neste estado que associam á liberdade (Foucault, 1999:132) e à desresponsabilização, mesmo para com o Estado (os seus rendimentos estão livres de impostos e contribuições). Fora da regra social, não dependem do país para se documentarem e tanto podem permanecer em Portugal, como viver em circulação pela Europa.

Eu nasci em 1964, não em 1975! - continua Nelinho - Como é que eu sou estrangeiro no país em que nasci? Sou a favor de uma independência, mas não da troca de nacionalidade. Não podemos ao menos ter dupla nacionalidade? Andei lá a estragar os meus neurónios, a aprender na escola os rios e os montes e as montanhas, os caminhos-de-ferro portugueses e agora sou estrangeiro? Goa teve opção de dupla nacionalidade em 1961! Agora a advogada diz-me que posso pedir a legalização pelo Art.º 123²⁹. Nelinho é o que se pode considerar um imigrante retroativo (Policarpo 2013:135), por ter nascido em Angola com nacionalidade portuguesa. No entanto, este fator depende dos acordos estabelecidos entre países, não podendo assim ser assumida como uma situação generalizada a outros casos.

Eu vivi sempre melhor sem papéis do que com papéis. Ter papéis, até numa esquadra, para uma pessoa que seja apanhada, é uma chatice. Primeiro, porque está documentada e fica o registo, e depois, porque acaba muitas das vezes por não ter os documentos em dia e tem de ir tratar deles. Tem um documento, mas não estás válido. Logo, começa a ter problemas e a pagar multas. Se as câmaras municipais pudessem tratar destes assuntos, era tudo mais fácil. Um imigrante tem que vir a Lisboa de longe, e várias vezes, para tratar de um documento, para juntar papéis e estar horas em filas intermináveis para tratar dos seus assuntos. E os papéis são tantos que, a uma determinada altura, desistem. Nós estamos numa situação fragilizada que também não sei se não será conveniente para eles...por exemplo, estando legais se houver eleições e nós votarmos fazemos diferença³⁰...

²⁹ "Quando se verificarem situações extraordinárias a que não sejam aplicáveis as disposições previstas no artigo 122.º, bem como nos casos de autorização de residência por razões humanitárias ao abrigo da lei que regula o direito de asilo, mediante proposta do diretor nacional do SEF ou por iniciativa do membro do Governo responsável pela área da administração interna pode, a título excecional, ser concedida autorização de residência temporária a cidadãos estrangeiros que não preencham os requisitos exigidos na presente lei" (SEFSTAT).

³⁰ Os deveres de cidadania são observados como a obrigação de contribuir para o Estado sem retorno, o que não invalida que os imigrantes continuem sem documentos, sem o direito à participação e uso do direito de cidadania.

Por exemplo, no Consulado. Fui lá para tratar de uns documentos de um amigo que está cá a viver desde os dois anos, tem quarenta e dois anos, veio de Angola, no período da guerra, com os tios, depois não se dava bem com eles e andou por aí pelo mundo³¹... Um destes dias, o rapaz ia a atravessar a rua e a polícia abordou-o, levou-o para a esquadra, esvaziou-lhe os bolsos e implicou que o dinheiro dele era roubado. Tinha recebido nesse dia cem euros do trabalho e trazia-os com ele. Pediram-lhe os documentos, e ele não tinha documentos, mas tinha o nome no SEF, porque sempre que ele precisou, havia uma senhora conhecida no SEF que lhe passava uma folha. Ora, a senhora reformou-se e ele nunca mais lá foi! Deram-lhe vinte dias para sair do país e voltar para Angola. Mas quem é que ele conhece em Angola? E vai ficar onde? O homem está cá há quarenta anos! Como é que se pode enviar assim uma pessoa para Angola, onde esta já nem tem referências nem conhece ninguém?... Foi um problema para tratar dos papéis, ele foi perdendo tudo... fomos logo de manhã cedo para o consulado, para tirar uma senha, disseram-nos que não estava lá a certidão de nascimento dele. Se ele nasceu, tinha que existir! Fomos lá outra vez, eles não querem é procurar! Da segunda vez, acharam a certidão. Ele nem passaporte tinha. Um passaporte, em condições normais, custa trinta e cinco euros. Se o perderes, a polícia tem que passar um papel e é preciso pagar pela nova emissão cem euros. Isto tudo envolve dinheiro!... Por exemplo, se vais ao consulado num dia normal, pagas. Eu compreendo que para tratar dos papéis, mesmo para uma pessoa como eu, se torne muito difícil, mesmo estando em Portugal há vinte e três anos. Como é que eles vão comprovar que eu estive sempre aqui? Estive a falar com um jurista e ele tem razão...disse-me que tem que ser assim, porque, se eu não tenho papéis, é como se tivesse estado o tempo todo em Angola. Como é que eles sabem onde é que eu estive? Eu posso comprovar certos períodos, mas não posso comprovar uma regularidade no país. Como é que eles fazem? Tenho que fazer tudo como os outros fazem, senão também vinham outros de fora e faziam o mesmo. Diziam que já cá estavam há vinte e três anos. E depois? Eles começavam a desconfiar, se fosse muita gente na mesma situação. As pessoas também não ajudam a resolver os problemas, há muita malandragem...agora tenho que ser regular, se quero fazer alguma coisa com isto. Tratar da regularização! Quando se tem outros problemas, é difícil tratar de tanta coisa, mesmo da papelada da legalização. No albergue, as assistentes põem-nos a tratar destas situações, dizem-nos que o devemos fazer. Mas, se um indivíduo não quiser, não trata. Elas só aconselham. No albergue, não colocam questões nem pedem papéis. Ali recebem qualquer um, independentemente da origem ou da legalidade. Eles não querem saber disso. O papel deles é tratar das pessoas, dar-lhes um sítio para dormir e arranjar onde comer. Não se pedem documentos. Mas às vezes, tenho saudades de Angola, um dia se tiver condições de ir lá, vou. A tua terra é a tua terra..."

Sam tem um depoimento parecido. Também atravessou um período de consumo, que o ausentou da própria vida e que deu origem a que tenha quarenta e dois anos como indocumentado em Portugal.

³¹ Um dos elementos referidos por Policarpo é precisamente a destruturação dos laços afetivos e familiares e considera esta rutura como uma das causas para a entrada na condição de sem-abrigo (2013:80).

"Nasci no Huambo, a antiga "Nova Lisboa", em Angola, em 1972. Vim para Lisboa em 1974, com a minha avó e três primos. Tinha dois anos. Fomos viver para a Senhora do Monte na Graça. Estudei na escola de Sapadores (a primária) e depois fui para S. Vicente de Fora. Também andei na escola Nuno Gonçalves, na Avenida General Roçadas, na Penha de França. Depois fomos para Chelas, onde continuei a estudar na Escola Luís António Verney até aos quinze anos. Não compreendo como é que, estando em Lisboa desde 1974 e tendo andado em tantas escolas onde há registos meus, estes não estejam no consulado. Afinal sempre vivi aqui e onde o registo devia existir, não existe!

O meu primeiro trabalho foi como assistente de armador de ferro no Parque da Belavista, aqui em Lisboa. Havia trabalho com fatura, o empreiteiro, quando era preciso, chamava. Era uma área onde não havia grande desemprego, andávamos de obra em obra. Antigamente, não se descontava para a Segurança Social (só quem queria). Havia muitos "patos bravos"³² que não se importavam de pagar aos empregados, mas não descontavam para a Segurança Social nem para as Finanças. Na escala salarial, um empregado tinha direito a doze contos por dia, sessenta euros na moeda atual. E eles pagavam cinco contos para estar assim. Era menos de metade do salário diário. Isto foi em 1990. Cheguei a trabalhar em restaurantes, o último foi no Bairro Alto, mas o meu trabalho forte foi nas obras, só fiz obras emblemáticas: o BNU (Banco Nacional Ultramarino), na Avenida 5 de Outubro, a Piscina de Algés, os condomínios de Telheiras. Há uns dez anos, quando os "patos bravos" quiseram por os empregados a descontar, mesmo os que recebiam mais, ninguém quis. Queriam receber por inteiro. Se fossem pagar a Segurança Social e os impostos, ficavam sem nada. Houve muito "pato bravo" que ficou bem na vida por causa disso. Quem sabia gerir tinha uma boa vida.

Estar legal ou ilegal não tinha importância. Muitas das vezes, quando as pessoas estavam deslocadas, eram os patrões que alugavam as casas para os empregados das obras ali habitarem no decurso da obra. Qual era a importância de estar legal? Antigamente, quando o mercado estava bom, até os serventes pediam empréstimos. Como recebiam pelos bancos, estavam cobertos, era uma garantia e não tinham que levar documentos especiais. Naquela altura, ninguém se preocupava em estar legal...estas questões não se colocavam: um documento simples chegava.

Atualmente, e apesar de eu ter estado sempre em Portugal, de ter andado na escola Nuno Gonçalves e em outras, onde estão os meus dados, não há registo que prove que estive sempre cá em Portugal. Eles não cruzam a informação. Porque é que não foram buscar esses dados? Eles existem, eu estive lá! Mas, se vou ao consulado ou ao SEF, não há registo. Isto não deveria ser assim. Quando eu fui para a escola, não havia destes impedimentos, um aluno matriculava-se e pronto. Agora, isto é tudo para pedir dinheiro, trata de um papel, paga, põe um carimbo, paga. Agora é que é preciso papéis para tudo. E para tratar das coisas é, por si, uma complicação. É papel para isto, papel para aquilo, são papéis para tudo. Assim, as pessoas

³² Empreiteiros.

desistem, nem sempre há dinheiro para pagar isto tudo. Eu já tive documentos, mas perdi-os. Depois, para tratar de tudo outra vez? É um problema. Os meus documentos, como a cédula pessoal e outras coisas, estão em Angola, porque não vieram na altura. As crianças vinham no passaporte dos pais. O que não faz sentido, é ter de pedir a certidão de nascimento depois de tantos anos a Angola! A minha assistente disse que eu podia dar entrada no pedido de Cartão de Cidadão, porque estou cá há muito tempo, já tive um registo, um cartão azul e cartão de residência. Todos os que vieram até 1982 tinham direito ao Bilhete de Identidade, quem não tratou perdeu a oportunidade, e tinha que abrir um processo no SEF. A assistente disse-me que, se tivéssemos que voltar ao SEF, era uma chatice, porque tinha que pagar mais de trezentos euros! Um balúrdio! Tenho uma certidão pedida a Angola. Nunca me legalizei, porque achava que, para além da preguiça, era perder tempo. Ir ao consulado, depois ter que ir ao SEF buscar um papel, depois tinha que ir buscar outro papel a outro lado. Estava a trabalhar e a ouvir o meu patrão: "Olha, assim tenho que te substituir". Não podia estar a faltar...agora é assim; se tens vontade de fazer um curso, tens que estar legal. Primeiro tens que tratar dos papéis."

Ter papéis

Os "papéis" estão presentes em todos os discursos, o que se justifica por diversos fatores: a falta de recursos para tratar dos processos, a falta de tempo e a priorização de outras situações, como estar presente no posto de trabalho, e ainda a justificativa de ser um procedimento muito burocratizado e pouco articulado entre as entidades envolvidas. Mas, para Sam e Nelinho estarem documentados, é uma necessidade burocrática que revelam ter consequências, quando pretendem uma integração social para sair de uma situação de desfiliação pessoal (Castel, 2005). Tirar um curso de formação ou ter uma inscrição no Instituto de Formação Profissional não são hipóteses viáveis atualmente para ambos. Mas ter uma Autorização de Residência também significa ter uma obrigação: a de criar uma conjuntura que permita a sua renovação.

Para os dois (Sam e Nelinho), estar em Portugal é estar em casa, o que não invalida o discurso de Nelinho sobre a pátria: "*Às vezes tenho saudades de Angola. Um dia, se tiver condições de ir lá, vou. A tua terra é a tua terra...*" Mas é aqui que tem vivido e que têm as suas referências identitárias; por isso, Sam e Nelinho não se veem como imigrantes económicos nem no enquadramento geral destes; no entanto, esse é o enquadramento legal em que o Estado os coloca enquanto cidadãos.

No caso de Nelinho, existe uma memória de saudade, que se reflete numa comparação que faz entre o período em vivia em Angola e a sua atual vida em Portugal. Aquilo que concetualiza como agradável em Angola não inclui o período de guerra que o fez vir para Lisboa. Este facto tem uma implicação direta na memória, nas ressignificações e subjetividades inerentes a esta (Blumer, 2013:87). Quintais refere que, já no século passado, para as ciências da memória, o esquecimento se escondia num "encobrimento" (2000:79). Deste modo, não só escondemos dos outros, como de nós próprios, uma realidade que não nos satisfaz e que não nos remete para um período agradável ou sereno, como

ainda fazemos um processo de reconstrução para essa mesma memória, uma "presentificação" da experiência temporal dos sujeitos (Appadurai, 1996:48; Janet *apud* Quintais 2000:83). No caso de Nelinho, podemos afirmar que estamos perante a ocultação de uma memória traumática (Ekman, 2003:58). O seu discurso sobre a guerra não assume o mesmo peso do discurso que faz sobre as drogas e, enquanto a primeira situação é "esquecida", a segunda ainda é fator de rememoração. O passado, como refere Venson, *é sempre um processo de subjetivação, de positivação, de refazer e de criação* (2012:128), e este facto está relacionado com a incapacidade de controlar as emoções (Jackson, 1991; Lechner, 2007:76) e compor o passado.

Ser pessoa

A procura de integração, por parte dos imigrantes indocumentados, passa sempre pela legalização e permanência no país de acolhimento, porque é através desta que este grupo tem acesso a direitos básicos como a educação e saúde³³. "*A regularização constitui o indocumentado como um cidadão, um imigrante verdadeiro*", como me referiu Omar. A condição de pessoa e não pessoa define-se na imigração pelo facto de ter ou não papéis, por ter ou não documentação que legalize a sua presença num país onde não nasceram. Viver indocumentado é um processo estigmatizante para os envolvidos, que vulnerabiliza ainda mais a sua existência e os subvaloriza perante os documentados. Receber um documento comprovativo de legalização é importante, por ser o resultado de um processo moroso, muito burocrático e penoso. É recorrente a alegria, a satisfação e o descanso e, ao mesmo tempo, a sensação de vitória, que os imigrantes revelam, quando contam que conseguiram finalmente tratar da documentação e que estão legais. "*Vês? Agora já sou uma pessoa!*", foi o que me disse Ahamed, esticando-me o braço e mostrando o seu primeiro cartão de Autorização de Residência, quando o encontrei na Rua da Palma. Estar documentado não é, portanto, apenas uma questão de legalidade, mas de existência, é o que confere, de acordo com as suas concetualizações, a própria existência. O que significa que ser indocumentado é uma forma complexa de ser invisível, segregado e "não pessoa" - um termo utilizado por Goffman, (1963:84) -, ao estar fora do padrão normativo do que se convencionou como o imigrante verdadeiro. Os papéis oficiais significam os direitos do indivíduo aos recursos existentes, aos direitos políticos e sociais; assim, ter papéis é considerado um elemento essencial para a condição de pessoa (Khosravi, 2010:110).

³³ O atendimento no centro de saúde com serviço de urgência é acessível atualmente a toda a imigração, independentemente do facto de ser ou não indocumentado, o mesmo se passando com os serviços de urgência em contexto hospitalar.

Capítulo III - A importância do cuidado como estratégia de sobrevivência para os imigrantes indocumentados na cidade de Lisboa - Cruzando redes com economia informal

“Care’ can roughly be understood as the work of looking after the physical, psychological, emotional and developmental needs of other persons, and it has the dual sense of work activities („to care for somebody “) and feeling states („to care about somebody “)

(Jeannett Martin, 2012).

Em Portugal, a crise económica tem vindo a acentuar-se (e mantém em contínuo) um período de austeridade que alterou o modo de vida e subsistência de um largo número de famílias. Os reflexos diretos na população portuguesa, que gradualmente se vê num estado de maior precaridade e com mais dificuldades económicas, levam a situações de verdadeiro drama e incapacidade de assegurar o essencial como refere Bruto da Costa (2008). Este facto dá origem à reestruturação de projetos de vida. O Estado, relativamente ao aumento significativo de assimetrias e casos de “limiar de risco de pobreza” ou mesmo pobreza declarada (observem-se os últimos dados Pordata), com origem nos cortes de vencimentos, pensões ou complementos (e com o aumento da carga contributiva), “delega”, nas entidades caritativas e associações de intervenção social, o papel de suporte não só a uma franja da população já considerada anteriormente carenciada, mas também a uma parte da classe média que tende a entrar num processo de “dissolução” e destruturação da sua condição, através da perda da capacidade de autossubsistência (Costa, 2008). Constituiu-se uma conjuntura que se revela, para muitos, como o abandono do seu modelo habitual e conceptual de vida, através da perda do estatuto económico e social, o que gera a incapacidade de acompanhamento de um padrão de bem-estar equilibrado dentro da rede social/meio de pertença. Esta situação origina o crescimento das economias morais da rede de relações através de “novas práticas culturais de cunho solidário” (Lechat, 2001). Num quadro que incapacita a continuidade agregados de autonomia, remetem-se famílias inteiras para o suporte e cuidado dos pais e parentes mais velhos (muitos já reformados) que acolhem, com os recursos económicos e habitacionais que possuem, os familiares da sua descendência ou outros parentes, numa inversão de papéis. Evidencia-se, com este facto, também a necessidade de manter um papel ativo numa sociedade com o poder de desativar e desvincular os seus elementos, ao não conseguir prover respostas. Observa-se o aumento dos processos depressivos, uma questão de saúde pública que tem sido considerada preocupante pela Organização de Saúde Mental³⁴, e que implica a necessidade de implementação de medidas estratégicas de apoio e cuidado nesta área. Com as respostas do Estado-providência cada vez mais reduzidas, são as entidades substitutivas, como as IPSS, associações, ONG’s e as entidades caritativas, que vêm prover respostas de carácter

³⁴ "O agravamento das condições socioeconómicas dos cidadãos, o progressivo isolamento social – em especial dos mais idosos – e o vincado individualismo da sociedade têm permitido o aumento de fenómenos aos quais não conseguimos ficar indiferentes: a depressão e o suicídio." (Guia Orientador para as Boas Práticas para a Prevenção de Sintomatologia Depressiva e Comportamentos da esfera Suicidária).

assistencialista aos vários grupos da população mais carenciada. No contexto presente, também se reestruturam modelos de pensamento e surge uma solidariedade emergente, mesmo nas mentes mais individualistas, que assumem novos papéis e modos de participação na sociedade, tanto em proveito próprio como beneficiando quem precisa. Assim, fazer parte da dinâmica de uma rede pode ter início na necessidade de uma satisfação pessoal, através de atos como a relação de cuidado para com o outro, a obrigação moral, o altruísmo, a amizade ou mesmo a necessidade de integração, Lechat confirma este facto, citando Weber:

“Weber não subscreve a uma visão de uma moral simples ou utilitarista da natureza humana, tampouco acredita existir um impulso natural universal atrás de toda ação. Ele identifica um certo número de motivos humanos diferentes que são determinados pelo contexto: as pessoas agem orientadas por valores, ou por interesses ou pela tradição.” (Weber apud Lechat, 2001)

Perante uma crise a nível global, constituída por um número maior de exclusões do que inclusões, reconfiguram-se novas formas de defesa contra a pobreza, com a perspetiva de manter a estabilidade e a identidade e criar novos modelos de sustentabilidade, tanto para quem permanece nos seus países de origem, como para quem entra em processos de mobilidade por questões económicas, tornando as redes, a economia moral e informal numa requalificação do modelo societário. Surgem exemplos de uma introdução simultânea de modelos de sustentabilidade, que se revelam como reestruturações de projetos pessoais, constituídos pela necessidade de criar novas formas de poupar, mas também de obter recursos e meios financeiros para suprir despesas de primeira necessidade. O papel das economias sociais e solidárias e de desenvolvimento sustentável adquirem atualmente visibilidade e são projetos em agenda por parte da ONU, através da Força Tarefa Interagências das Nações Unidas sobre Economia Social e Solidária (FTESS). Estas economias são também observadas e estudadas pela academia, dando origem a projetos de investigação nesta área (Alber, 2015; Carvalho, 2015; Lima, 2015).

Não se pode afirmar que se esteja perante uma nova realidade social, porque as redes de cuidado não são elementos novos na investigação em Ciências Sociais. Mas esta é atualmente uma área que, pela dimensão que adquiriu nos últimos anos, devido a questões conjunturais, se tornou num foco de maior atenção e um fenómeno referido tanto pela Sociologia como pela Antropologia. O cuidado torna-se assim, mais visível pelas dinâmicas que possui e pelo papel estruturante que foi adquirindo como meio de complementar processos tanto de fragilidade como de precaridade. A existência das redes de cuidado é notória nas camadas mais fragilizadas, por uma conjuntura que não lhes permite uma total autonomia, reestruturando-se um padrão de valores morais e humanos (que são também referidos em investigação académica em contextos de imigração).

A partilha de problemas: O cuidado como fator de proximidade, o seu carácter familiar e de cumplicidade

Ao iniciar este capítulo, realizei uma abordagem ao contexto de crise em Portugal, por ser um assunto diretamente interligado com a imigração e por ser um processo que cria mais dificuldades a quem chega atualmente. A precaridade tem um movimento ascendente, que está associado não só às redes de apoio estabelecidas entre indivíduos, mas também à construção de uma economia informal que favorece (no caso estudado) ambas as partes, portugueses e imigrantes.

A perspetiva de uma melhoria na qualidade de vida (que não se reduz à sua dimensão económica) é um fator fundamental para as migrações; no entanto, a expectativa de quem emigra (na maioria das vezes) não corresponde à realidade encontrada (como se observa com o contexto de crise em Portugal) e os *timings* calculados entre a chegada e a estabilidade (se é que esta é alguma vez atingida, em muitos dos casos) são maiores que os expectáveis. Com muita frequência, ocorrem situações de total falência de recursos financeiros para manter a autossubsistência e o espaço habitacional, o que se torna numa condição redutora da capacidade de mobilidade na procura de emprego e de construção de processos de sobrevivência.

Para a imigração existente em Lisboa, o meio complementar de apoio surge nas redes étnicas de cuidado que, através dos seus sentidos simbólicos, são fundamentais para o acolhimento e posterior integração dos indocumentados. Pela peculiaridade das redes de imigrantes indocumentados, este capítulo articula redes associadas às novas tecnologias e às economias informais, étnicas, interétnicas, e de parentesco, a nível local e transnacional.

As redes de cuidado são caracterizadas como um meio onde se resolvem problemas funcionais do quotidiano e onde o estabelecimento de laços sociais tem impacto em diversas áreas. Facilitadoras dos processos de integração, estabelecem com os recém-chegados uma relação de suporte e cuidado e, mesmo depois deste período imediato, continuam a atuar com carácter de complementaridade. Estas podem ser consideradas não um só um espaço onde existe uma partilha comunitária e de identidade, mas também um espaço abstrato, onde a amizade, os afetos e os princípios morais são preponderantes no estabelecimento de equilíbrios, num ato de hospitalidade, onde a ética relacional se indexa ao paradigma da alteridade e solicitude (Carvalho, 2015:7). Acrescento a alteridade, pela diferença substancial encontrada na condição entre ambas as partes, a que recebe apoio e a que se encontra em condições de o conceder, estabelecendo de imediato a diferença entre quem precisa e quem pode prestar ajuda.

A constituição das redes de cuidado é diversificada. Ela não se forma apenas por razões que se prendem com características identitárias ou de género, mas conglomeram também os amigos, a família, vizinhos e conhecidos, independentemente do seu credo religioso, formação académica ou capacidade económica. Porém, é importante ressaltar que, na imigração, as redes de suporte não atuam só a nível étnico, mas entrecruzam-se numa relação que abrange amigos e conhecidos e também parentes a nível transnacional (Schiller, 1995; Vertovec, 2002). Jackson aborda a existência de um corte nos laços

sociais de origem dos emigrantes e a aquisição de novos conhecimentos que irão constituir uma nova rede de relações no destino (1991:2), Handlin e Takaki (apud Schiller, 1995:48) acompanham-no nesse discurso. Este processo, apesar da imediatez dos contactos que caracterizam a fluência dos laços a nível transnacional na atualidade, não reduz a sensação de distância física, nem é substitutivo dos laços familiares, o que nos faz pensar que o processo de distanciamento das referências de base continua a ter um peso estrutural na vida destas pessoas.

O desenvolvimento de novos meios de comunicação permite na atualidade contactos num sistema de *networks* (Appadurai, 1996:45; Castles, 2007:17; Marcus, 2012; Schrooten, 2010), que inclui, para além de redes noutros países, intra ou extra-Europa, também o local de origem e a família. Este facto aumentou a abrangência geográfica e identitária dos atores sociais dentro de cada um dos contextos de rede, onde procuram, numa multiplicidade de papéis, uma adequação discursiva e funcional. Schiller confirma este facto, no que concerne ao transnacionalismo, referindo-se a este como um processo social recente, no qual os transmigrantes estabelecem campos sociais que transpõem fronteiras geográficas, culturais e políticas. Devido ao desenvolvimento tecnológico, existe mais mobilidade na imigração e mais participação nos contextos familiares na origem. A noção de pertença confunde-se, devido a estas "mobilidades" (Basch, 1995:5), e provoca a sensação de "nem ser daqui, nem ser dali", mas ter todo um referencial cultural que se constrói por camadas, transformando estas pessoas em sujeitos mais versáteis em processos de mobilidade e de integração. Mas, ao mesmo tempo, estabelece a criação de indivíduos de características particulares em relação aos meios que os rodeiam, sendo estes constitutivos da sua própria história.

Assim, a relação de continuidade que mantêm com os locais de origem, faz com que os imigrantes na diáspora tenham um papel mais participativo e interventivo no desenvolvimento das suas zonas geográficas (Schiller). Este facto revela, como referi, uma reconfiguração do que estava constituído para Jackson na década de oitenta, como uma rutura (1991), estabelecendo-se atualmente um cruzamento entre a rede de cuidado de economias morais e as redes comunicacionais.

O que se constata, entre os imigrantes em Lisboa, é uma relação de grande proximidade entre grupos da mesma comunidade (Mapril, 2008:253). A importância das redes interpessoais foi defendida por todos os presentes neste trabalho. Neste sentido, sempre que o Estado ou outras entidades não têm capacidade de resposta às questões básicas de sobrevivência dos imigrantes, é importante a inserção em redes sociais e de cuidado como suporte e um modo de defesa.

A inserção nas redes transnacionais, sejam estas constituídas por familiares ou por amigos, permite muitas vezes o suporte em termos financeiros, em situações de maior crise, numa relação solidária e moral. O recurso à comunicação via *Skype*, *Facebook* ou por outras aplicações (*apps*), possibilita que estas pessoas estejam numa relação de permanência com elementos que à distância as apoiam e acompanham. Castells refere essas redes como sendo:

“Formas de organização mais flexíveis e adaptáveis, seguindo de um modo muito eficiente o caminho evolutivo dos esquemas sociais humanos (...), a comunicação em rede transcende

fronteiras, a sociedade em rede é global (...), aquilo a que chamamos globalização é outra maneira de nos referirmos à sociedade em rede” (Castells, 2007:18).

Redes em Lisboa

As redes informais³⁵, em que os imigrantes se inserem em Lisboa, permitem-lhes partilhar a habitação e refeições e estabelecer contactos de trabalho por intermediação (mesmo os pontuais e sem contrato), garantindo que estes assegurem a sua subsistência, como foi referido no Capítulo II. Mas, uma situação que se pensaria ser temporária, acaba muitas das vezes com trabalhos de longa duração e mal remunerados.

É comum a ocorrência de exploração dentro deste grupo, a qual se reflete numa carga horária excessiva e em promessas de contratos de trabalho e descontos para a Segurança Social que nunca se chegam a concretizar. A dispensa destes trabalhadores informais, não lhes dá acesso ao Fundo de Desemprego, nem a auferir das prestações a que teriam direito (por não estarem protegidos por um contrato). Nestes casos, retornam à dependência da estrutura de suporte nos mesmos moldes do acolhimento inicial, num ciclo vicioso que os prende a um espaço e a uma situação onde muitas das vezes não querem estar, mas de onde não podem fugir, estando a perspectiva de mudar de país, pela incapacidade económica, colocada de lado. Desse modo, as suas situações, como indocumentados, não se alteram. (Luís, 2015)

A solidariedade dentro da comunidade de origem, em situações de coabitação, inclui empréstimos de dinheiro ou avanços de pagamentos de valores fixos mensais aos que estão menos abonados num período específico do mês, procedendo estes ao pagamento aos colegas de quarto ou casa, quando recebem de um trabalho. Existe uma economia partilhada para minimizar os gastos. As tarefas que encontram são, muitas das vezes, pontuais e por via de conhecimentos. Assim, esta invisibilidade constrói-se não só pelas políticas de imigração, que dificultam a legalização, mas também por um mercado informal de trocas e serviços que acaba por ser conveniente nestas circunstâncias.

Dentro do grupo de imigrantes com quem contactei durante esta pesquisa, o único elemento que referiu não ter uma infraestrutura de suporte foi Dioubaté, cujo percurso de construção da rede acompanhei. Tinha decidido ficar em Lisboa, porque já não tinha condições para permanecer nem na Suíça, nem na Bélgica. A concessão da Autorização estava dependente de um emprego (que tinha de arranjar com carácter de urgência) para ter acesso a um contrato de trabalho e tratar da legalização ou ficaria indocumentado. Foi nesse período que se consciencializou de que a inserção numa rede em Lisboa era fundamental. Perguntei-lhe, quando o conheci, porque não estava inserido aqui em Lisboa na sua rede. Dioubaté respondeu-me: *"Aqui não conheço quase ninguém, estive fora, vivo há quatro meses*

³⁵ É na rede étnica que os imigrantes procuram apoio, ligados por uma mesma língua, e com um referencial cultural comum, habitam muitas vezes em espaços partilhados, quartos, residenciais ou casas. Cozinham em comum e partilham as despesas de alimentação, água, gás e eletricidade.

com dois amigos que também são da Guiné Conacri, somos só os três, não temos uma rede”.

Um dia telefonou-me e disse que precisava de falar comigo, para me mostrar uns documentos. Foi nesse encontro que percebi o modo como conceptualizava a rede de acordo com a sua cosmologia. Estávamos a falar sobre o seu curriculum e eu tinha referido que uma página sem certificados não tinha grande valor para um recrutador. Como licenciado em Direito Internacional, deveria pedir à sua universidade que lhe enviasse um certificado que justificasse a sua formação, mesmo que a atividade aqui em Lisboa não estivesse relacionada com a sua área (porque para exercer precisaria de realizar uma equivalência). Era importante que certificasse as suas formações, académicas ou complementares, de qualquer modo. Depois de ler a carta do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras que me queria mostrar, Dioubaté retirou meia folha de papel escrita à mão da pasta de documentos e disse-me:

“Vês este papel? É uma carta de recomendação de uma amiga. Ela diz a outra amiga (de outra empresa) que eu preciso de trabalho e sou amigo dela. Podes dar-me uma carta assim para eu entregar a amigas tuas?”

Expliquei-lhe de novo que precisava de um curriculum e certificados para as pessoas saberem quem ele era. Respondeu-me: *“Não, assim é melhor”.*

Este exemplo revelava a importância que tinha para ele estar inserido numa rede relacional e de ajuda interpessoal; mas a aplicação em termos culturais e práticos estava de acordo com o modelo em que entendia que deveria funcionar. O que eu lhe tinha explicado partia da convenção cultural e social que partilhámos em Portugal sobre os moldes pelos quais nos devemos reger na procura de emprego³⁶, Castro diz que as apreensões estão diretamente relacionadas com a cultura e que estas dependem dessas simbólicas para ser interpretadas (2002), e, por isso, para Dioubaté, uma recomendação escrita era o suficiente³⁷

No fim da nossa conversa, hesitou e perguntou-me: *“Tu não queres ficar responsável por mim? Se eu não tiver um contrato de trabalho, posso ter uma pessoa que se responsabilize por mim. Assim não há problema”.* Percebi a vulnerabilidade em que a sua situação o colocava. Não nos conhecíamos há muito tempo, mas Dioubaté estava desesperado. Expliquei-lhe que essa situação não era tão comum assim e, por isso, o único caso de que tinha conhecimento, era o de Lucilene, cuja irmã a tinha ido buscar ao SEF do aeroporto, porque não a deixavam entrar em território nacional por não provar ter rendimentos para vir de férias. Decidimos fazer um curriculum novo e enviar para o maior número de empresas possível; faltava uma semana para expirar a Autorização de Residência. O pedido de Dioubaté mostrava bem a sua vulnerabilidade. Sem apoio do Estado no país que o acolheu, a sua situação levou-o ao limite de se anular como adulto autónomo e pedir a outro adulto que ficasse responsável por ele. Neste caso, a relação de cuidado de um cidadão sobre um imigrante

³⁶ No Reino Unido, por exemplo, existe a Carta de Recomendação.

³⁷ Fedorak (4:2003) faz uma observação sobre a imersão noutras culturas, não só para compreender os seus contextos e os modelos de aplicabilidade das suas práticas, mas também para nos compreendermos a nós próprios e às nossas diferenças.

indocumentado é constitutiva da possibilidade de existência deste último como pessoa livre.

O antropólogo na rede

No terreno, compreendi que a rede de contactos era um local abstrato, onde também eu deveria estar integrada. Talvez por esse facto, Dioubaté me tenha pedido para ser responsável por ele.

Desde a primeira pessoa com quem falei para realizar o trabalho de terreno, todas me propuseram primeiro a ligação via *Facebook* ou *Skype*. Este era o nosso primeiro laço/link de contacto. Depois recebia pedidos, orientações, informações, ou simplesmente um “olá”. Durante o período de investigação para a elaboração desta tese, estive em contacto com quase todos os entrevistados pelo menos uma vez por semana. Os contactos virtuais ocorriam depois do jantar (e pontualmente durante o dia), altura em que eu ia ficando ao corrente dos seus problemas. Aqui surgiam verdadeiras sessões de orientação e aconselhamento, o que me trouxe a noção do que significa a antropologia aplicada (Bastide, 1972; Goldman, 2000), mas também implicada.

Num determinado momento, percebi que, na verdade, não estava apenas a fazer uma tese, mas estava profundamente implicada nas vidas das pessoas com quem contactava num ato de mutualidade e suporte e sentia que era minha obrigação moral e ética fazer alguma coisa com quem partilhava comigo as suas histórias. Não podia apenas escrever, tinha-me tornado um elemento das suas redes e fazia agora parte das suas vidas. Não era contactada apenas para os relatos do quotidiano, mas para realizar intercâmbios de diversas ordens. Preocupavam-se em saber se eu estava bem, queriam saber se tinha escrito, perguntavam-me coisas sobre o meu quotidiano e partilhavam os seus projetos e sucessos (alguns em confidência, e que me pediam para não contar a ninguém, “*para não tirar sorte*”). Procurei sempre manter uma relação igualitária com todos, não desenvolvendo o meu parecer pessoal sobre as suas situações, mas acompanhando os processos e projetos de vida que estes consideravam as melhores vias para resolver os seus problemas. Não queria ser nas suas vidas uma personagem assistencialista, nem pretendia que assim me vissem, mas antes como alguém que os ouvia e que em simultâneo realizava uma etnografia, sem monitorizar a relação que havia sido estabelecida previamente. Esta postura foi pensada, e permitiu uma liberdade de discurso que fez com que os meus interlocutores me aconselhassem muitas vezes. Assim, a rede foi também de intercâmbio não só de aulas de português, ajuda para localizar associações ou outras entidades, mas um lugar de diálogos, desabafos (e inclusivamente indicações sobre o que deveria escrever na tese). Plemons e Albro consideram que “os grupos estudados se tornaram parceiros, trabalhando em colaboração com os antropólogos - e as suas vozes são tão ouvidas quanto as dos antropólogos” (*apud* Fedorak, 2011). Corroborando este parecer, a etnografia deixa de estar apenas nas nossas mãos, ao tornar-se alvo de discussão e correção das interpretações simbólicas que fazemos e assume muito mais a importância dos discursos do terreno, materializando-se numa informação de carácter metalinguístico como refere Viveiros de Castro (2002).

Sobre diferenças culturais e homogenia

Por motivos pessoais, conheci Wei que veio de Wenzhou, na China, para vir ter com o marido; naquela altura estava grávida do primeiro filho. Como tinha uma loja de roupas e artigos para o lar, era ali que permanecia o dia inteiro. Era conhecida pelas pessoas do bairro por ser simpática e tinha muitos clientes. Dizia que Portugal era muito diferente, gostava de cá estar e encontrava-se integrada na comunidade chinesa; mas referia os primeiros tempos como um período de diversas angústias, em que se viu obrigada a inscrever-se na escola para aprender português. Aprendeu rapidamente o idioma, usava um bloco que tinha em cima do balcão para escrever as palavras novas, e quando alguém dizia algo que não compreendia, pedia para escreverem e silabarem com ela. Para Wei, ser imigrante significava *"ser outra pessoa, já não era mais menina"*, como me dizia agora, tinha o marido, a loja e tinha que trabalhar. *"Um imigrante chinês trabalha muito, muito, é uma vida sempre a trabalhar"*. Referia que *"ser indocumentado não é bom, e que para ter um negócio, é preciso ter tudo em ordem"*. Sabia de casos de pessoas que vieram com Visto Turístico e depois ficaram em Lisboa; mas esses, como dizia, *"nunca vão ser ricos, porque vão estar sempre a trabalhar para os outros. Sorte é ter um negócio, ter mianzi³⁸. Ter loja, ter carro, viver bem"*.

A referência cultural e identitária mantém-se geracionalmente como um modo de não perder as raízes com o país de origem³⁹, o que para a comunidade chinesa assume uma grande importância. O bebé de Wei nasceu e esta vivia numa correria entre os cuidados com o novo membro, a loja e a casa. Dizia cada vez que me encontrava: *"Cansada!...bebé, muito trabalho!"* O filho foi crescendo, entre a casa de Wei e a loja. Quando João já tinha dois anos, Wei contou-me que ele se iria embora. *"Filho vai embora para ficar com a minha mãe. Fica com a avó"*. Perguntei-lhe se não iria ter saudades dele. Wei disse-me que sim, mas estava feliz, depois iria visitá-lo para ele não se esquecer dela. *"Lá fica no campo, pode correr, a casa é grande, tem galinhas, água para brincar. Ele vai gostar. Ali vai aprender a nossa língua, a nossa cultura, depois, quando for grande, volta"*. Wei teve mais dois filhos e todos estão na China.

As crianças são sustentáculos e pontos de ligação entre a família a nível transnacional, o que confere estabilidade nas relações, entre os que estão na diáspora e os que se encontram na origem. Esta proximidade é proporcionada muitas vezes pela permanência na origem das crianças e jovens com tios ou avós, durante o ano, ou em períodos de férias escolares, em que são os próprios pais a aproveitar a conjuntura para os aproximar das suas referências culturais. Schiller considera que o transnacionalismo é um "epifenómeno" na construção e simbiose dos espaços, transformando-os em

³⁸ Mianzi - prestígio e crescimento dentro da comunidade.

³⁹ Este facto é observado pelo número de alunos (filhos de imigrantes) que frequentam a Escola Chinesa aos sábados na zona dos Anjos.

locais de interação humana e de relações sociais (1995:242). Este facto, por si, transforma e afeta os imigrantes adultos; mas são as primeiras gerações, as mais jovens, com o total domínio de português (e, por esse motivo, com maior capacidade de assimilação do meio envolvente) que mais reconfiguram as suas identidades mesmo dentro deste enquadramento. Envolto em sociedades de consumo apelativas, onde a oferta e o estímulo são permanentes, transformam-se em alvos ideais para a introdução de novos modelos e padrões. O conflito com os pais é inevitável, estabelecendo ruturas na reprodução cultural, principalmente com progenitores que têm origem em sociedades mais conservadoras. Criam-se relações identitárias repletas de antagonismos e em torno de comportamentos e referenciais que se desfasam pelos contextos considerados verdadeiros por cada um dos conflitantes. No caso das gerações mais velhas, este desfasamento acontece por estas se encontrarem mais vinculadas ao referencial de identidade cultural de origem (Basch, 1995:243); para os mais jovens, constitui-se pelo desvinculo ocasionado pela integração em sociedades globalizadas, que contextualizam e lhe dizem mais que a sociedade de origem. Podemos considerar que estamos perante uma nova forma de assimilação, bastante diferente da abordada por Goldberg (1994). Esta é uma "assimilação globalizada", uma aculturação fruto da modernidade em que os referenciais ocidentais, os contra-nódulos identitários, como o vestuário, a música, a alimentação (o consumo em cadeias de *fast-food*) ou mesmo a utilização seletiva de *apps*, são *instrumentos de homogeneização* (Appadurai, 1996:63; Santos, 2009:12) que reconfiguram novos modos de estar, cumulativos com a vivência na cultura parental e em sociedades multiculturais. Aqui, a *ideia de progresso, faz com que o novo seja considerado melhor ou mais avançado do que o antigo* (Marcondes, 2004), estimulando o desvinculo, uma característica da modernidade. Chamemos-lhes entidades emergentes, porque estamos perante a construção de um novo tipo de sujeito, com características culturais e sociais diferentes das gerações anteriores, onde o carácter cumulativo de culturas, informação e conhecimento vai reconfigurar a curto prazo um novo padrão de "sujeito-tipo" em mobilidade. Uma questão que deixo aqui em aberto e que depende mais das reconfigurações que o processo de globalização pode vir a tomar do que diretamente com a situação dos indocumentados.

Sobre relações sociais

As relações dos imigrantes são mais espontâneas com os portugueses, independentemente da sua proveniência, que entre comunidades com origens geográficas diferentes que consigo partilham o facto de serem imigrantes em Portugal (Mapril, 2008:253). Contrastando com a vertente do associativismo étnico, as comunidades não estabelecem grandes vínculos entre si pelo facto de estarem na diáspora. Este fator prende-se com questões culturais ou incapacidades linguísticas entre falantes de diversos idiomas. Existe categorização, segregação, e estabelecem-se estereótipos de acordo com a cor da pele, a religião, a cultura e a origem geográfica, e o prestígio e crescimento dentro da comunidade. Os contactos são profissionais e só nas gerações mais novas essas fricções se diluem pela permanência em espaços comuns, como é disso exemplo o ambiente escolar. A própria escolha de nomes ocidentais, para as crianças que já são cá nascidas, é uma opção dos pais, com vista a uma maior integração dos seus filhos em Portugal.

Retomando o exemplo chinês, na etnografia que realizou nas Astúrias, Reyes (2010) defende a existência de uma rede coesa transposta pelos chineses para a diáspora, que lhes permite um crescimento pessoal e económico, que está relacionado com fatores cosmológicos e de apreensão do mundo, baseados no taoísmo e no confucionismo. Para os chineses, é necessária a autoconstrução a partir de uma rede de relações (Reyes, 2010:13). Esta reporta para conceitos, como o *guanxi* e *mianzi*, que fortalecem a rede. Exemplificando este facto, vamos supor a chegada de uma pessoa de origem chinesa a Lisboa: a sua integração na rede é através da permanência em casa de amigos ou familiares (Basch, 1995:238) da mesma etnia. O primeiro trabalho é numa loja da casa que a recebe, o que constitui um favor que deve ser retribuído. Quando este elemento consegue ter a sua loja, vai retribuir os favores recebidos a quem lhes concedeu e participar também na rede, ajudando outros num sistema de trocas onde a retribuição está sempre presente; quem o faz, tem *guanxi*, o que se converte em prestígio e crescimento dentro da comunidade - o conceito de *mianzi*. Na cultura chinesa, considera-se também aquele que não compactua com a rede e que não retribui como o *junzi* (cavaleiro), o "forasteiro" como refere (Reyes, 2010) – o que fica malvisto perante a comunidade e é catalogado como uma pessoa em quem não se deve confiar devido á falta de reciprocidade.

As economias morais e de cuidado entre os imigrantes não consistem, como se observa, em criar proximidade com pessoas com uma situação mais desafogada ou melhor posicionadas socialmente. A importância é atribuída à qualidade moral da relação em si, porque a rede tem que ser firme. Qualquer elemento que seja desestruturador acaba por ser afastado. "*Apesar de termos todos um certo grau de liberdade de ação, nossos objetivos e valores são-nos dados pela cultura, também estabelecadora de um conjunto de regras sobre o que é um comportamento aceitável*" (Lechat, 2001), um princípio de base moral que não é só aplicado às redes nas comunidades chinesas pela diáspora (Reyes, 2010), mas, pelo que é subentendido, como um comportamento adequado para quem faz parte destas estruturas independentemente da origem geográfica.

Sobre o como a rede pode ser estruturante até em termos emocionais, analisemos o caso de Pam que veio do Nepal com o marido (e que já geria um restaurante em Lisboa com amigos). Deixou uma filha, com cinco anos, com os avós e veio apenas conhecer Lisboa, pois tinha saudades do marido. Mas, quando ele a foi buscar, disse-lhe que não tinha condições para trazer a filha e que esta deveria ficar com os avós. Pam chegou a Lisboa e quis retornar ao Nepal, mas o marido não permitiu: "o lugar da mulher é ao pé do marido". Pam não sabia falar português nem conhecia ninguém. Entretanto, engravidou e a situação tornou-se mais complicada (Khosravi, 2010:102). Pam continuava a querer voltar, mas dizia ao mesmo tempo que o seu lugar era ao pé do seu marido, num misto de emoções contraditórias (Lechner, 2007:76). Enquanto trabalhava numa empresa de limpezas à experiência (situação que durou um ano e em que não se conseguiu regularizar), o filho ficava com uma vizinha com quem tinha uma relação de reciprocidade. A vizinha tomava conta do filho e Pam, ao fim de semana, fazia as limpezas lá em casa. Foi durante o período, em que se encontrou mais depressiva por causa da filha que tinha deixado no Nepal, que recebeu mais ajuda da vizinha e referia que esta era uma mãe para ela, "*sem esta minha mãe, eu não tinha família, ela tem-me ajudado muito. Mesmo*

quando a cabeça não está bem”, estabelecendo-se entre as duas uma relação empática de cuidado mútuo.

Assim, desde a partilha de um espaço habitacional ao empréstimo para uma viagem de avião, ou ao cuidado dos filhos, as redes e as suas estruturas de economia moral e informal são a resposta mais próxima e a solução imediata para problemas que de outro modo não teriam resolução. Falamos de espaços heterogéneos de interacionismo simbólico (Blumer, 1986:2), onde os seus elementos são cuidadores e trocam serviços, substituindo simbolicamente a banca ou mesmo as “creches”, assumem papéis de avós, irmãos ou psicólogos, numa postura de suporte em relação aos que precisam.

Piketty referencia o envelhecimento da população como tendo causa na baixa taxa de fertilidade europeia e no decréscimo do número de nascimentos (2015:62), um fator comum em toda a Europa, e, por conseguinte, também no nosso país. Não existem infraestruturas gratuitas de apoio permanente no suporte a idosos em Portugal e, dentro das existentes, os recursos são constituídos por cuidadoras/assistentes domiciliárias, que fazem a higiene pessoal, cuidam da manutenção dos espaços habitacionais e que distribuem refeições diariamente aos que tem falta de mobilidade. Muitos destes idosos, não obstante viverem sós, têm necessidades permanentes de apoio e não querem deixar as suas casas. Com as pequenas pensões de reforma ou de terceira idade que recebem, não está ao seu alcance a aquisição de serviços de uma cuidadora ou dama de companhia, estabelecendo-se nestes casos um sistema de troca.

Ao longo da pesquisa, observa-se que são as mulheres imigrantes que não trazem a família quem ocupa estes lugares. Deslocadas da sua zona de conforto e num espaço geográfico que se torna hostil pela relação precaridade/género, assumem posições de maior vulnerabilidade. Assim, procuram um ponto de abrigo num espaço familiar que lhe ofereça segurança a um baixo custo, ou trocando algumas horas do seu dia por trabalhos domésticos, passeios e idas às compras em troca de um quarto⁴⁰. Refletindo sobre este facto, podemos concluir que *"a ética do cuidado é central para o reconhecimento das nossas próprias vulnerabilidades e dependências"* (Paperman, 2005:453). A relação que se estabelece entre a cuidadora e quem é cuidado não pode ser considerada apenas uma relação integrada na economia informal, mas também a troca de cuidado e companhia por uma relação familiar (Frangella, 2013). Este facto é observado por Mapril no contexto da sua pesquisa como um *estabelecimento de laços familiares* que formalmente implicam obrigações e deveres recíprocos (2008-253).

A relação laboral e de cuidado

Lucilene é disso exemplo. Veio do Brasil e trabalha como empregada doméstica há oito anos em casa

⁴⁰ Este é um trabalho pode ser a tempo inteiro com uma remuneração simbólica ou partilhado com um trabalho assalariado fora.

de uma senhora portuguesa, D. Alice, de oitenta e três anos. Nunca habitou na residência da patroa, porque, quando chegou, foi viver com a família. Quando lhe pergunto em que casas se sente melhor, refere a casa de D. Alice. "*Lá, não me sinto empregada na verdadeira aceção do termo, ela é como família*". Quando a patroa perdeu o marido, os cuidados redobram. Lucilene diz que fica preocupada por saber que a patroa vive só, que isso a incomoda quando vai de férias, o que significa que para além do seu papel de assalariada para tratar da manutenção e higiene da casa, existem cuidados que superam o seu vínculo laboral.

Não espera ser remunerada por isso, mas como refere, quando é preciso, está lá. Contou-me que um dia recebeu uma chamada de madrugada. D. Alice tinha saído da cama e não conseguia andar por causa dos joelhos. Como não têm família em Portugal, ligou para Lucilene que se prontificou a ajudá-la. A senhora acabou por ir para o hospital com uma amiga. Depois de chamar a ambulância que a levou, Lucilene ficou em casa, e conta como se sentiu:

"Coitada, partiu-me o coração, vê-la sozinha! Mas ia com a amiga...arrumei a casa toda e fiz a cama dela fresquinha. Preparei a sopa de que ela gosta, um arrozinho, para comer quando chegasse a casa, deixei um tabuleiro na mesinha do quarto dela. Avisei as minhas outras patroas que D. Alice estava doente e que, se fosse preciso, mudaria de horário, correndo". Lucilene também não tinha a vida facilitada quando fez este relato, porque residia num bairro com poucos transportes, e tinha um filho pequeno que tinha que deixar na escola de manhã e ainda cinco casas onde trabalhava durante a semana. Tinha o tempo preenchido. Sem referir o seu trabalho extra - o serviço de manicure - onde fazia manutenção de unhas de gel ao final do dia.

Observa-se, assim, que a relação que se estabeleceu, mesmo com um vínculo laboral, no caso de Lucilene, acabou por ser também uma relação de cuidado, não se sustentando apenas na questão monetária, mas por valores morais em torno do cuidado e afeto. Neste caso, ao contrário do que refere Goffman, (1974), não estamos na presença de uma simples *relação mutualista de trabalho/salário*, que se estabelece apenas pela via da relação empregado/patrão. O carácter de obrigação moral, de deixar no espaço conforto e a alimentação, leva a uma constatação: se existe um carácter de responsabilidade na sua tarefa, este passa apenas por limpar a casa e fazer as compras. Tudo o que refere ter feito, ultrapassa esse binómio ao se transpor para uma relação afetiva e de cuidado.

Mas não são só as mulheres a desempenhar este tipo de tarefas nas redes de cuidado que acompanhei. Embora seja menos comum, analisemos, por exemplo, o caso de Ahamed. Quando veio do Bangladesh para Lisboa, ficou inicialmente a residir em casa de um senhor de quem cuidava e que vivia sozinho num apartamento. Quando abordámos este ponto, contou-me que o tratava como "*seu avô*". A relação, que se estabeleceu, tornou-se uma relação de cuidado e familiaridade, tal como aconteceu no caso de Pam ou com Lucilene. Existia um apoio mútuo, onde a aprendizagem estava sempre em contexto e o processo de integração com os restantes elementos da família (mesmo recebendo pela tarefa) foram um suporte à sua permanência e o apoio para o seu processo de autonomia. Ahamed relata esse período e refere: "*...misturei-me com a vossa cultura, muitos amigos ajudaram-me*", o que denota no meio circundante a preocupação em integrá-lo. Esta ajuda foi o início do processo da criação da sua

própria rede, que, por não ser apenas intra-étnica, o favoreceu. Este processo inicia-se unilateralmente e converte-se pela continuidade em relações de suporte bilateral com carácter de reciprocidade, como referi acima.

Rede de cuidado no âmbito familiar

Existe também outro modelo de cuidado dentro da rede familiar entre documentados e indocumentados de uma mesma família. Analisemos a rede familiar de Lucilene, (Brasil). Alugou uma casa para o seu agregado, marido e um filho, num local que ficasse relativamente perto da mãe e dos irmãos. Para que não houvesse um impedimento nos dias em que tinham que fazer horas extraordinárias, os elementos desta família tiveram o cuidado de matricular todos os filhos na mesma escola. Assim, o membro da família disponível ao longo da semana ia buscar todos os primos. Observei que havia também entre os tios e a avó um sistema de rotatividade, mesmo durante os fins-de-semana, para permitir aos progenitores livres a execução de trabalhos extra ou mesmo para os disponibilizar para a organização das suas casas.

Os cartões de crédito eram "comunitários" e serviam apenas para adquirir grandes eletrodomésticos. O cartão ficava durante o pagamento das prestações sob a responsabilidade do adquirente; quando o crédito estava pago, voltava a ser utilizado por outro membro da família. Lucilene vivia a três quilómetros do supermercado e, quando fazia as compras do mês, era com a ajuda da irmã, que tinha automóvel, que regressava a casa. Nesta fase, Lucilene já tinha uma vida estável e retirava rendimento suficiente para as despesas de quotidiano a trabalhar como doméstica e como manicure, mas ainda não conseguia juntar dinheiro para férias e fazer uma semana de praia com a família, ou sair uns dias para fora de Lisboa, como referia: "*está fora de questão! Quando a gente quer sair, tem que rachar a gasolina. Não dá! É muito dinheiro em transportes.*" Assim, as férias aconteciam ao longo do ano e eram constituídas por alguns fins-de-semana em que os elementos da família, num sistema de rotatividade entre as crianças e adultos, saíam para ir a casa do outro agregado (os tios), ou pela realização de passeios por regiões turísticas periféricas de Lisboa.

Obtive assim diversos exemplos que confirmaram a minha teoria sobre as redes como estruturas fundamentais para a sobrevivência e minimização das dificuldades encontradas pela imigração.

A existência de diversos tipos de suporte dentro das redes estimula a sua continuidade através da retribuição (Bourdieu, 1996:162). Não sendo uma questão obrigatória, em determinados casos, esta faz parte de um agradecimento que estimula os laços de solidariedade e a continuidade da existência desta mesma rede. No livro "Ensaio Sobre a Dádiva" (2008), Mauss refere que o espírito do dono, "*Hau*", acompanha a dádiva e incomoda aquele que a recebeu até que a reciprocidade dê origem á sua libertação para o seu lugar de origem. Esta é uma forma de explicar a reciprocidade e a necessidade de dar algo em troca. Mas este facto social não pode ser medido apenas por este princípio, pois o suporte a qualquer nível é sempre um meio de interação cujos simbolismos são repletos de significados

para os próprios. Blumer refere esta interação simbólica como uma *reação à ação do outro, num ato de resignificação* (2013:76).

Comprova-se deste modo, pelos diversos relatos ao longo desta tese, que, para a imigração, o meio complementar para a existência de equilíbrio surge nas redes de cuidado e é através do carácter identitário que este suporte ganha maior densidade. Com a chegada ao país de acolhimento, revelam-se diferenças em termos culturais, de idioma, e de organização que dão origem a uma constante aprendizagem sobre o novo quotidiano. A rede, que os imigrantes constroem e se inserem, tem benefícios a diversos níveis (Baganha *et al.*, 2004:103), por ser um meio em que se fala a mesma língua, constituído por outros imigrantes económicos, onde a partilha de informação permite aos recém-chegados saber onde pernoitar, realizar refeições ou mesmo contactar com outros elementos da rede para arranjar as primeiras oportunidades de trabalho (Khosravi, 2010:104).

Cuidado ou negócio?

A habitação e a coabitação foram dois dos focos de interesse nesta pesquisa, pela diversidade de modelos encontrados pela imigração para permanecer em Lisboa.

Iniciemos pelas residenciais clandestinas, por exemplo: um quarto com serventias alberga sempre mais que uma pessoa e tudo é partilhado de modo a reduzir custos. Procurei conhecer um desses espaços para poder confirmar as condições e proceder assim à sua caracterização. A residencial que visitei era constituída por dois andares. Os quartos dispostos ao longo do corredor dividiam-se entre individuais ou partilhados por duas a três pessoas, existindo um quarto com quatro camas de beliche (camarata). Nenhum tinha casa de banho, e as duas existentes situavam-se fora dos quartos (que podiam ser alugados com ou sem serventias). As serventias davam acesso à cozinha e a um espaço dentro de um dos três frigoríficos existentes, ao uso dos dois fogões a gás de bilha e a duas máquinas de lavar por semana. Um quarto com serventias, partilhado por mais de uma pessoa, tinha o custo, por cada hóspede, de cento e vinte cinco euros por mês. No piso que visitei, grande parte dos hóspedes eram originários do Senegal e dos Camarões, existindo um quarto individual alugado a um ucraniano e um outro a um casal espanhol.

Os modelos utilizados para reduzir custos com a habitação são diversificados. Um imigrante brasileiro contou-me um outro exemplo: tinha mudado de casa e habitava atualmente num apartamento de seis assoalhadas, com uma cozinha e casa de banho, que tinha sido anteriormente a habitação de dezanove chineses. Assim comprova-se que o crescimento da economia informal, em áreas como a habitação, desenvolve-se em situações de crise e fornece respostas aos casos de maior precaridade económica no grupo constituído pela imigração. A precaridade habitacional criou um nicho de mercado para os imigrantes legalizados e para portugueses. Mas, o que parece uma relação de cuidado, nalguns casos apresenta-se como uma forma de fazer negócio. Estes arrendam segundas habitações que se transformam numa fonte de rendimento ao ser subalugadas com as despesas de manutenção incluídas

(água, eletricidade e gás), e uma casa de cinco assoalhadas pode albergar quinze ou mais pessoas, mesmo sem grandes condições de salubridade.

Fora a habitação informal, existem também em Lisboa casas particulares que providenciam refeições por valores mais baixos a comensais ao mês: assim, por cem euros, as refeições, o almoço ou almoço e jantar, muitas das vezes de cozinha étnica, podem ser consumidos na cozinha da casa ou levados para consumir depois (prática comum entre aqueles que não podem cozinhar).

Nelinho, quando me falava do desinteresse em tratar da legalização por parte de algumas pessoas, contextualizou o mercado informal de habitação a que me refiro, dizendo o seguinte:

"Muitos nem querem saber disso! Arranjam um trabalho, porque têm que ganhar dinheiro, e subalugam uma casa com mais uma data de gente. Não têm que dar o nome para fazer contratos de água, luz ou eletricidade, Isso é responsabilidade do senhorio. Há muitas casas por aí em que os donos já estão velhos e foram para lares e subalugaram as casas. Recebem cem euros de cada um e ainda vivem bem tratados no lar. E quartos alugados com serventias em casa de pessoas de idade? Há zonas em que deve ser mais de uma casa em cada prédio. Muitos nem querem trocar de situação. Assim estão livres, quem é que sabe quem eles são?"

Nelinho reforça a minha teoria sobre a invisibilidade conveniente.

Khosravi diz que a precaridade e os contratos de curta duração são o principal motivo da rotatividade dos imigrantes (2010:103), tanto em habitações alugadas como nas subalugadas, o que se deve às incompatibilidades relacionais em torno da utilização de espaços comuns ou utilização de bens próprios por outros elementos com quem partilham a casa ou o quarto. Este é também motivo de rutura e mudança, aumentando ainda mais uma mobilidade para a invisibilidade.

A minha rede

Quando Dioubaté me "inseriu" na sua rede, mostrou-me um Curriculum que tinha pedido para lhe fazerem e quis que lhe elaborasse outro com mais cuidado. Estivemos uma manhã no *Facebook*, em que lhe ia perguntando datas de início e fim de tarefas, nomes das empresas onde tinha trabalhado e Dioubaté demorava bastante a responder. Sempre achei que, mesmo fazendo parte da sua rede, este era esquivo quanto à informação que me disponibilizava. Nesse dia, fiz um comentário sobre isso. Como não consegui fazer o Curriculum à distância, combinámos um café depois do almoço. Dioubaté marcou num sítio e telefonou de outro, depois marcou num segundo lugar e apareceu, já tarde, ainda num outro local, como se tratasse de um jogo de *cache-cache*⁴¹, numa "visibilidade intermitente". Quando chegou, sentou-se e, depois de falarmos uns minutos, perguntou-me: "*Achas que te estou a compreender melhor? E a falar? Arranjei muitos amigos da Guiné, do Brasil e portugueses*".

⁴¹ Jogo de Escondidas.

Efetivamente, estava a compreender muito melhor o que eu dizia e expressava-se com menos hesitações. Depois do café, descemos a avenida, observei que começava a cumprimentar passantes na rua em *fulah*, o que significava que estava a alargar a sua rede social. Fomos a um *cibercafé* paquistanês para imprimir os Currículos e onde um dos empregados se colocou de pé, por detrás de nós, a relatar, para trás do balcão, em *bengali*, a um colega, o que observava das nossas consultas na internet. Quando acabámos, Dioubaté perguntou-me: "*Queres comer comida africana? Eu sei de um sítio*". Expliquei-lhe que já estava com pressa e que podíamos combinar para outro dia. Descíamos a rua, de repente parou e disse-me: "*Queres ou não? Vou-te levar para experimentar comida da Guiné!*". Apontou para uma porta, onde começou a subir uma escada de madeira, pedindo que o seguisse e olhando para trás enquanto ria: "*Não tem elevador... não é bem um restaurante...*". Entrámos numa sala, onde o chão era composto por camadas de oleado. Existiam nesse espaço três mesas de PVC branco, cobertas por toalhas plásticas com motivos florais e, por cima, garrafas de água de um litro e meio. Seis homens sentados em silêncio nas cadeiras de plástico brancas que se dispunham em volta da sala, olhavam para a televisão situada numa estante de canto e ouviam as notícias de um canal francês sobre a crise migratória no Mediterrâneo. Dioubaté convidou-me a sentar ao seu lado numa das mesas e trocou algumas palavras com os presentes. Explicou-me que aqueles homens tinham diversas origens; Guiné Equatorial, Guiné Conacri, Guiné Bissau, Camarões e Cabo Verde. Levantou-se e saiu, regressando pouco depois. Uma senhora, vestida com um traje guineense, espreitou pela porta. Dei-lhe as boas tardes. Olhou para mim desconfiada, depois puxou um carrinho de rodas do átrio da escada, abriu-o e esticou-me a mão com duas maçarocas (espigas de milho assadas). Sorri, Dioubaté olhou para mim e disse-me que eram para vender. Perguntei o preço. "*Um euro cada*", respondeu a senhora, esticando a mão com as duas maçarocas já num guardanapo. Pedi uma. Dioubaté perguntou-me: "*Mas tu gostas disso?*" Acenei que sim com a cabeça. Era a única mulher no espaço; a vendedora de maçarocas tinha-se ido embora. Trouxeram-nos um prato de *Hakô-Bantara*, (arroz com um molho de feijão, carne de vaca e espinafres), um pote com pasta de piri-piri e duas colheres. Dioubaté comia e perguntava-me se gostava. Explicou-me que sabia cozinhar a comida da Guiné Conacri e que a confeccionava em casa. A forma de Dioubaté se desculpar sobre o incidente da manhã foi com este convite para um local físico na sua rede, onde se praticava uma economia informal e onde a comensalidade⁴² serviu para a minha integração, algo que Dioubaté viu como uma troca justa. Era também uma forma de dizer que confiava em mim. Depois do "lanche", que nos custou quatro euros, saímos e fomos a uma empresa de trabalho temporário onde se foi inscrever. Comprova-se com este restaurante informal a existência de espaços e de uma economia informal e étnica que, como referi

⁴² "Quando e com quem comer são aspetos que fazem parte de um sistema que implica a atribuição de significados ao ato alimentar" (Maciel, 2005:49). Estes significados marcavam a minha inclusão e participação nos referenciais da sua identidade cultural. Roberto da Mata, afirma que "o jeito de comer define não só aquilo que é ingerido, como também aquele que o ingere" (Mata *apud* Maciel, 2005:49), simbolicamente eu fazia agora parte do seu mundo mais reservado.

na introdução desta tese, se dispõem por camadas, servindo cada um dos grupos geográficos presentes em Lisboa.

A informalidade foi observada também em outros contextos: sendo organizada por pessoas que confeccionam e vendem à sua comunidade produtos alimentares, como os pastéis de peixe ou torresmos, amendoins torrados, peixe seco, linguiças, maçarocas de milho, *tchai* (chá com leite de uso comum no oriente), chamuças ou pão frito, peixe seco, entre outros bens de consumo, como o vestuário étnico e calçado (Mapril, 2008:257-258).

Estes bens de consumo estão adaptados a consumidores pertencentes à própria comunidade de origem dos produtos, o que não implica, para quem os comercializa, a necessidade de interação com os locais. Por esse motivo, o contacto com portugueses não é um fator essencial para o exercício da profissão, ficando, deste modo, a integração num contexto mais abrangente e a aprendizagem da língua delegadas para segundo plano.

Sobre as redes e a sua importância, um dos colaboradores da Associação Solidariedade Imigrante referiu o seguinte: *"É preciso distinguir duas coisas: integração e acolhimento. Por vezes, são dois conceitos que não são distintos. Acolher é receber, apoiar. Mas não é integrar. Como é que se concebe que pessoas que estejam cá há mais de seis anos não saibam uma palavra de português? Isso é integração? Não. Isso é acolhimento. Portugal tem boas políticas de acolhimento, mas não integra os seus imigrantes. Por isso a importância das redes! Quanto mais diversificada for a rede, maiores são as possibilidades de integração"*. E refere a necessidade de uma rede aberta "para fora", não uma rede intra-étnica, o que reforça a ideia de uma rede constituída pelo maior número de pessoas e a mais diversificada possível.

Quando a rede não basta

As redes em que estão inseridos os imigrantes em Lisboa, de acordo com a origem geográfica das comunidades, podem por si representar um grupo precário sem recursos, em que o pouco que possuem é partilhado, mas nunca o suficiente para que não existam situações de privação. Estes casos sociais, algumas das vezes chegam ao conhecimento dos mediadores culturais, às juntas de freguesia, às associações, tanto de imigrantes como de desenvolvimento local, que procuram encaminhar estes casos para entidades que possam dar resposta às suas situações, como é o caso da Cáritas, do Exército de Salvação, das igrejas e templos onde a alimentação e bens de primeira necessidade, medicação, roupas ou dinheiro são coletados para depois serem redistribuídos. São as próprias redes étnicas em que se inserem que, quando não conseguem assegurar o suporte, acabam por os encaminhar. Uma das entidades que presta apoio sem considerar o fator legalidade é a Santa Casa da Misericórdia e os albergues para onde são dirigidos os casos mais graves relacionados com falta de habitação. Os próprios habitantes da cidade, que partilham os mesmos espaços habitacionais, vizinhos e amigos no bairro de residência, têm noção da desigualdade social e isolamento a que estas pessoas

são muitas das vezes votadas, prestando apoio moral e criando redes de solidariedade e trocas de favores (por um pequeno serviço, bens alimentares ou pequenas quantias em dinheiro).

Sobreviver é também um modo de existir mesmo na invisibilidade, de acordo com Lechat: "*Os economistas sociais definem a racionalidade ao nível do grupo, como uma eficaz luta de classe ou sobrevivência de grupo*". Os economistas morais consideram a existência de habilidades mentais universais como processos de habilitação para a resolução no contexto causa efeito, mas nem todos estão em comunhão com esta ideia, porque existe também outra conceptualização para a apreensão deste facto. Esta nova apreensão define que "*a capacidade humana universal consiste em simbolização, categorização e comunicação verbal. E os valores e objetivos que motivam as pessoas a utilizarem essas capacidades racionais inatas são totalmente relativos e específicos a cada cultura*" (2012). Assim, o carácter de necessidade e de satisfação das mesmas comporta uma apreensão cultural entre o que é necessário e o modo de resolução dessa mesma necessidade. Para Lechat, "*Tais crenças fazem parte de uma visão de mundo e da cosmologia moral de cada um*" (2012).

Mas há uma continuidade na vida, como diz Nelinho: "*Eu fiz a minha vida, eu não deixei de fazer coisas por não ter documentos, e diverti-me bastante, e tive as minhas mulheres, os meus trabalhos...se não se vive de uma forma, vive-se de outra. Tem que se viver, não é?*"

Capítulo IV - A Invisibilidade Visível

Os indocumentados vivem permanentemente com receio de que a qualquer momento lhes peçam a identificação, o que pode dar origem a um processo de expulsão. Este medo constante condiciona o estabelecimento de uma relação de confiança com o meio circundante (Khosravi, 2010:99). Durante o trabalho de terreno, sempre que eu abordava a questão da importância das Autorizações de Residência aos meus interlocutores (depois de ter referido o objetivo de tese), era recorrente perguntarem-me: "*Mas...tu és do SEF?*". Eu recuava no discurso e voltava a explicar que estava a escrever sobre a vida dos indocumentados em Lisboa. Apercebi-me que, quando estes imigrantes falavam comigo, faziam dos seus discursos processos catárticos, frequentemente numa linguagem emotiva, (Khosravi, 2010:110), com espaços entrecortados pelo silêncio para ganhar força para continuar e contar as suas histórias, oscilando entre terrores, alegrias e angústias⁴³. Um episódio recorrente era o facto de grande parte das vezes as nossas combinações serem alteradas, tanto em relação ao espaço em que tínhamos combinado o encontro, como em relação à hora acordada⁴⁴. Esta intermitência, entre a invisibilidade e a visibilidade, revelou-se como uma precaução constante nas pessoas indocumentadas relativamente a possíveis processos de monitorização⁴⁵.

Neste capítulo, recorro também a algumas passagens do meu diário de campo e realizo a análise de alguns encontros, concentrações e manifestações a que assisti, com uma postura reflexiva e crítica sobre a invisibilidade na camada da população imigrante como uma realidade dicotómica: o não querer ser visto e a sua efetiva invisibilidade social.

Nelinho e Sam desciam a rua da Palma comigo, depois de termos estado os três a conversar e a discutir os motivos que levavam a que a legalização fosse um processo tão moroso nalguns casos. Discutíamos o caso de um colega do albergue que tinha sido intercetado na rua por dois polícias e que tinha sido levado para a esquadra para ser identificado. O caso foi comunicado ao SEF e deram-lhe ordem de expulsão. Tinha vinte dias para sair do país. Veio de Angola com dois anos, na companhia de uns primos, e estava em Portugal há quarenta anos sem nunca se ter legalizado. Tinha-o conhecido num projeto PARTIS - Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano⁴⁶ e sabia que a sua situação não iria ser fácil de resolver, pois, ao longo da vida, várias vezes perdeu os documentos ou foi roubado nas ruas onde dormia. Agora estava integrado neste projeto e dedicava-se ao artesanato, com que ganhava algum dinheiro. Nesse dia, tinha cem euros no bolso, que a polícia duvidou que fossem seus, e por isso foi levado para a esquadra. Quando passámos pela esquadra, disse a Nelinho que não sabia que

⁴³ Pussetti considera que os imigrantes, pela sua vulnerabilidade relacionada com uma deficiente inserção comunitária. Mas também pelo nível social e económicos mais baixo que o nível médio do país de acolhimento e por barreiras linguísticas e culturais, se encontram mais exposto a distúrbios emocionais (Pussetti, 96:2010).

⁴⁴ Ver Capítulo II.

⁴⁵ "o medo de ser preso e deportado empurra os imigrantes indocumentados para uma vida clandestina, tentando ser invisíveis para autoridades" (Khosravi, 2010:99).

⁴⁶ Os projetos PARTIS - Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano constituem-se como projetos apoiados com focagem na inclusão social.

tinham mudado de instalações e apontei na direção do edifício. Nelinho baixou os olhos e disse-me: "*Não apontes*". Continuámos a conversar, descendo a rua. Percebi que a interação que podia ocorrer entre o "eu" apontar e sermos vistos não constituía uma ideia agradável para ele. Muitas vezes percebi que o papel da autoridade, fosse na figura do SEF ou mesmo na Polícia de Segurança Pública, tinha uma interpretação contrária aos princípios a que esta se propõe (Baganha, 2004:103).

Dioubaté também veio um dia comigo para fazer umas fotocópias. Como não encontrávamos uma papelaria, perguntei a um polícia que estava por perto onde as podia fazer. Quando olhei para o lado, Dioubaté estava a voltar para o início da rua e dizia-me: "*É muito longe, vamos a outro sítio*". Estes casos mostram-nos como a proteção ou a vigilância são elementos sujeitos a diferentes perceções por parte dos agentes e assumem muitas vezes, também eles, um carácter antagónico, o que inviabiliza que estas franjas sociais, em vez de se sentirem seguras pelas forças de segurança, se sintam ameaçadas por estas representarem a aplicação da Lei, o que para os indocumentados está sempre associado a processos executivos de expulsão. O receio de serem observados por algum indício não visível da regra social (Goffman, 1963:25; Khosravi 2010:99) revela que o medo comporta irracionalidade, como nestes dois casos.

Nelinho justifica esta posição dizendo:

"Pensas que eles te ajudam, se precisares? Esta é a lei da selva! Pegam em ti e mandam-te embora! Quem é que quer saber de indocumentados? É mais fácil pegarem numa pessoa para a mandar embora, que se preocuparem em saber como a legalizar. Olha o caso daquele rapaz!? E agora vai para onde? Para uma terra que não conhece? Onde não tem família e não tem referências? O que é que ele vai fazer para lá?"

Estas duas passagens revelam que existe um uso estratégico da visibilidade, e a construção de uma invisibilidade conveniente, que evita o contacto, e sem este não existe a própria existência destes sujeitos. Sem contacto não há questionamento, e essa é a situação ideal para quem se encontra indocumentado.

O Sr. Singh

Diário de Campo - Domingo, 17.30, numa rua de Lisboa

Encontrei Bilash, um mediador comunitário. Como é uma pessoa conhecida no meio, falo-lhe do Senhor Singh, com quem gostaria muito de fazer alguma coisa para minha tese de mestrado. O Sr. Singh é uma personificação daquilo que considero ser a imigração económica com dificuldades na integração. É um senhor do Estado do Punjab que vende chamuças e "tchai". Apesar de estar cá há alguns anos e ter vivido em Itália, não fala inglês, português nem italiano suficiente para que eu esteja num diálogo autónomo com ele. Isto faz-me pensar que não conseguimos comunicar, e em como o desconhecimento da língua é um impedimento tão forte e condicionante, um verdadeiro "handicap". (Khosravi, 2010:97)

Como não se conseguiu integrar, depois de um tempo em que trabalhou na construção civil, o Sr. Singh voltou-se para a sua comunidade que adquire os seus produtos. Bilash está sentado comigo numa esplanada e decide telefonar-lhe. O Sr. Singh vem de autocarro, de uma festa onde vendeu as suas comidas, para vir ter connosco. Vemo-lo ao longe, este aproxima-se, trazendo os seus sacos pesados. Aperta-me a mão, sorrindo. Já nos conhecemos e comunicamos mais pelo que subentendemos dos nossos discursos em línguas diferentes e pelas frases soltas que fazem sentido para ambos do que pela tentativa de falarmos uma língua comum. "Tens que lhe comprar alguma coisa, Cecília! Ele tem que vender! Senão, não se vai sentar." Acabei de beber uma cerveja e peço que me dê uma chamuça. Enche-me um copo de "tchai" e penso no momento: "espero que não me faça mal com a cerveja...". Peço ao meu intérprete que lhe explique qual é o meu trabalho e porque quero falar com ele. Quero também que lhe explique que esta conversa é anónima, pois sei que, se fosse de outra forma, ele não aceitaria (este é um ponto importante a focar na explicação⁴⁷). O Sr. Singh ouve-o e vai sorrindo. Olha para mim e diz-me "I've got already residence! I've got a card with residence at home!" Dou-lhe os parabéns: "Que bom Sr. Singh! Now you have residence! That's really good!"⁴⁸. Pergunto ao meu interlocutor o que lhe respondeu o Sr. Singh sobre o meu pedido para fazer o trabalho." Ele diz que vai fazer este trabalho contigo porque é teu amigo. Ele considera que tu és uma amiga". Marcamos para o Domingo seguinte, ao meio dia, no mesmo local. Decido de imediato que não vou usar gravador, não o quero intimidar. O meu intérprete comprometeu-se a estar presente e voltamos a encontrar-nos no Domingo.

Diário de Campo - Domingo, 11.45, na esplanada

Está um dia de sol, as pessoas aproveitam a ocasião para sair de casa e passeiam de um lado para o outro. Enquanto espero, observo-as a passear. Vejo também passar o Nelinho⁴⁹, com a sua canadiana, sempre coxeando. Levanto-me e dirijo-me a ele. Conheço-o bem, é uma pessoa de trato agradável. Durante a conversa, peço-lhe para fazer a sua história. Diz que sim e comenta: "Por direito, eu já devia ser português! Eu é que negligenciei o processo todo! Mas sim, vamos falar, encontramos-nos na terça-feira, por volta das 14h." Nelinho foi atropelado, ficou inválido, desempregado e hoje vive num albergue.

Bilash, que vai servir de interlocutor na conversa com o Sr. Singh, já chegou. Vem ensonado. "Dormi pouco, só vou estar aqui por tua causa". Esperamos a chegada do Sr. Singh. "Liguei-lhe de casa, antes de chegar, e não me atendeu o telemóvel." Conversamos, enquanto esperamos, mas não podemos esperar o dia todo, as horas passam. Decidimos ligar-lhe, ele atende, e diz que esteve ali às nove horas da manhã como era a ideia inicial. O Bilash diz-lhe que não, que

⁴⁷ Ver Introdução e metodologia.

⁴⁸ Durante o meu trabalho de campo vi muitos Cartões de Residência, porque estes me eram mostrados diretamente ou ao grupo com quem estava, e era comum serem partilhados nas redes sociais. Ver foto n.º 11.

⁴⁹ A sua história encontra-se no capítulo II.

nós tínhamos dito que não dava jeito, que era domingo e que tínhamos marcado para o meio-dia. Ele remarca para as quinze. Voltaremos às quinze. Começo a desconfiar que ele não vem...

Diário de Campo - Na Esplanada, às 15h.

Enquanto observo a rua, vou aguardando (mais uma vez) a chegada do Sr. Singh. É muito reservado, não sei até que ponto conseguirá falar de si, embora tenha dito ao Bilash que falava do assunto porque era meu amigo. Este senhor trabalha o dia inteiro, o que o faz não ter uma grande disponibilidade: circular é o seu modo de ganhar dinheiro e não tem fins-de-semana. Falar de indocumentados e imigração são temas “non gratos” para estas pessoas, não gostam de falar muito deles; primeiro, por uma questão emocional, depois, mesmo conhecendo-me, algumas revelam uma certa reserva de início em abordar o tema. Tenho sempre o cuidado de lhes dizer que não quero que eles sejam identificados, que não há nomes, apenas os que inventamos. Como diz o Nelinho sobre o nome que escolhemos: “ Mesmo indocumentados somos gente, todos somos gente!”.

São 15.15m e ainda não chegaram nem o meu interlocutor nem o Sr. Singh. Vou esperar.

O Sr. Singh não apareceu. O meu intérprete pediu que lhe ligasse mais uma vez. Atendeu, passei o telefone a Bilash, perguntou-lhe porque não tinha vindo, quando tínhamos combinado às 15h., na esplanada. Respondeu que naquele momento não podia. Combinou para as 19h., disse que a essa hora podia lá estar. O meu intérprete diz que desista, que já tentámos três vezes e que ele, sempre que se combina um local e uma hora, não comparece, “é sempre a mesma coisa!” e desabafa: “Pensei que ele era nosso amigo!” Perguntei se tinha explicado bem o trabalho que eu estava a realizar e que o depoimento dele seria anónimo. Bilash responde-me: “Tu podes dizer-lhe o que quiseres! Ele nunca vai acreditar!” Disse-lhe que se calhar era essa a questão, a de marcar uma hora e um local. Talvez ele não queira que se saiba que àquela hora vai estar “naquele” local, por isso torna-se esquivo e não aparece. De repente, vejo o Sr. Singh na rua por entre as pessoas. Digo ao Bilash: “Olha!” Fico sem tempo para lhe dizer mais nada. Bilash levanta-se e vai ter com o Sr. Singh, fala com ele, enquanto gesticula, e este acompanha-o com os seus pesados sacos, um em cada mão. Vejo-o de frente, a olhar-me nos olhos, esboça um sorriso. De repente, quando já está a uns dez metros da mesa, diz a Bilash: “ Vou ali ver se alguém quer comprar alguma coisa e já por lá passo”. Virou na rua à direita e desapareceu para nunca mais o voltamos a ver.

Em todas as conversas informais, quando nos encontrávamos por um acaso, o Sr. Singh sempre fora agradável. Bilash interpretou as minhas ilações do seguinte modo: “Tu sabes... talvez ele tenha uma história muito triste e dolorosa, por isso ele não quer vir...sabes... esse pode ser um assunto que lhe custa”. Assim, mesmo que eu nunca consiga falar com o Sr. Singh, este vai continuar a ser sempre a personificação da invisibilidade visível.”

Estas pessoas, pelo facto de não terem documentos, têm uma existência que se constitui por constantes processos de intermitência, aparecem e desaparecem, e não o fazem por questões

peçoais, mas legais. Em "Homo Solitarius", Celso Castro defende que a interação entre os indivíduos pode ser suspensão ou ocorrer de uma forma pouco densa e intermitente nas sociedades contemporâneas, pois "*para alguns a ausência de interações com algum grau de intimidade parece ser crônica*" (2002:72). Este é um discurso que se enquadra nesta população: não são falantes de português, por vezes dominam algum inglês, e contactam apenas a sua comunidade. Neste contexto, as emoções são repletas de sentimentos contraditórios e evocam vivências anteriores à migração que transformam este período num processo ainda mais angustiante (Lechner, 2007:76). Foi isto que me foi verbalizado várias vezes, através de discursos saudosistas, mas que, ao mesmo tempo, eram reveladores de uma nova existência, num percurso ainda não concluído, mas já com a perspetiva de uma nova vida (Jackson, 1991), mas que gera, com a própria situação, uma relação de ambivalência.

Mas o que impulsiona estes imigrantes para Lisboa? Existe uma construção sobre o local de destino, ou mesmo locais de destino, os *mundos imaginados* (Anderson *apud* Appadurai 1996: 51), que chegam por diversas vias de comunicação e informação e abrem um espectro de possibilidades, um *American Dream*. Na perspetiva da "*terra das oportunidades*" lhes oferecer melhores condições que as presentes, empreendem a viagem. Perguntei a alguns dos meus interlocutores o que os tinha trazido para Lisboa, existindo países europeus onde os vencimentos eram superiores (o que lhes permitia ter uma melhor qualidade de vida). As respostas a esta questão foram desde uma maior capacidade de sociabilizar: "*Gosto daqui porque os portugueses são boas pessoas*" aos relacionados com o clima: "*gosto do clima, porque tem muito Sol*" ou ainda: "*aqui a vida é mais tranquila*" e, no caso dos brasileiros em Lisboa, foi referido o contraste com a violência no Brasil: "*Aqui podemos sair à noite, ninguém se mete, é muito tranquilo*". Muitos dos meus interlocutores não o referiram, mas já tinham em Portugal familiares ou amigos, o que lhes deu mais segurança para empreenderem a viagem.

Sobre medos e receios

O período dos seis meses, que antecede o primeiro pedido de Autorização de Residência, é considerado o mais complicado, porque durante este tempo os imigrantes vivem situações difíceis que, em larga medida, resultam da clandestinidade em que se encontram. Lucilene falou-me sobre a necessária invisibilidade do irmão num período em que ele trabalhou como servente: "*O meu irmão, quando a inspeção do SEF ia fiscalizar os trabalhadores para saber se havia estrangeiros, tinha que se esconder nas caixas da água*". Lucilene conta também que, durante os primeiros anos em que viveu em Portugal, de 2004 a 2007, nunca ia a grandes superfícies sem um elemento da família, porque conhecia relatos de intervenções do SEF⁵⁰ nesses espaços para identificação de imigrantes em situação irregular. O mesmo se passa com as saídas à noite. Mesmo com suporte familiar, afirma que o receio era grande e que, a maior parte das vezes, o seu percurso era apenas de casa para o trabalho. Khosravi, refere este receio de espaços públicos como uma "agorafobia" que leva os indocumentados a ficarem longe de "*multidões e locais públicos (...) do centro da cidade e locais de entretenimento,*

⁵⁰ Encontrei um dia um *post* no Facebook que informava sobre as fiscalizações a serem realizadas nos aeroportos nacionais e internacionais num sábado e num domingo. A informação era sobre os espaços que deveriam ser evitados por pessoas que não se encontrassem em situação regular.

como parques de diversões, museus, discotecas, bares e grandes centros comerciais” (2010:99). Vale a pena notar que este medo não é uma fantasia, mas corresponde a uma possibilidade real, como mostra o caso de uma outra imigrante, amiga de Lucilene, que trabalhava numa sapataria. Um dia apareceu a fiscalização para saber se todas as pessoas que lá trabalhavam estavam documentadas, a amiga foi identificada e informou que estava a tratar do processo no SEF, aguardando naquela data uma convocatória. Quando a convocatória surgiu, foi para se apresentar por causa de um processo de extradição. Depois de resolver algumas questões burocráticas, foi com o contrato de trabalho, que recebeu no local onde trabalhava, que deu entrada no processo de legalização.

É importante também notar que são os imigrantes que têm menores meios de suporte que se deparam com maiores dificuldades na aquisição de um emprego, necessário para obtenção de documentação, e para quem as sanções impostas pelo SEF se tornam mais difíceis de cumprir. (Jonathan Inda, 2011). As pessoas, que imigram para Portugal, chegam com um visto turístico de 90 dias e, após esse período, o Visto tem que ser renovado, o que implica sair do Espaço Schengen para voltar a entrar. Quando o visto expira, estas pessoas, que chegam com poucos recursos, já investiram tudo na viagem e na permanência e não têm possibilidades de fazer a viagem de volta, pelo que acabam por perder o visto e tornam-se “irregulares”⁵¹.

"Para dar início ao processo de legalização, os imigrantes têm que estar a trabalhar seis meses e não pode dar entrada a documentação durante esse período. Se iniciarem uma atividade laboral, depois de caducar o Visto, pagam uma multa ao SEF na ordem dos quinhentos euros, o que significa que, para dar entrada de um processo de Residência, os valores são sempre dentro desta média", como referiu Lucilene. Estabelecer uma rede de relações, sem sair á noite por causas das rusgas, e viver isolado num período em que os novos conhecimentos e os amigos são fundamentais para arranjar um espaço habitacional e um emprego, é entendido como um período de solidão que evoca uma sensação de desigualdade, como foi relatado por Lucilene: *"Era como se fosse uma criminosa. Eu, heim? Sempre levei minha vida direita!"*.

Como refere Inda e Rosaldo (2011), o Estado cria legislação sobre a mobilidade das pessoas que faz com que estas, que já estão num estado de grande vulnerabilidade, de repente se tornem ilegais, porque não conseguem cumprir os requisitos das leis da residência no país, o que se revela como uma situação ainda mais complicada, devido aos valores a pagar para dar entrada num processo de regularização.

Em espaços públicos – estratos do caderno de campo

⁵¹ "Com um Visto Schengen, o cidadão pode viajar para todos os 26 países do espaço Schengen, pelo período de validade do seu Visto, num máximo de três meses, por cada período de seis meses. Não é necessário um Visto para cada um dos países e não é necessário mostrar o passaporte ao passar a fronteira entre países do espaço Schengen. Todavia, nas fronteiras externas – fronteiras com países que não pertencem ao espaço Schengen – todos os documentos de viagem são cuidadosamente verificados".

http://ec.europa.eu/immigration/preciso-de-visto/preciso-de-visto-de-curta-duracao_pt

Dia 14 de Abril, via Facebook

A Associação Solidariedade Imigrante, através da publicação de uma mensagem bilingue, começa a pedir apoio para os preparativos da Marcha do 25 de Abril.

“Vem ajudar-nos a criar! No próximo sábado, dia 18 de abril, pelas 15 h., na Solidariedade Imigrante, vamos todos (imigrantes e portugueses) pintar e colorir as pancartas (cartazes) para as manifs do 25 de Abril e 1º de Maio. Trás a tua energia e criatividade! Ativa a tua Cidadania!”

As fotografias documentam na mesma página o trabalho realizado pelos voluntários da Guiné Conacri e de Itália, entre os nacionais de outros países que responderam ao apelo. Numa das fotografias, vê-se uma mesa onde estão todos sentados em frente aos cartazes, com potes de tintas coloridas, e por detrás, num quadro branco, lê-se:

*“Pas de papiers =Pas de travail
Pas de travail= Pas de papiers”⁵²*

Há um apelo também às mulheres do grupo “Ativa a tua Cidadania”, que está integrado nos projetos da Solidariedade Imigrante, para se juntarem às comemorações tanto do 25 de Abril como do 1.º de Maio. E os posts alusivos são publicados no site da Solidariedade Imigrante:

“No dia 25 de Abril e 1.º de Maio vem para a rua lutar! Se queres ser escravo toda a tua vida, então fica em casa. Se queres lutar contra a escravatura, se queres lutar pela tua vida com mais direitos, então junta-te a nós”

Procurei estar presente nas ocasiões mais significativas para a Associação, porque queria compreender quais os problemas considerados mais importantes e o seu modelo de intervenção. Existe um sentido de comunitarismo que envolve não só as entidades da Associação (funcionários, associados e amigos), mas também outras entidades e associações e mesmo elementos que, de um modo individual, se juntam à “causa da imigração” (uma frase muito utilizada por Timóteo Macedo que dirige a Associação Solidariedade Imigrante).

Dia 23 de Abril, Centro Europeu Jean Monet

A Associação Renovar a Mouraria e a SOS Racismo marcam a concentração “Stop ao Genocídio”, depois dos acontecimentos dos últimos dias na costa do Mediterrâneo. Pretende-se, com esta concentração, apresentar uma contestação às políticas de imigração na Europa, sob orientação da Frontex, que originaram perdas de vidas numa semana idênticas às ocorridas no ano inteiro de 2014. Subimos a rua do Salitre e, no largo do Centro Europeu Jean Monet, encontramos um ativista a colar folhas de A4 nos paus das bandeiras que se encontram no jardim. “Não à Europa fortaleza”, “Fim do Frontex”. Apesar de muitos terem ficado consternados e terem partilhado fotografias sobre os

⁵² Ver fotos em anexo.

incidentes no Mediterrâneo, os apelos pelo Facebook para comparecer a esta concentração trouxeram mais “likes” do que pessoas⁵³. À minha chegada, conto 42 pessoas e alguns elementos representativos de associações. Para acompanhar esta concentração, temos um carro piquete da PSP de um dos lados do largo e uma carrinha com oito polícias do outro. As pessoas gritam: “Frontex não! Direitos sim!”, “Imigração não é um negócio!”. No final, conto no largo 78 pessoas. Não vai haver um minuto de silêncio, porque, como refere o líder de um dos grupos, “Estamos fartos de silêncio! Chega de silêncio, vamos fazer barulho e, em vez de silêncio, vamos ter um minuto de palmas”. O discurso de uma italiana e outro de um elemento da Habita (entidade sem fins lucrativos que luta pelo direito à habitação) foram as intervenções de sensibilização para os problemas dos refugiados e dos imigrantes.

A concentração não teve uma participação significativa por parte do grupo constituído pelos imigrantes. Esta constatação levou-me a questionar um elemento da Associação Solidariedade Imigrante e a confirmar a minha teoria sobre a não comparência destas pessoas. As que estão mais ativas nas associações são as ativistas (o as que estão ainda numa situação de precaridade a resolver problemas de legalização e que precisam de maior suporte). Os imigrantes indocumentados não se expõem, porque não podem ser fotografados ou filmados, não querem proximidade a situações que possam dar origem a processos de conflito de rua e que levem a polícia a proceder a identificações ou detenções. Os restantes, como era de prever, ao terem a sua situação económica e legal estabilizada, têm uma vida mais ocupada com a manutenção da sua nova vida. Muitas vezes com processos de Reagrupamento Familiar a decorrer (o que significa que a sua família já cá está), o que os torna mais indisponíveis, e acabam por estar menos presentes. Estas constatações revelam que as associações são pontos de convergência, mas também de passagem (Douglas, 1986).

Dia 25 de Abril, na Rotunda do Marquês de Pombal

Procurar alguma coisa de género para colocar aqui. As mulheres do Grupo Faiasca-Federação das Associações de Imigrantes e Amigos do Sector de Calequise em Portugal estão já vestidas com os seus trajes tradicionais. Uma delas apita, enquanto se ouve o som da percussão, e as restantes gritam: “Ativa! Ativa a tua cidadania!”. As faixas estão esticadas e nelas lêem-se diversas palavras de ordem: “Ninguém é ilegal!”, “Não à Europa fortaleza!”. As pessoas que integram a manifestação também são convidadas a escolher um cartaz de cartão que podem colocar ao peito. Há latas de sumo, presas com fita adesiva, que servem de maracas, garrafas de água, uma saca com pães embrulhados em papel de alumínio e tiaras de cravos vermelhos que as mulheres são convidadas a colocar na cabeça. Chegam

⁵³ A criação de eventos no Facebook origina um espírito de concordância que leva a comportamentos de impulso, sendo um destes, o de aceitar os convites para os eventos por simpatia com as causas; mas depois, por impossibilidades várias, o número de presenças é sempre discrepante entre os convites aceites e números publicados. No caso do convite para a manifestação do 25 de Abril da Solidariedade Imigrante, foram feitos 12000 convites: 129 confirmaram a presença e 26 disseram que talvez fossem, em números reais, estiveram presentes duzentas a duzentas e cinquenta pessoas. Vivemos um período de individualismo moderno, de acordo com as palavras de Zygmunt Bauman, em *A Modernidade Líquida*, em que as solicitações são mais que o tempo disponível. Assiste-se a uma “rotatividade de interesses e de causas, há um carácter descontínuo nas participações.

mais manifestantes que se juntam a nós. Uma senhora diz-me: “Eu venho para aqui, para estar convosco, porque sei o que os imigrantes sofrem”. Outra senhora, de sotaque brasileiro velado, referia também que sabia o que era ser imigrante porque há quarenta anos tinha vindo imigrada para Portugal: “Passei muito, mas agora estou bem”. O grupo das mulheres, depois de receber as tiaras, coloca batom, como modo de reafirmar a sua condição feminina. Os homens, com os cartazes colocados ao peito, falam entre si. Uma senhora filipina sorri para mim e encosta a cabeça no meu ombro. Sorrimos as duas. Sinto que as pessoas me integram no grupo, mesmo quando só algumas sabem o que faço realmente ali. Há muitos rostos novos, mas também muita gente conhecida.

Saímos da Rotunda do Marquês de Pombal e descemos a Avenida da Liberdade. No meio dos imigrantes, há portugueses que também se associam e gritam as palavras de ordem: “Direitos iguais! Residência para todos! Documentos para todos!”, e ouve-se em uníssono: “Ninguém é ilegal! Ilegal é o capital! Ninguém é ilegal! Ilegal é o capital!”, “Primeira, segunda, terceira geração! Nós somos todos! Filhos de imigrantes!”, “Direito ao voto! Aqui vivo, aqui voto!”

Os cartazes saem do peito e levantam-se no ar. As mulheres do grupo Faíasca dançam. O grupo de batucada “Nice Groove”, composto por elementos que devem ter entre os vinte e os trinta anos fazem-se ouvir e aumentam o impacto da marcha. Deste modo, imigrantes, descendentes, músicos e artistas, voluntários, apoiantes da causa, todas as pessoas presentes, independentemente do subgrupo em que estavam inseridas (fosse por terem uma mesma origem geográfica, professarem a mesma religião ou por uma questão de género), todas se uniformizam num grupo uno (Douglas: 1986). Cria-se um coletivo que luta por um mesmo objetivo (sentido comunitário). O que é referido constantemente pelo diretor da Solidariedade Imigrante, quando afirma que “é preciso dar voz aos imigrantes, e é o que estas pessoas têm aqui, um local de expressão!”

A manifestação acabou. Vou para a Praça do Martim Moniz e está a chover. Um bangladeshi vem ter comigo à paragem onde me recolhi e estica-me um guarda-chuva azul. Aceno que não. Passa outro, em direção à Praça da Figueira, com o braço cheio de guarda-chuvas pretos de bengala: é preciso aproveitar as oportunidades. Assim, complementam-se as atividades laborais regulares e os rendimentos auferidos nessas tarefas com a venda ambulante aos fins-de-semana (Mapril, 2008:257).

Dia 27 de Abril

Percebi que os carros que seguiam em frente à manifestação da Solidariedade Imigrante fechavam a manifestação e que saímos no fim. No Facebook, comenta-se que esta não é a primeira vez que isto acontece e começa a preparar-se a Concentração do 1.º de Maio. Contacto um elemento da Solim e peço-lhe que me diga quantas pessoas estavam aproximadamente na manifestação. Recebo uma resposta: “Duzentas a duzentas e cinquenta”. No que concerne ao porquê de sermos os últimos, e estarmos nós, a ILGA, os Panteras Rosa e a Casa do Brasil a desfilar sozinhos, este elemento responde-me: “Quanto a isso, é mais complexo do que parece à primeira vista. Eu depois explico-te melhor. Mas não vale a pena entrar por aí”. Pedi a um ativista da SOS Racismo uma explicação para este facto e a resposta foi a seguinte: “As associações de que falas não são incluídas, porque a organização da manifestação está controlada pelo PCP que, por sectarismo, as hostiliza! Como todos

os anos, empurram a malta para trás da manif e foi o que aconteceu, uma vergonha, enfim”

Dia 1º de Maio

São 14.30, chego à porta do Centro Comercial da Mouraria, onde os imigrantes se começam a juntar. As faixas já estão esticadas, um sikh de turbante amarelo segura uma faixa, sorrindo; do outro lado, um guineense. Sou convidada a dar os cartazes às pessoas que vão integrar a manifestação. Os cartazes começam a ser distribuídos. Um rapaz do Bangladesh vem ter comigo e pergunta-me o que está escrito, traduzo para inglês, escolhe um que diz: “Ninguém é ilegal”. Fica contente com a escolha e pergunta-me se sou de Lisboa, respondo que sim. Mas o seu inglês e o barulho fazem com que o entenda mal. Assim, ele decide trazer um amigo e apresenta-me como “friend”. Fala com o amigo, que me diz em inglês: “Ele está aqui há pouco tempo, não sabe falar português, ele quer saber de onde és e o que fazes”. Explico-lhe. Então ele, depois de saber sobre a minha tese, sussurra alguma coisa ao amigo que me devolve em inglês: “Ele quer saber se tu podes arranjar trabalho para ele”. Explico-lhe que, para trabalhar em Portugal, tem que aprender português. (Todos os imigrantes vêm em mim a hipótese de um contacto para arranjar emprego, o que não é verdade). É preciso falar e compreender português, não sei quanto tempo ainda tem de Visto, mas sei que não vai aprender a falar português em noventa dias e que, muito provavelmente, vai trabalhar para alguém dentro da comunidade até se legalizar. Os atabaques começam a tocar e as mulheres do grupo Faíasca apitam ao ritmo. Fazem uma roda e dançam, as pessoas que passam começam a parar e a tirar fotografias, há sempre alguém a fotografar ou a filmar (o mesmo aconteceu também no 25 de Abril). Tenho uma tiara de cravos e um cartaz. As mulheres identificam-se e sorriem entre si, observando os símbolos de pertença (a tiara) e preparam-se para entrar na manifestação. A proximidade, por esta via, leva a que as pessoas vejam que, mais do que uma observadora, estou ali para compreender as suas motivações – a necessidade de dar visibilidade dos seus problemas. Por isso, muitas vêm falar comigo sobre questões relacionadas com a imigração. Uma senhora guineense tem ao pescoço um cartaz que tem escrito “Reagrupamento Familiar”. Ela olha para mim, porque percebe que estou a olhar para o cartaz, e diz-me, apontando o cartaz: “Isso é muito importante! A família!” Os outros grupos partidários e sindicalistas, que se vão integrando na manifestação, fazem coro com os imigrantes, numa demonstração de apoio. Todos gritam: “Ninguém é ilegal, ninguém é ilegal! Ilegal é o capital!” O grupo da SOLIM tenta incorporar-se na manifestação, mas a organização mais uma vez não deixa, são aproximadamente 350 pessoas, onde uma franja reduzida é constituída por portuguesas e alunos de Erasmus. Depois de alguns minutos de negociações, a manifestação da Solidariedade Imigrante entra na Rua da Palma. Atrás dos imigrantes, vêm o grupo das Panteras Rosa - Frente de combate à Lesbigaytransfobia, que se juntam no coro: “Ninguém é ilegal”.

Há um número maior de pessoas, nos passeios e nas faixas centrais, aqui que as que encontramos ao descer a Av. da Liberdade no dia 25 de Abril. Durante a manifestação, fui circulando e voltei a encontrar o rapaz do Bangladesh com o cartaz e que gritava num português “improvisado”: “Ninguém é ilegal! Ninguém é ilegal!” e sacudia, a compasso, uma maraca feita de latas. De acordo com o seu amigo, ele estava em Portugal há dois meses, o que significava que ainda tinha um Visto Turístico. Mas, ao referir que procurava emprego, indicava também que não se ia embora, o que o iria transpor para a categoria

de imigrante económico. A participação numa manifestação, onde estão os seus amigos, que aqui residem há dois e há quatro anos e que se encontram estabelecidos, com processo de reunificação familiar concluídos ou em conclusão, leva a compreender que este está perante uma reestruturação da sua identidade). Assim, quando olho para o lado, vejo-o a segurar na barra de uma das faixas e a gritar, de punho no ar: “Ninguém é ilegal!”; como não consigo compreender o restante do que diz, tento articular as palavras, de modo a que ele perceba como se pronunciam. Há uma agitação grande, quando entramos na Av. Almirante Reis, as mãos levantam-se e todos acenam para cima. Olho e vejo umas oito pessoas, todas muito jovens, entre elas, uma mulher de cabelos castanhos com umas longas rastas. Todos acenam, fazem barulho e percebemos como, de repente, entre uma manifestação e uma janela pode haver uma identidade comum - o facto de todos serem imigrantes.

Continuamos o percurso, estou no meio do grupo das mulheres da Faíasca que, de vez em quando, param para dançar; outras mulheres juntam-se a elas e fazem coro. Entre os Anjos e a Praça do Chile, de repente, uma chuva de cravos agita o grupo, principalmente as mulheres, que gritam, apitam e acenam. Pelos pés de cravo pisados no chão, percebo que estas flores são atiradas da janela de um prédio a todos os manifestantes que por ali passam. O rapaz do Bangladesh vem outra vez ao meu lado e faz uma verdadeira festa, animando as pessoas. De repente, oiço-o a dar o mote, aos gritos, “Ninguém é ilegal!” e uma série de vozes lhe respondem “Ilegal é o capital!”, e ele continua, ainda por um bom troço da Av. Almirante Reis, a dar o mote e a dinamizar a manifestação. Ele sabe o que o trouxe a Portugal, sente-se identificado com as pessoas que acompanha, agora faz parte de um mesmo grupo: todos são imigrantes independentemente da parte do processo que estejam a atravessar. Chegamos à Alameda D. Afonso Henriques, no palco montado com a Fonte Luminosa por detrás, fazem-se discursos sobre a precaridade laboral, os baixos rendimentos e o empobrecimento do país. Na relva, os imigrantes aproximam-se em grupo do palco e fazem-se anunciar pelos aplausos, levantam os cartazes no ar, apitam e agitam as maracas. Ninguém anuncia a chegada deste grupo. Um colaborador da Associação Solidariedade Imigrante olha para mim e comenta “É sempre a mesma coisa!... Todos os anos nós vimos no 1.º de Maio para aqui, nunca ninguém diz uma única palavra sobre os imigrantes”.

Os problemas da imigração e do Mediterrâneo estão representados nos cartazes e nas folhas A4 que são expostos pelas associações em locais públicos como forma de sensibilizar para situações de injustiça. Observa-se que a persistência (apesar da invisibilidade, mesmo dentro de um conjunto constituído por representações políticas) faz com que estas pessoas todos os anos venham para a rua e se manifestem com o objetivo da revisão da lei.

Refletindo sobre as formas de não existência, Boaventura de Sousa Santos afirma que “a sociologia das ausências visa identificar o âmbito dessa subtração e dessa contração de modo a que as experiências produzidas como ausentes sejam libertadas dessas relações de produção e, por essa via, se tornem presentes” (apud Mendes, 2010:448). O que significa que, mesmo num contexto de invisibilidade, este grupo continua a ser constituído por atores-sociais com uma existência real, mas que por questões de agenda política são delegados para segundo plano, não se constituindo como uma prioridade.

Como me referiu uma senhora da Líbia, "ver" os imigrantes pode ser um ato envolto num discurso politicamente correto, mas decorrente de diversos implícitos: *"Estava com uma amiga, que por acaso é minha vizinha, e chegou uma amiga dela. Sabe como é que ela me apresentou? "Esta é a Dona X, é da Líbia, mas é boa pessoa"*. A diferença de nacionalidade é aqui claramente evidenciada como algo de estranho e que necessita de explicação, como algo que não se aceita à partida. A questão da alteridade entre aquilo que eu sou e aquilo que depreendo que seja o outro, elabora uma distinção entre o que se conceptualiza como o "eu" e aquilo que me constitui como pessoa em relação à diferença que consigo apreender no outro. Essa diferença é uma construção hegemónica de cultura que dá origem a discursos sobre a diferença (Basch, 1995:12): "a minha cultura é dominante", deste modo estabelece uma relação de poder em relação a outras, minoritárias dentro da mesma sociedade, e, por isso, justifico essa diferença, neste caso, argumentando a favor (da minha identidade). Bourdieu refere que *"a cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante, assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes"* (1989:11). Assim, estabelece-se uma estratificação com um olhar recetivo e seletivo para o que se considera semelhante, anulando e excluindo à partida o "diferente" ou olhando-o com desdém.

A *"não existência social"* torna o imigrante num ser simultaneamente invisível e opaco, porque *incomodamente presente, intimidativo enquanto símbolo das margens, do que a sociedade tenta excluir e pretende não ver: é o criminoso, o ilícito, o irregular e, portanto, o bode expiatório de qualquer problema social* (Pussetti, 2010:97), o que dá origem, como foi referido no capítulo anterior, a uma invisibilidade que o transforma numa "não pessoa"⁵⁴ (Goffman, 1963).

Sayad analisa esta questão do seguinte modo:

"Como Sócrates, o imigrante é atopus, sem lugar, deslocado, inclassificável. Aproximação essa que não está aqui para enobrecer, pela virtude da referência. Nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente ao lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro. O "imigrante" situa-se nesse lugar bastardo de que Platão também fala, a fronteira entre o ser e o não ser social. Deslocado no sentido de incongruente e de importuno, ele suscita o embaraço; e a dificuldade que se experimenta em pensá-lo - até na ciência que adota muitas vezes os pressupostos ou omissões da visão oficial - apenas reproduz o embaraço que a sua inexistência incómoda cria". (Sayad, 1991).

Indo ao encontro do pensamento de Sayad, efetivamente, a identidade do imigrante reconfigura-se e reconstrói-se entre dois pontos: o local de origem e o de receção. O imigrante não é totalmente de um lado, nem totalmente do outro: é uma construção de capitais pessoais, que fica numa interceção, *uma construção identitária entre dois mundos* (Jackson, 1991:3) O imigrante constrói-se enquanto pessoa na sua vivência entre contextos, na sua experiência de mobilidade, no uso de recursos e experiências que acumula ao longo do seu processo de mobilidade e de vida, construindo-se numa interceção que muitas vezes significa não se sentir de lado nenhum. Simultaneamente, a situação de irregularidade

⁵⁴ Ver fotografia n.º 5.

faz com que tenha de construir as suas vivências através de uma invisibilidade e negação que nem chega à inatenção civil (Goffman, 1963:84), o que o remete para um estado de não existência dentro da própria existência cumulativa, dando origem a processos de questionamento de identidade com origem num estado de desconforto.

A existência faz-se sempre em relação a um outro; por isso, a invisibilidade cria processos de desajuste por exclusão, marginalização, solidão e pela constatação dessa mesma invisibilidade. O estigma pode, por isso, ser considerado como uma violência simbólica, pelo desenquadramento que provoca e pela imposição de um símbolo de não pertença de atores em oposição. Tomás refere que "*a ocultação do Outro constitui uma alteridade invisível*" e frisa: "*A invisibilidade social vai depender (entre outras coisas) da percepção que os outros têm de mim. Se o outro não me vê, é certamente porque eu não existo para o outro, no entanto, existo fisicamente, logo sou visível. A não-percepção do outro é o resultado da sua vida da qual eu não faço parte*" (2008). O que nos remete para a conclusão apresentada por Santos: *Todas as culturas tendem a distribuir as pessoas e os grupos sociais entre dois princípios competitivos de pertença hierárquica. O princípio da igualdade e o princípio da diferença* (Santos, 2009:15).

Como me referiu um elemento da Associação Solidariedade Imigrante, esta invisibilidade é um modo que os Estados têm para não assumir um compromisso com a desigualdade. Aceitar ver estas pessoas, significa aceitar a sua existência e com ela a necessidade de proporcionar a criação de condições de igualdade entre imigrantes documentados e indocumentados, o que iria criar condições de permissividade que aumentariam os fluxos de imigração indocumentada para Portugal. Por isto, a abordagem a esta questão passa sempre pela discussão da necessidade de documentar as pessoas para lhes dar o acesso à cidadania, que não lhes conferiria apenas direitos como lhes assegura a possibilidade de serem cidadãos visíveis. Se, por um lado, a invisibilidade é uma estratégia de sobrevivência e permite a existência quotidiana das pessoas indocumentadas, ela tem como resultado o retirar a possibilidade de ser um ator social, ser um cidadão e de ter direitos como pessoa, no sentido de ser visível, o que constitui também um processo de integração. Este facto é comum em outras áreas e circunstâncias: não é difícil ser invisível; no entanto, no quotidiano comum, isto acontece em conjunturas específicas. Para os indocumentados, essa invisibilidade é construída também pelos moldes legais. Viver invisível é um princípio da não existência que estes agentes combatem diariamente, procurando chegar à condição de documentado, procurando trabalho, aprendendo português nas redes de conhecimentos, fazendo sozinhos um processo de integração dentro das suas condicionantes.

Capítulo V

A Associação Solidariedade Imigrante - Complementaridades entre instituições não formais e o Estado

“A imigração e os imigrantes constituem-se desde a primeira hora, de modo explícito ou implícito, como uma questão política. Suscitam, da parte do Estado recetor, políticas de regulação de fluxos e de integração de pessoas, pessoas que, por sua vez, se tornam, individual e coletivamente, novos sujeitos políticos, mais ou menos ativos”.

(Machado, Azevedo, 2008)

Durante o decurso desta pesquisa, percebi que, uma boa forma de diversificar os meus contactos e compreender as várias problemáticas associadas à imigração, seria através do estabelecimento de contactos com entidades não formais de apoio ao imigrante que me fornecessem as suas perspetivas sobre o assunto. Assim, aproximei-me da Associação Solidariedade Imigrante, onde me integrei no Grupo Interculturalidade e Cidadania e procurei saber o que faziam as associações de imigrantes em geral.

Na Associação Solidariedade Imigrante – Associação para a Defesa dos Imigrantes, que fica situada num segundo andar de um prédio pombalino de uma rua da Baixa de Lisboa, a porta está sempre aberta: *“Por aqui já passaram pessoas de mais de 97 países diferentes: Roménia, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Moldávia, Uzbequistão, Azerbaijão, Cazaquistão, Ucrânia, Cabo Verde, Senegal, ou Índia”*, como refere um dos funcionários da associação, enquanto aponta para uma estante: *“Vês aquelas pastas? São países”*. Na sala, as mesas, dispostas num grande retângulo, acolhem pessoas com as mais diversas origens, que ocupam o espaço em várias levadas ao longo do dia. Chegam a ser recebidas sessenta pessoas num dia de expediente normal. Há uma folha, numa placa suspensa na parede, onde todos já se inscreveram. Ao lado, num banco, sacos com jogos e brinquedos, com uma folha, de formato A4, onde está impresso: *“Para oferta”*.

Os assuntos são tratados no mesmo espaço, grande parte das vezes no mesmo lugar onde as pessoas se sentaram: são os funcionários que se deslocam ao encontro destas. Não existem gabinetes, apenas uma mesa mais reservada, se a maior não permitir mais um lugar para o funcionário do atendimento ou se houver muito ruído. Ninguém tem formação jurídica porque, como diz o diretor da associação, *“os melhores advogados são as pessoas que passaram pelo mesmo processo. Aqui todas as portas estão abertas, o que está de acordo com os princípios da associação: “esta é a casa dos imigrantes”*.

O presidente da SOLIM⁵⁵ refere que *“as pessoas fazem parte da solução do problema. Aqui nós pomos*

⁵⁵ Abreviatura dada à Associação Solidariedade Imigrante.

as pessoas a participar. É preciso que elas saibam os seus direitos, mas também os seus deveres. "o que constitui um dos princípios da autonomia: saber como e saber onde. A Associação Solidariedade Imigrante, cujo um dos *slogans* é "*juntos pela mesma causa*", assume um carácter de índole militante pela causa dos imigrantes. Timóteo Macedo (diretor da associação) referiu-me, um dia, o seguinte:

"A importância da democracia participativa é ouvir os cidadãos imigrantes. Temos uma democracia amputada que não é verdadeira, porque está ausente da democracia participativa. As pessoas, nos atos das eleições, mandatam um partido para tratar dos seus assuntos. A democracia tem medo da participação, porque esta coloca questões e, assim, descredibilizam-se mais os partidos políticos. Esta é a visibilidade que pretendemos ter: que os cidadãos tenham o poder de decidir que são capazes de "viver", de "existir", de escolher o que é melhor para si. Por exemplo: conselhos consultivos são conselhos consultivos, não podem agir contra a lei que lhes é proposta. Onde está a democracia?"

Perguntei porque é que a Câmara Municipal de Lisboa ainda não tinha disponibilizado um espaço para a sede da associação (porque já tinha percebido a precariedade das condições do local) e a resposta chegou com a justificação de complementaridade:

"Querem dar-nos uma sede fora da cidade, na periferia. A Segurança Social, as Finanças, o SEF, as conservatórias, não estão todos em Lisboa? Aqui, na Av. da República, na Av. António Augusto de Aguiar (dentro da cidade). Porque é que nós, que estamos a prestar um serviço (que no fundo facilita o trabalho ao Estado), temos de ser deslocados? As pessoas querem vir onde haja transportes, ninguém quer andar por aí à procura. Nós não queremos substituir ninguém! Temos apenas de estar num sítio central, de fácil acesso".

A Solidariedade Imigrante é uma estrutura coletiva dotada de funções sociais, culturais, políticas e de serviços (Casey, 1988 *apud* Sardinha, 2010:60), que utiliza as práticas associativas como modelo de integração (Sardinha, 2010:60) e de reivindicação política, o que se constata tanto no trabalho associativo como nos discursos.

Na sala grande existe um bar, desdobráveis relacionados com imigração e uma parede com recortes de imprensa. A sala da biblioteca é simultaneamente sala de reuniões e de acesso a dois computadores que estão disponíveis para os associados. Não existem títulos, e os funcionários são chamados pelo nome próprio, o que é extensível também ao presidente da associação, gerando uma relação informal entre todos, mas salvaguardando as hierarquias.

Os maiores problemas da imigração são encontrados em grupos onde existe precariedade, um nível educacional mais baixo e barreiras linguísticas (Baganha *et al*, 2004:21), tudo formas de exclusão. Quando os conhecimentos de inglês são poucos e os de português estão por adquirir, a integração é um processo mais difícil (Mangin *apud* Schiller, 1995:56). "*Deste modo, ter um background académico, falar inglês ou português são competências chave para resolver questões como a autonomia e integração*" (Luís, 2015:3).

As aulas de português, de inglês ou informática são fundamentais para a integração e abertura a um maior número de oportunidades de emprego. Os cursos não formais de português ou de inglês podem ser frequentados na Associação Solidariedade Imigrante, onde já foram lecionadas aulas de holandês, russo, italiano ou crioulo, em cursos organizados por grupos de interesse.

O relato da proprietária de uma loja, vinda de Hangzhou (China), revela o isolamento causado pela diferença linguística, que, no caso chinês, se acentua também pelo desconhecimento do alfabeto latino, detentor de uma grafia completamente distinta da escrita *lolográfica*⁵⁶. "*Quando cheguei, chorei muito, muito! Não sabia falar... só ficava fechada em casa, não tinha amigos, só amigos chineses. Queria sair, apanhar um autocarro, conhecer a cidade, mas olhava para as letras e para o número e não sabia para onde ia. Não sabia voltar. Queria conhecer Lisboa, mas não podia. Agora é diferente, agora é bom. Gosto de Lisboa. É muito diferente, mas é muito bonito!*" Não ser autónomo para apanhar um autocarro significa não o ser para muitas outras tarefas, como saber deslocar-se a uma repartição pública, ir a um médico e estar capacitado para resolver, de modo independente, questões pessoais.

Noções de proxémica e dicotomias de espaço

Os casos apresentados diariamente na Solidariedade Imigrante prendem-se com situações correntes na vida de muitos imigrantes e que não são segredo nem causam espanto a nenhum dos presentes. A sala de atendimento é (mesmo com as diferenças geográficas e culturais que separam estas pessoas) um espaço comunitário de diálogo intercultural e de identificação, não só por serem todos os presentes imigrantes, mas também por ser comum o tipo de questões aqui tratadas. Grande parte dos assuntos respeita a processos administrativos, à discussão de políticas de imigração e aos processos de integração (Castles, 2007).

A relação espacial e as distâncias pessoais observadas em relação à sala de espera, de acordo com Edward T. Hall (1986), permitem uma análise proxémica e dicotómica entre a informalidade e a formalidade. A disposição dos lugares, em torno da mesa retangular, proporciona uma relação de igualdade entre todos os utentes da associação e, por consequência, uma maior predisposição para o contacto pessoal, o que se diferencia da interação com "cadeiras em linha", comuns em organismos públicos. Esse é o caso do SEF, onde as cadeiras estão dispostas em fila, e os utentes, silenciosos, retiram uma senha numerada, aguardando a sua vez, sob a vigilância de um segurança. A relação com os funcionários administrativos é formal, e o que se observa pelo aumento dos espaços interpessoais entre os utentes e a autoridade (representada pelos elementos constituintes do serviço). Edward T. Hall considera que "*o homem utiliza o espaço que mantém entre si próprio e o outro como uma chamada de atenção para o processo de relação*" (Ibidem:9). Assim, as construções espaciais em organizações formais são antagónicas às encontradas nas organizações informais, o que fundamenta diferentes

⁵⁶ A escrita lolográfica é constituída por caracteres que simbolizam palavras completas.

modos de relação que se refletem diretamente nos comportamentos individuais.

O SEF é avaliado como um espaço sociófugo (espaço projetado sem a função de proporcionar aproximação ou sociabilidade), cuja função específica consiste em manter os "indivíduos estanques entre si". Este facto observa-se pela disposição do mobiliário no espaço, o que é interpretado como um modelo que preserva as distâncias interpessoais e que não estimula a comunicação (Hall, 1996:127). Na associação, pelo contrário, observa-se a existência de um espaço sociópeto que, ao contrário do espaço sociófugo, é um facilitador do contacto e da comunicação (*Idem.*). Curiosamente, estes referenciais são aplicáveis a algumas sociedades e não a todas. Hall refere que um elemento sociófugo numa dada cultura pode ser sociópeto em outra. (*Ibidem*:129). Mas, na associação, a existência de homogeneidade discursiva tende a dissolver esse tipo de atrito pelas práticas no meio envolvente (referindo-me, neste caso, às práticas culturais), não tendo sido observado nenhum comportamento de desconforto sobre este modelo de organização espacial. Sardinha alude a que as associações são *espaços onde os modelos de organização social (...), as contestações e desejos individuais convergem ao local produzindo novas misturas de valores crenças e práticas* (2010:65), o que é aqui um fator de uniformização.

O papel dinâmico e funcional da associação

A função das associações, como elemento de suporte, é complementar ao Estado. Neste âmbito, existe uma orientação para tornar mais célere e eficaz casos que demorariam mais tempo a resolver, como por exemplo: entregar documentos no tempo proposto, articular com entidade patronais as situações de contratos de trabalho e inscrições na Segurança Social, entre outras, empoderando este grupo e aumentando a sua autonomia no tratamento dos seus casos. A falta de um acompanhamento esclarecido, pode levar a que os processos tenham que recomeçar, tornando aqui importante o papel das associações. De facto, estas entidades são reconhecidas pela continuidade no acompanhamento dos processos e pela noção pré-estabelecida de "procedimentos tipo", que estão padronizados, o que se deve à grande afluência de casos com características comuns apresentadas pelos associados (Vianna, 2010:224).

A par com a minha atividade na SOLIM, fui observando o modo como decorria o quotidiano nesta associação. De manhã, as formações para a empregabilidade no Grupo de Apoio ao Emprego (GIP), agregavam um número considerável de pessoas, maioritariamente homens, de diversas origens, que consultavam as ofertas de emprego e faziam chamadas telefónicas para agendar entrevistas. No "Grupo das Mulheres", no âmbito do projeto Imigração, Género e Cidadania, era dada formação sobre direitos, criando um empoderamento de género, através dos direitos laborais e cidadania, e da informação que estas mulheres levavam para depois serem porta-vozes destes valores para outras mulheres nos bairros onde habitavam. Por sua vez, o projeto "Direito à Habitação" articulava-se com os moradores de bairros precários, sensibilizando para o direito à habitação, em conjunto com outros movimentos, tais como a Plataforma Artigo 65. A Associação Solidariedade Imigrante acompanha ainda

o Projeto Escolhas, que trabalha em parceria com a Associação Kapaz na Arrentela- Seixal, e pertence ainda à rede No-Vox. O Grupo Interculturalidade e Cidadania, cumulativamente com o trabalho destes grupos, organiza mensalmente atividades de promoção das artes criativas dos associados e trabalha no combate à discriminação: piqueniques, jogos de cricket, jantares, tertúlias e a apresentação de trabalhos, nas áreas das artes plásticas, fotografia, música, poesia ou dança, fazem parte da oferta do programa cultural.

Festival ImigrArte um projeto para a visibilidade

O maior evento da Associação é o festival ImigrArte⁵⁷, realizado pelo Grupo Interculturalidade e Cidadania, que se realiza anualmente num fim-de-semana do mês de novembro. Estão diretamente envolvidos vinte e dois países e, no ano de 2014, foram apresentados vinte e seis espetáculos no palco principal e dezasseis espetáculos e atividades noutros espaços do Ateneu Comercial de Lisboa, onde se realiza o evento. Estiveram presentes também vinte e cinco associações de imigrantes, o que revela a importância relacional e os diálogos interculturais entre estas entidades, no sentido de defender e alterar as políticas de imigração. A Câmara Municipal de Lisboa patrocina o festival, através da Direção Municipal de Cultura, e cede equipamento para este evento autofinanciado. Os temas no festival são em torno da imigração, da interculturalidade, da diversidade cultural e do racismo. É um momento de visibilidade para o trabalho de muitos artistas, onde existem espaços para a gastronomia, para o artesanato e para a venda de livros (alguns dos intervenientes nos espetáculos estão também nas bancas, assumindo funções polivalentes).

"É gente a quem não deixam ser gente e que querem muito ser gente. Querem ser gente, mas gente de corpo inteiro. Gente com valor, que transporta consigo conhecimentos, sabedorias, também transportam dramas, também transportam consigo saberes, sonhos e sabores. Transportam muita coisa. Há no festival muito intimismo, muita solidariedade, mas há um objetivo que, com isso, consigamos mais direito á cultura: a cultura é uma arma, é uma arma para todos nós", refere Timóteo Macedo.

Ter documentos

Durante a minha permanência, assisti também, a dois casos de conclusão de processos de legalização. Um destes, foi o de um rapaz chinês que, para celebrar a sua Autorização de Residência, trouxe um bolo para ser partilhado com todos. O bolo tem um significado social e simbólico de comemoração, representa uma vitória, um rito de passagem. Este rapaz "*ganhou a residência*". Não a adquiriu. O

⁵⁷ Ver fotografias n.º 13; 14; 15.

termo “ganhar”, tem também uma simbólica específica sobre o que é entendido sobre todo o processo⁵⁸. Quando chegou, não precisou de dizer nada, trazia um bolo e um ar de plenitude e satisfação, e os funcionários da Solidariedade Imigrante, à sua passagem, faziam um cumprimento e davam-lhe os parabéns. O ambiente modificou-se: as vozes em surdina e a rotina do atendimento deram lugar aos sorrisos e às expressões emotivas. As atenções de todos os presentes deslocaram-se: havia um espírito de festa, observavam-se abraços e palmadas no ombro, o que fazia do bolo um símbolo de código entendível por ambas as partes.

Nos preparativos finais da organização do Festival ImigrArte, uma menina, também de origem chinesa, chegou radiante e passava pelas salas, cumprimentando e contando, eufórica, o motivo da sua alegria: estava legalizada, depois de um processo bastante complicado. Decorria, nessa altura, a campanha de angariação de fundos para a 8.ª edição do Festival e a forma de retribuir, simbolicamente, o apoio concedido pelo encaminhamento do processo foi com a oferta de um donativo de cem euros para a campanha de *crowdfunding* do festival. Situações similares nunca se poderiam desenrolar no Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI), ou no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), a entidade que concede essas autorizações...

Fatores, como o carácter de continuidade no acompanhamento das situações e pela proximidade e personalização dos casos, são estruturantes no estabelecimento de relações e solidariedades múltiplas nas associações. Referimo-nos a situações que podem levar anos a resolver e que são sentidas como um sucesso, quando são bem concluídas. Estas são entendidas como um processo comum, em que todos saem vitoriosos, tanto os funcionários como os próprios imigrantes, e esse facto está presente na emotividade dos intervenientes (Douglas, 1986; Jackson, 1991; Lechner, 2007; Sardinha, 2010; Vianna, 2010).

As questões associadas aos processos de legalização foram abordadas numa conversa durante este festival, por um elemento da *Federação de Associações de Imigrantes e Amigos do Sector de Calequisse em Portugal*, que me transmitiu o descontentamento de quem se quer legalizar, com referência concreta ao caso de Lisboa: “Vão três pessoas tratar dos papéis, com a mesma situação precisamente... levam tudo igual!... Um fica, os outros dois casos são devolvidos porque falta alguma coisa!”. Quando diz “um fica”, refere-se ao facto de apenas um conseguir a regularização, dividindo estes entre cidadãos legitimados e cidadãos “ilegitimados” pelo Estado.

A falta de unicidade nas respostas, por parte dos serviços de atendimento, gera discursos de revolta, como os que me foram proferidos por algumas pessoas: “Se a Lei é igual, porque é que o atendimento, não é? Eu estou a trabalhar! Quem é que me vai pagar o dia? Eu não posso passar a vida a ir para o SEF tratar destas coisas! Depois querem que as pessoas se legalizem, mas não facilitam nada! Só querem é dinheiro!”, comentava uma pessoa de origem angolana. E continua: “A ansiedade de chegar ao SEF e querer saber se vão ganhar documentos... estas pessoas não fazem reivindicações porque têm medo. Quando resolvem o seu problema e ganham os documentos, o ar das pessoas... não há

⁵⁸ No terreno era corrente a utilização do termo “ganhar” em vez de “estar autorizada”, “ter sido deferida”, a Autorização de Residência.

*dinheiro que compre isso*⁵⁹. O mesmo desabafo, sobre a falta de unicidade nas respostas, tinha tido Lucilene, que veio do Brasil há oito anos, sobre o processo de reunificação familiar. Quando lhe foi solicitada documentação diversa para tratar do processo do filho, Lucilene juntou a documentação e apresentou-a no SEF. Na segunda vez, atendida por uma outra funcionária, refere como ficou indignada por lhe ter sido dito que nenhuma daquela documentação era necessária. “*Bastava inscrevê-lo na escola, mãe! - Foi o que me disseram, ora! estive perdendo o meu tempo, juntando papel, papel, para nada!*”. Este desfasamento de informação é comum nos relatos sobre o serviço prestado, de acordo com os utentes, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Os discursos tomam todos a mesma direção: “*Depende de quem atende e do estado de espírito dessa pessoa nesse dia. No fundo, é como nas Finanças ou noutra sítio qualquer: há bom e há mau*”, refere um senhor (guineense), quando lhe peço que me explique o que acha do funcionamento do SEF. A contextualização e a terminologia técnica utilizada para fazer referência a procedimentos ou documentos específicos não fazem parte do vocabulário quotidiano de quem recorre a estes serviços, o que origina um desfasamento em termos metalinguísticos: “*... interpretar as palavras do outro num contexto que lhes é estranho condena frequentemente ao fracasso esforços reais de abertura e simpatia*” (Hall 1986:16).

Direitos dos imigrantes

Uma manhã, um rapaz de Donetsk (Ucrânia) recorreu à associação para apresentar o seu caso, porque o patrão (um imigrante guineense) o tinha colocado seis meses a trabalhar em Sintra e não despediu formalmente quem não tivesse descontos para a Segurança Social. Os descontos anteriores deste trabalhador perfaziam seis meses; com mais estes seis em Sintra, teria os doze meses seguidos de que precisava para requerer o subsídio de desemprego. “*Fugiu e não deixou papéis!*”- referiu este, indignado - “*Uma pessoa está a trabalhar... E agora o que vou eu fazer? Vou ter que começar tudo de novo!*” Este tipo de situações não é expectável por alguém que espera ter uma melhoria de vida imigrando, mas fazem parte do discurso de muitas das pessoas cujos relatos ouvi, referindo-se a si próprias ou a terceiros. Quando se está indocumentado, uma situação destas é o suficiente para impedir a entrada do processo de Autorização de Residência, porque não existe uma continuidade no trabalho que esteja documentada e comunicada à Segurança Social.

O contrato de trabalho oferece aos imigrantes um número de regalias que noutras condições lhes são vetadas, como, por exemplo, a inscrição na Segurança Social que não só permite o acesso ao Subsídio de Desemprego, como lhes permite o acesso ao Serviço Nacional de Saúde. Este é um direito atual, mas que não é do conhecimento generalizado (publicado no Despacho n.º 25 360/2001 do Diário da República). Em 2005, David Ingleby referia a interligação entre os diversos serviços do Estado, fazendo

⁵⁹ Ver fotografias n.º 10; 11; 12.

uma alusão direta ao acesso à saúde.

Os debates em torno do acesso dos imigrantes aos cuidados de saúde não podem ser separados da discussão da inclusão destes cidadãos nos sistemas de segurança social nacionais, estando a sua saúde completamente associada ao quadro geral das políticas sociais e de integração específicas de cada país, bem como às políticas de imigração que determinam o acesso aos serviços de Segurança Social (2007:30).

A inclusão no sistema de Segurança Social sustenta-se por um modelo retributivo que só é viabilizado pelos descontos realizados pelo trabalho legal, o que compreende uma rede de direitos sociais que fica inacessível noutras circunstâncias. No que concerne à saúde, o Despacho n.º 25 360/2001 do Diário da República n.º 286, II Série, de 12 de Dezembro, é elucidativo quanto a estes pontos:

1 - É facultado aos cidadãos estrangeiros que residam legalmente em Portugal o acesso, em igualdade de tratamento aos beneficiários do Serviço Nacional de Saúde, adiante SNS, aos cuidados de saúde e de assistência medicamentosa prestados pelas instituições e serviços que constituem o SNS.

2- Para efeitos de obtenção de cartão de utente no SNS, instituído pelo Decreto-Lei n.º 198/95, de 29 de Julho, pela redação que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 468/97 de 27 de Fevereiro e 52/2000, de 7 de Abril, deverão os cidadãos estrangeiros exhibir, perante os serviços de saúde da sua área de residência, o documento comprovativo de autorização de permanência ou de residência, ou visto de trabalho em território nacional, conforme as situações aplicáveis.

Os restantes pontos deste despacho são orientados no sentido de prestar este mesmo apoio a quem não se encontre legalizado, mas obrigam a uma monitorização que se revela antagónica ao interesse de quem se encontra indocumentado e tem receio de um processo de deportação ou da utilização da Diretiva de Retorno (Di Genova, 2005:2; Khosravi, 2010; Santos 2009).

Assim, a medicina preventiva não enquadra a imigração indocumentada, que recorre apenas aos centros de saúde ou ao hospital em situações de urgência (e quando tem conhecimento da possibilidade de ter acesso a estes serviços). O que confirma "*um conceito multidimensional no acesso aos serviços de saúde, em que uma das dimensões é constituída pelos direitos consagrados na lei que comportam os direitos de uso dos serviços e capacidade financeira para aceder aos mesmos, e na outra vertente a capacidade que o imigrante tem de usufruir desses mesmos serviços* (Ingleby apud Fonseca 2007). Dioubaté queixou-se um dia de que não se sentia bem, foi ao centro de saúde da sua área de residência e pediu para marcar uma consulta. O pedido não foi atendido, porque o centro de saúde não tinha consultas de urgência. Mas, de acordo com o que me referiu, também não o informou de que tinha esse direito e que poderia recorrer a outro centro de saúde com serviço de urgência.

Os contratos de trabalho e o pagamento das contribuições ao Estado, como se observa, são um fator elementar para justificar os meios de autossubsistência que permitem dar andamento ao processo de Autorização de Residência ou de Reagrupamento Familiar, junto dos serviços competentes (SEF), e asseguram o acesso à proteção no desemprego. O Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) aceita apenas a inscrição de ex-trabalhadores ou desempregados com título válido de Residência ou

outra autorização que permita ter um contrato de trabalho, de acordo com o Guia Prático do Subsídio de Desemprego.

Para dar entrada a um processo de Autorização de Residência, são solicitados documentos que comprovem, como referi acima, os meios de subsistência, que atestem a inscrição na administração fiscal e na Segurança Social, assim como o próprio contrato de trabalho, ou contrato de prestação de serviços ou comprovativo de posse de bolsa de investigação científica, de acordo com a Lei 23/2007 dia ano sitio onde foi publicada. Para a imigração que pretende permanecer em Portugal, ser documentado é uma necessidade. Mas esta necessidade também é inviabilizada pela precaridade laboral e pelas discrepâncias presentes na própria lei.

Imigrantes na Associação

Todos os dias chegam à associação novos imigrantes, pela via de amigos das redes. Os custos de um advogado, cumulativamente com as despesas do processo no SEF, seriam incomportáveis para alguns dos associados. Aqui pagam quinze euros por semestre, o que lhes dá direito ao aconselhamento jurídico, a fazer uso da internet e da biblioteca e têm também acesso ao programa cultural.

O diretor da SOLIM considera que a associação não serve apenas para resolver os problemas das pessoas. Na sua perspetiva, *“é preciso retribuir, participar, estar com a associação, lutar pelas causas da associação. Aqui há alegrias e desânimos, uns dias pelo sentimento de incapacidade de resolução de questões associadas aos atestados de residência junto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), ao pagamento de ordenados pelas entidades empregadoras ou pela incapacidade de obter documentação que comprove o estado efetivo daquele imigrante perante o SEF. Mas estamos aqui”*. É este espírito que possibilita que a SOLIM tenha um horário alargado, tanto em Lisboa como em Beja, permitindo que ninguém fique por atender por condicionalismos relacionados com o horário de trabalho: assim, das 10h da manhã às 21h, durante a semana, ou ao sábado à tarde, o serviço de atendimento está a funcionar.

Mais que um ponto de apoio e aconselhamento jurídico, este é um local onde os imigrantes procuram voltar, porque aqui também se fala muitas vezes a sua língua. São diversos os associados que estão integrados em projetos e se deslocam à SOLIM durante o dia, para discutir detalhes sobre os diversos eventos em que colaboram voluntariamente e que são organizados pela associação. De facto, os associados, mesmo depois de resolvidas as suas situações, estão presentes nos encontros realizados pela Solidariedade Imigrante. Há um sentido de associativismo militante e um carácter de continuidade na relação com a associação que se consubstancia na retribuição ao apoio prestado. Alguns dos imigrantes que conheci noutros meios, acabei por os reencontrar na associação, incluindo pessoas que estão em Portugal há mais de vinte anos, o que revela a centralidade desta instituição e a referência que constitui para muitos imigrantes que vivem em Portugal.

A associação tem sempre atividades, como a festa de Confraternização de Fim de Ano, em que os

convidados devem levar comidas típicas dos seus países para partilhar. No ano em que participei, havia um sorteio de um cabaz de Natal, uma *piñata*, música cubana e brasileira. Quando cheguei, reparei que cada um dos convidados tinha um cartão ao peito, onde escrevera algo sobre si. Uma senhora tinha escrito com um marcador verde: "*Sou da Guiné e tenho doze filhos*"; um rapaz, que estava com um grupo de amigos, tinha escrito: "*sou do Bangladesh e falo inglês e bengali*". Estas referências, "Sou de Itália", "Sou "de" Bulgária", por exemplo, eram dinâmicas para estimular e dar continuidade a diálogos interculturais que se estabeleciam em torno dos cartões. A interculturalidade marcou uma forte presença e teve o seu quando a percussão deu o mote e a senhora guineense (dos doze filhos) acompanhou o ritmo, aproximando-se do centro, batendo palmas e dançando, uma outra senhora brasileira entrou no círculo e começou a dançar também, e, por fim, juntou-se uma outra, de origem ucraniana, e todas dançaram usando as danças tradicionais dos seus países de origem para mostrar a diferença, mas também o diálogo através da *performance* dialogante entre dança e música. Um grupo de italianos observava, falava animadamente e batia palmas. Deste modo, confirma-se, pelo trabalho das associações, a promoção da igualdade, mas também a promoção das diferenças culturais, pela criação de um espaço plural que integra pessoas com diversas origens.

Estes são os associados que se manifestam no 25 de Abril⁶⁰ e no 1.º de Maio⁶¹, defendendo os seus direitos e trazendo os seus problemas para a rua, num mesmo apelo público: serem ouvidos. Lutam por uma causa comum: o direito à legalidade, à proteção de situações de exploração na área laboral, e são os que empunham, nestas manifestações, cartazes com diversas mensagens: "*Ninguém é ilegal*", "*Não somos criminosos*", "*Não sou mercadoria*". O diretor da Solidariedade Imigrante refere que estas pessoas "*querem ter voz e que é preciso dar-lhes essa voz*". Dar-lhes voz é dar-lhes visibilidade, pressionar o governo a intervir (Sardinha, 2010:66). É necessário que o aspeto singular das causas que os excluem do espaço público seja ultrapassado e que um destino coletivo se torne manifesto (Color, 2003:232-233), através da produção de um agenciamento coletivo. Percebe-se que há um envolvimento emocional com esta questão, um sentimento de frustração e de desistência por parte de alguns imigrantes com quem falei. "*O interesse é nosso, mas também é deles, ou, não é? Depois, isto é uma pescadinha de rabo na boca! Para trabalhar tem de ter residência, não pode estar ilegal! Para ter residência tem de ter contrato! Ora! Esta lei está muito malfeita!*".

A participação e o intercâmbio de informação entre associações, não foi uma constatação apenas durante o Festival ImigrArte. Ao longo do ano, surgem grupos de trabalho com a apresentação de projetos noutros contextos. O Seminário "*Desafios para as Organizações de Migrantes na Europa e no Mediterrâneo*", organizado pela Associação Bairros (Rede de Desenvolvimento Local - Mouraria) e a Foundation for Shelter and Support to Migrants (Malta), por exemplo, juntou tanto as associações como entidades formais: a Câmara Municipal de Lisboa, o Alto Comissariado para a Imigração (ACM), o Conselho Português para os Refugiados (CPR), a SOS Racismo, a International Organization for Migrants (IOM), a Associação Lusofonia Cultura e Cidadania (ALCC), a Associação Solidariedade

⁶⁰ Ver Fotografias em anexo.

⁶¹ Ver capítulo IV.

Imigrante (SOLIM), o Moinho da Juventude e a Associação Renovar a Mouraria. O mesmo aconteceu no *I Plano para a Integração dos Imigrantes de Lisboa*, que agregou grupos consultivos de diversas áreas do conhecimento e investigação, imigrantes, associações e a sociedade civil.

A articulação entre diversas entidades cria uma complementaridade e um tipo de respostas que o Estado delega nestas suas "extensões". É através destas entidades que o Estado assume um papel de menor intervenção direta, oficializando a necessidade de manter as organizações e associações como elementos de complementaridade em questões relacionadas com a integração, como se pode constatar no Art.º 3.º, alínea 2 do Decreto-Lei 31/2014 de 27 de fevereiro, nas atribuições a) e b) do ACM:

- "a) Promover a imagem internacional de Portugal enquanto destino de migrações;*
- b) Promover e dinamizar o acolhimento, a integração, a participação e a formação profissional e cívica dos imigrantes e seus descendentes, nomeadamente através do desenvolvimento de políticas transversais, de centros e gabinetes de apoio aos imigrantes que proporcionem uma resposta integrada dos serviços públicos, e de parcerias com a sociedade civil, as autarquias locais e as associações de imigrantes, tendo em vista a promoção da coesão e solidariedade social, do acesso à cidadania e o reforço das redes sociais de integração e participação pública"*

Cabe também ao Alto Comissariado para as Migrações (ACM), através do Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes (GATTAI), vigiar a Lei das Associações e responder às questões apresentadas e proceder à sua orientação, cumulativamente com a monitorização de programas. A Associação Solidariedade Imigrante pertence também, em conjunto com outras entidades, ao Conselho Consultivo para os assuntos da Imigração (COCAI), que está integrado no ACM, e que realiza a articulação entre sociedade civil, na figura das associações, e o Estado. Ao longo deste capítulo, mostrei a existência de uma complementaridade entre Estado e as associações, sempre numa perspetiva de carácter dualista, em conceitos como formalidade (Estado) e informalidade (associações) e os seus reflexos nos modelos de apoio e resolução de processos administrativos. O enquadramento das associações de imigrantes na legislação revela uma relação de proximidade e dependência funcional ao Estado, e uma relação de carácter de complementaridade, no suporte aos processos administrativos e de integração das comunidades imigrantes na cidade de Lisboa. O papel das associações e o seu funcionamento permitem compreender a importância estruturante que as empossa no conteúdo funcional e nas agendas de suporte à integração. No que concerne aos imigrantes, o espaço associativo promove o engajamento, como referem Sawicki e Siméant, o ativismo político pelas suas características de informalidade, propicia novos tipos de contactos e o estabelecimento de novas relações de reciprocidade que convertem em suporte (2011), através da integração nas redes, de recém-associados. A associação é descrita também como um local onde o discurso não precisa de ser marcado por receio, como sucede nos serviços públicos.

Nesta associação, como em outras, ser indocumentado não constitui um problema a ser monitorizado, mas a ser resolvido. Assim, as associações são emocionalmente consideradas estruturas identitárias

de apoio, que permitem aos imigrantes pensar na melhor solução para resolver as suas questões legais e funcionam como estímulo para a cidadania e para um papel ativo, e através do diálogo, para a criação de novos modelos de políticas de imigração.

Timóteo Macedo, o presidente da Associação, refere que não procurou criar uma associação comunitária no sentido estrito (uma célula), mas uma associação que congregue imigrantes, "*que junte forças, e que trabalhe no sentido de resolver as suas questões, os seus problemas.*" No entanto, e de acordo com Douglas, o individualismo e o interesse vão ao encontro do associativismo (1986) e das suas dinâmicas. Ao adquirir estabilidade, com a chegada da família, um emprego fixo e horários a cumprir, o tempo disponibilizado pelos imigrantes para a associação decresce; mas alguns dos elementos continuam presentes, gerando-se, ao mesmo tempo, uma constante renovação.

Douglas refere "*que é axiomático para a teoria que o comportamento racional seja baseado em motivos relativos a si mesmo. O individuo calcula o que mais lhe interessa e age de modo adequado*" (1986:3). Esta adequação é encontrada na representação do "eu", como refere Goffman (1985), integrada dentro do espaço e numa noção proxémica estabelecida pelas relações sociais com a associação ou através desta, como refere Hall (1986). Cláudia Coelho tem uma postura diferente da apresentada pela teoria sociológica, assumindo o *self* como o que mais próximo temos de nós mesmos - a nossa individualidade e a capacidade de escolha:

"O pensamento sociológico raramente reconhece ou trata as sociedades humanas como compostas por indivíduos que têm selves. Em vez disso, assumem que os seres humanos são apenas organismos com algum tipo de organização e que reagem a forças que atuam sobre ele" (2013:81).

Deste modo, podemos aferir que a criação de processos de autonomia pelas associações retira estas pessoas da anomia (Aron, 2004) e incentiva-as, leva-as, a interpretações próprias sobre a sociedade de acolhimento e adequação dos usos dos direitos de cidadania para uma melhor integração (Sardinha, 2010:65).

A identidade também se estrutura e constrói na associação, pela via da proximidade à sua cultura e pela aquisição de modelos sociais e culturais inerentes ao seu novo estatuto - o de imigrante. Um fator positivo, pelo maior conhecimento sobre as suas responsabilidades e direitos com vista ao acesso mais célere a documentos que os remetam para a condição de cidadãos de pleno direito. O papel interventivo dos imigrantes, após a resolução das suas situações, sobre as leis que regulamentam a imigração em Portugal, passa pelo testemunho das suas vivências como indocumentados em sessões nas associações. Estes apresentam novas propostas para que este grupo da sociedade civil faça a intermediação (Sardinha, 2010:60) e estabeleça um diálogo junto do Estado. São agendadas sessões de esclarecimento sobre políticas de imigração abertas ao público, onde se debatem direitos e deveres da cidadania, e procedimentos sobre os processos de legalização. São disso exemplo as sessões de realizadas na Solidariedade Imigrante, mas também na Casa do Brasil, na Associação *Batoto Yetu*, ou na Raízes – Associação de Apoio à Criança e ao Jovem, entre outras entidades que promovem a discussão sobre uma temática que, embora seja invisível para a sociedade civil em geral, por abranger

uma franja populacional, é um tema cada vez mais pertinente. Assim, as associações são locais com uma identidade global em torno da condição de imigrante, meios de intermediação do Estado para a promoção e proximidade a populações indocumentadas, que promovem a sua legalização permitindo que estes exerçam os seus direitos e deveres no país onde trabalham e para o qual contribuem economicamente.

A presença de uma associação, que trata de casos com a tipologia presente em toda esta tese, que orienta as pessoas no que concerne à documentação, que procura que sejam respeitados os prazos e que indica os procedimentos, passo a passo, para que o processo de legalização se conclua num menor espaço de tempo, estabelece um laço de confiança que vincula os indocumentados (através da divulgação por palavra) a este meio de suporte e acompanhamento, tornando-o num recurso satisfatório de encaminhamento e orientação. Que, como refere Mujibur, *“é muito bom ter quem explique porque é que as coisas não correm como deviam, porque é que os papéis não chegam ou estão fora de prazo, porque é que não aceitam os nossos documentos. A associação vê mais que nós, e ajudam a corrigir os erros, fiz aqui muitos amigos. Gosto de cá vir, eles ajudam-nos. Se eles não estivessem aqui, isto era muito desamparado”*.

Conclusão

Esta tese procurou descrever como os imigrantes indocumentados em Lisboa vivem o seu quotidiano e constroem a sua existência na cidade. Com o objetivo de compreender esta realidade, procurei, a partir das experiências vividas, dos processos individuais e da criação de formas de construção de identidade e cidadania, dar a conhecer os problemas sociais deste segmento da população que se caracteriza sobretudo pela sua invisibilidade. Ilegais à luz da Lei, os indocumentados estão impossibilitados de levar a cabo a sua reprodução social, e transitam pelas circunstâncias numa estrutura dualista que lhes confere uma agencialidade fora do sistema. Vivem no binómio entre a visibilidade e a invisibilidade, a economia formal e a economia informal, entre a inclusão e a exclusão, sem a possibilidade de assumirem um papel público de relevo.

Ao longo destas páginas, procurei mostrar que, mesmo imersos num processo de invisibilidade, estes agentes existem e desenvolvem estratégias de sobrevivência, sem, no entanto, terem as condições materiais, legais, sociais e emocionais necessárias para uma existência social legítima e adequada aos princípios de cidadania dos países de acolhimento.

Observou-se nos relatos sobre a condição de ser imigrante, que as dificuldades e sucessos estão associados à dimensão dos processos e aos obstáculos encontrados na chegada (Jackson, 1991). Os discursos de satisfação, bem-estar e completude encontram-se em pessoas com maior capital social, pessoal ou económico por já terem vivido a experiência de imigração. Estes são “nómadas globais”, pessoas com uma melhor preparação para os embates causados pelas diferenças culturais (Fedorak). Esta conjuntura aumenta o empoderamento e, com isso, concede uma maior autonomia que faz com que estes imigrantes se integrem mais rapidamente. Estes pontos acima descritos são percecionados, também ao longo da etnografia, como facilitadores da regularização, permitindo uma sequência ininterrupta no tratamento administrativo dos processos de pedidos de Autorizações de Residência, devido à existência de uma maior compreensão sobre contexto envolvente, assim como das informações facultadas, e uma utilização mais assídua dos meios de apoio existentes na cidade de Lisboa.

O estudo de casos, que apresento, revela a importância do conceito de multiculturalismo na construção de um processo pelo qual se pretende realizar o modelo de integração. Existe, no entanto, uma perspetiva culturalista que não se consubstancia nas desigualdades sociais, de classe, de género e de natureza territorial (Machado, 2005). A existência destas desigualdades é relatada nos discursos sobre a formação escolar, o conhecimento de línguas (neste caso inglês), experiências em contextos laborais, religião, género, casta, grupo étnico, formas de representação identitárias, estratificação dentro da própria comunidade, e mesmo na relação de conflito por questões territoriais ou ideologia política com outros imigrantes com a mesma origem geográfica. Todas estas diferenças são motivos de fragmentação que a multiculturalidade não tem em perspetiva. Estamos perante questões de um particularismo identitário que se convertem em núcleos étnicos, observados a uma macro-escala como

multiculturalismo, mas que no conceito ideológico de homogeneidade precisam de uma análise ao nível da microescala, através da observação da cultura como um conceito de diferença (Appadurai, 1996:26; Machado, 2005). Por este motivo, existe uma necessidade de mais estudos sobre estas diferenças e o multiculturalismo para melhor compreender as sociedades e os seus subgrupos, o que indica que ainda existe muito a fazer nesta área.

Partindo da análise que apresentei sobre os percursos e experiências de vida destes imigrantes indocumentados em Lisboa, é com surpresa que vemos o parecer da MIPEX (Migrant Integration Policie Index), em que Portugal surge, em 2015, no ranking como o segundo país com as melhores políticas de acolhimento e integração, no Índice de Política de Integração de Migrantes. Este parecer não é corroborado por alguns dos imigrantes que não se reveem nessa estatística, considerando a precaridade, a falta de direitos sociais, a falta de informação sobre cuidados de saúde e a burocracia do sistema como um forte handicap para a sua integração no país.

Neste sentido, observou-se que o trabalho de mediação de proximidade com as comunidades imigrantes tem-se revelado um procedimento com importância para a integração dos indocumentados. O aproveitamento destes modelos já presentes, através de entidades não-governamentais e pelo próprio Estado, num enquadramento de inclusão com maior abrangência em outros bairros de Lisboa, revelar-se-ia benéfico, aumentando o número de legalizações e promovendo a integração social dos imigrantes. Não se observou também ao longo deste trabalho uma inserção significativa de antropólogos nestes meios, o que revela um subaproveitamento das competências técnicas de que estes são detentores, tanto pela adequação discursiva às diferentes culturas como pela capacidade de análise de terreno. O aumento de gabinetes locais do Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAI) para a orientação e encaminhamento de processos para o S.E.F. e para o CNAI, na proximidade de bairros com maior densidade de imigrantes, foi solicitada por diversas vezes e considerada uma medida positiva devido à indisponibilidade horária por questões laborais ou falta de recursos financeiros para deslocações. Assim, dotar as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia (onde a presença desta população indocumentada é mais relevante) de grupos de mediação de proximidade não só iria promover a inclusão como criar um maior conhecimento a nível territorial sobre as populações por ele habitadas.

Considera-se neste sentido que, na atualidade, quem presta esse serviço são as associações, que assumem um papel complementar na intervenção e na integração das comunidades imigrantes em Lisboa. Não realizam uma mediação de proximidade, mas são consultadas presencialmente e trabalham em articulação com o Alto Comissariado para as Migrações e a Câmara Municipal de Lisboa (CLAI). As organizações formais, representadas pelo Estado, e as informais, constituídas pelas associações e a sociedade civil, são fundamentais para a integração dos imigrantes na cidade.

Gostaria de ter recolhido depoimentos de funcionários do SEF para perceber as suas perspetivas relativamente ao caso dos indocumentados, mas nunca obtive resposta aos meus pedidos de contacto a um elemento da “linha da frente” (do atendimento ao público), pelo que não posso trazer a este trabalho

a perspectiva do Estado. Utilizo apenas a observação não participante que realizei no SEF e a observação participante que realizei na associação, destacando as suas diferenças como duas entidades de tipo distinto: uma de carácter formal - o Estado - e outra informal, utilizando binómios como informalidade e formalidade, documentado e indocumentado, proximidade e distanciamento para estabelecer esta análise.

Este estudo mostrou que os imigrantes indocumentados são, de um modo geral, aceites dentro de uma ética de hospitalidade, mas não visíveis e não audíveis. Em conclusão, o que se observa num somatório de discursos apresentados nesta tese, é que as dificuldades da imigração indocumentada são constituídas por uma invisibilidade político-legal, mas também social e institucional. Procurar compreender como os resultados desta pesquisa podem ser uma importante base para a melhoria das políticas públicas é o que pretendo vir a desenvolver num futuro próximo. Partindo da compreensão da processualidade dos percursos sociais das pessoas com que trabalhei, poderei agora pensar em analisar uma dimensão institucional deste processo. O que procurarei fazer tanto através da análise da legislação, como através da forma como se constroem (ou não) as relações das instituições Estatais que devem zelar pelos direitos de existência digna destas pessoas (com os indivíduos concretos que, não só não conseguem chegar a elas, mas as evitam porque são consideradas entidades perseguidoras e punitivas).

Este trabalho foi um ponto de partida para nos ajudar a compreender o que é viver como indocumentado. Depois desta primeira abordagem, será preciso pensar a situação conjuntural, em que vivem estas pessoas atualmente, para podermos seguir as importantes pistas de reflexão que ficam em aberto para a compreensão desta problemática: como podem os indocumentados ter uma existência diferente e não necessitarem de se tornar invisíveis para poderem viver? O que pode ser feito por estas pessoas? As pistas abertas pela pesquisa que levei a cabo permitirão compreender melhor esta realidade e prosseguir uma análise mais aprofundada das questões teóricas que ela levanta ao nível da identidade, da visibilidade dos atores e da relação entre noções como “ser pessoa/ser gente” e “ser documentado/estar legalizado”.

Bibliografia

Alber, Erdmute, Drotbohm, Heike, (Eds.), (2015), *Anthropological Perspectives on Care Work, Kinship, and the Life-Course*, New York, Palgrave Macmillan.

Allen, Robert C., (2011), *Global Economic History: A Very Short Introduction*, Oxford, Oxford University Press.

Almeida, Miguel Vale, (2000), *Senhores de Si: uma interpretação antropológica da masculinidade*, Lisboa, Fim de Século.

Appadurai, Arjun (2006), *Fear of small numbers : an essay on the geography of anger*, Durham, Duke University Press.

Appadurai, Arjun, (1996), *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*, University of Minnesota Press.

Aron, Raymond, (2004), *As etapas do pensamento sociológico*, Lisboa, Dom Quixote.

Baganha, Maria Ioannis e Maria Lucinda Fonseca (orgs.), (2004), *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*, Lisboa, Fundação Luso – Americana.

Bastide, Roger, (1972), *Antropología Aplicada*. Buenos Aires, Amorrortu.

Barth, Fredrik, (1969), *Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Cultural Difference*, Boston, Little Brown Company.

Barthes, Roland, (1984), *A câmara clara*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

Bastos, Susana; José Bastos, (1999), Portugal Plural: Migração, etnicidade e reconstrução identitária – uma abordagem pluri-metodológica das estratégias identitárias de uma comunidade hindu tricontinental residente em Portugal, no âmbito do Projeto de Investigação «Portugal Plural», FCSH/FCT, Relatório final, vol.3, Lisboa.

Batalha, Luís, (2008), “Cabo-verdianos em Portugal: comunidade e identidade”, em Pedro Gois, (org.), *Comunidades Cabo-verdiana (s): as múltiplas faces da emigração cabo-verdiana*, Lisboa: ACIDI, 25 – 36.

Baudrillard, Jean, (1991), *Simulacros e Simulação*, Lisboa, Relógio d'Água Editores.

Bauman, Zygmunt, (2000), *Liquid modernity*, Cambridge, Polity Press.

Berting, Jan, (2006), *Europe, A Heritage, a Challenge, a Promise*, University of Chicago Press.

Blumer, Herbert, (2013), "A sociedade como interação simbólica", em Maria Claudia Coelho (org), *Estudos Sobre Interação: Textos Escolhidos*, Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pp. 75-90.

Boëtsch, G.; Villain-Gandossi, C. (Org.), (2001), *Stéréotypes dans les relations Nord-Sud*. Paris, CNRS Éditions.

Borjas, George, (2002), Homeownership in the immigrant population, *Journal of Urban Economics* 52-448–476.

Bourdieu, Pierre, (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.

Brown, Radcliffe, (1982), *Sistemas políticos africanos de parentesco e casamento* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Cachado, Rita, (2008), "Entre as casas e o templo, a rua: Comunidade hindu e interações de bairro", Cordeiro, Graça Índias & e Vidal, Frédéric (org.), O lugar da Rua - Espaço, tempo, sociabilidade Lisboa, Livros Horizonte.

Castel, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

Castells, Manuel e Gustavo Cardoso, 2005, "A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política", Imprensa Nacional Casa da Moeda.
Disponível em: URL: http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/Sociedade_em_Rede_CC.pdf

Castles, Stephen, 2007, "Migration and Social Transformation", comunicação apresentada na London School of Economics, 15 de Novembro de 2007.

Disponível em:

URL: <http://www.lse.ac.uk/government/research/resgroups/MSU/documents/eventsRelated/castles151107-presentation.pdf>

Castro, Celso, (1994), "Homo Solitarius: notas sobre a gênese da solidão moderna", Cadernos de Campo, vol. 4, n.4.

Castro, Eduardo Viveiros de, (2002), "O Nativo Relativo", Mana, vol. 8, n. 1.

Challinor, Elizabeth, (2012), "(Ir)responsible mothers? Cape Verdeans and Portuguese social care", International Journal of Migration, Health and Social Care, vol. 8 (1), pp. 12 – 21

Costa, Alfredo Bruto da, Isabel Baptista, Pedro Perista e Paulo Carrilho, (2008), "Um Olhar sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo" em Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo, Lisboa, Gradiva.

Costa, J. Almeida, A. Sampaio e Melo, (Coord.), (1994), *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto, Porto Editora.

De Genova, N. (2002). 'Migrant Illegality and Deportability in Everyday Life', Annual Review of Anthropology 31(1): 419–478.

Douglas, Mary, (1986), *Como Pensam as Instituições*, Lisboa, Instituto Piaget.

Ekman, Paul, (2003), *Emotions Revealed*, New York, Times Books.

Fedorak, Shirley, (2012), *Anthropology Matters*, Toronto, University of Toronto Press.

Fonseca, M. L. et. al., (2007), "Saúde e integração dos imigrantes em Portugal: uma perspectiva geográfica e política", Revista Migrações, 1, Lisboa. Observatório da Imigração, ACIDI, pp. 27-52.

Fonseca, M. L., (2003), Integração dos Imigrantes: Estratégias e Protagonistas, Conferência efetuada no I Congresso "Imigração em Portugal: Diversidade Cidadania e Integração", Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 18-19 de Dezembro de 2003.

Foucault, Michel, (2009), *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, Petrópolis: Vozes.

Frangella, S., (2013), ["Fomos conhecer um tal de Arroios": construção de um lugar na imigração brasileira em Lisboa], Domingos, N. & Peralta, E. (Eds.), Cidade e império - dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais (pp. 463-502). Lisboa: Edições 70.

Geertz, C., (2008), A Interpretação das Culturas, Rio de Janeiro, LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora SA pp 65-93.

Gilroy, (2007), *Critical and Cultural Theory*, USA, Routledge.

- Goffman, Erving (1985), *A representação do eu na vida quotidiana*, Petropolis, Edições Vozes.
- (2009) Batalha, Luís, (2009), [Cabo-verdianos em Portugal: "Comunidade" e Identidade], In Comunidade(s) Cabo-verdiana(s) - As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-verdiana, Pedro Góis (org.), Lisboa: ACIDI, pp. 25-36.
- Goldberg, David Theo, (1994), *Multiculturalism: A Critical Reader*, USA, Blackwell Publishers.
- Goldman, Laurence R. (org.), (2000), *Social Impact Analysis: An Applied Anthropology Manual*. Oxford, Berg.
- Hacking, I., (1995), "The looping effects of human kinds?", In Sperber and Premack, (eds.), *Causal Cognition. A Multidisciplinary Approach*, Clarendon Press, 351-383.
- Hall, Edward T., (1986), *A Dimensão Oculta*, Lisboa, Relógio d'Água.
- Hannerz, U., (2003), "Being there... and there... and there! Reflections on multi-site ethnography", *Ethnography*, 4 (2), 201-216.
- Henriques, Isabel, Miguel Vieira, (2013), *Cidades em Angola: construções coloniais e reinvenções Africanas*, in Domingos, Nuno, Elsa Peralta, *Cidade e império: dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*, Lisboa, edições 70.
- Herbert, Ulrich, (1986), *A History of Foreign Labor in Germany, 1880-1980: Seasonal Workers/Forced Laborers/Guest Workers*, Michigan, University of Michigan Press.
- Inda, Jonathan Xavier. 2011. "Borderzones of Enforcement: Criminalization, Workplace Raids, and Immigrant Counter-Conducts." em *The Contested Politics of Mobility: Borderzones and Irregularity*. Vicki J. Squire, ed. Pp. 74-90. London: Routledge.
- Jackson, John A., (1991), *Migrações*, Lisboa, Escher.
- Khosravi, Shahran, *Journal of International Political Theory*, 6(1) 2010, 95–116. Edinburgh University Press 2010
- Lechat, P., (2001), "Economia Moral um conceito bom para pensar economia solidária?", *Ciências Sociais Unisinos*, Unisinos. São Leopoldo, v. 37.
- Lechner, Elsa, (2007), "Imigração e saúde mental", *Revista Migrações - Número Temático Imigração e Saúde*, (1), Lisboa, ACIDI, pp. 79-101.
- Levi-Strauss, Claude, (1955) 2011, *Raça e História*, Lisboa Edições 70.
- Lévi-Strauss, Claude, (2011), *Tristes Trópicos*, Edições 70.
- Lima, Antónia (2015) (org.), "Cuidado em Momentos de Crise, Apoio Solidariedade e Mutualidade", Lisboa, *Mundos Sociais*, (forthcoming).
- Luís, Cecília, (2015), "When the state doesn't care", comunicação apresentada no âmbito do fecho do projecto Care as sustainability in crisis situations, ISCTE, 2 e 3 de Junho de 2015, Lisboa.
- Luís, Cecília, 2013, *A Almirante Reis Policromática - Um Trabalho de Campo: dos sapatos Christian Louboutin às sandálias de borracha disciplina de Multiculturalidade*, trabalho não publicado, ISCTE-IUL.
- Maciel, Maria Eunice, (2005), "Identidade Cultural e Alimentação", In Canesqui, A. M. e Garcia, R. W. D. (Orgs.). *Antropologia e Nutrição: um diálogo possível*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 49-55.
- Machillot, Didier, (2012), *Pour une anthropologie des stéréotypes: quelques propositions théoriques*. *Horizontes Antropológicos*, vol.18, n.37, 73-101.

Mapril, José, (2008), [“A “Modernidade” do Sacrifício Qurban, lugares e circuitos transnacionais entre bangladeshis em Lisboa”], tese de doutoramento defendida em Lisboa, no Instituto de Ciências Sociais.

Machado, Fernando Luís e Azevedo, Joana (2008), “A investigação sobre imigração e etnicidade em Portugal: tendências, vazios e propostas”, in *Revista Migrações*, Abril 2009, n.º 4, Lisboa: ACIDI, pp. 7-31

Machado, Fernando Luís, (1994), "Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade", *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, 16, pp.111-134.

Malheiros, Jorge (2007), "Imigração brasileira em Portugal", Lisboa : Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Malinowski, Bronislaw, (1992), *Argonauts of the Western Pacific : an account of native enterprise and adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea*, London, Routledge.

Mapril, José (2012), *Islão e Transnacionalismo: Uma etnografia entre Portugal e o Bangladesh*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

Marcondes, Danilo, (2004), *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

Marcus, George, (1995), "Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography" *Annual Review of Anthropology*, Vol. 24 pp. 95-117.

Marcus, George E., (2012), *Ethnography and virtual worlds: a handbook of method*, Princeton, Princeton University Press.

Martin, Jeannett, (2012), *Rethinking Care: Anthropological Perspectives on Life Courses, Kin Work and their Trans-Local Entanglements*, Berlin, H-Soz-u-Kult .

Martin-Mattews, Anne, Juditt & Phillips, (2010), *Aging and Caring at the Intersection of World*, New York, Taylor & Francis Group.

Mauss, Marcel, (2008), *Ensaio Sobre a Dádiva*, Lisboa, Edições 70.

Maxwell, Kennet, (1985), “As colónias portuguesas e a sua descolonização”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol.15/16/17.

Mendes, José M. O., (2010), “Pessoas sem voz, redes indizíveis e grupos descartáveis: os limites da teoria do actor-rede”, *Análise Social*, vol. XLV (196), pp.447-465.

Policarpo, Monteiro, Teresa Líbano (coord) (2014), "Imigrantes sem-abrigo em Portugal" , *Revista Migrações*, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, Estudos OI:51.

Nolan, Riall (1990) *Culture Shock and Cross-Cultural Adaptation Or, I Was OK Until I Got Here. Practicing Anthropology: Fall*, vol. 12, 4, pp. 2-20.

Oliveira, Isabel T., (2007), “Emigração, retorno e reemigração na primeira metade do século XX”, *Análise Social*, vol. XLII (184), 2007, 837-852.

O'Neill, Brian Juan,(1984), *Proprietários, lavradores e jornaleiros: desigualdade social numa aldeia transmontana, 1870-1978*, Lisboa Edições D. Quixote.

O'Rourke, Kevin H. & Williamson, Jeffrey G. (2002), "When did globalisation begin?", *European Review of Economic History*, Cambridge University Press, vol. 6(01), pages 23-50.

- Pamwell, M., (1993), *Population movements and the third world*, New York, Routledge.
- Papademetriou, D. G., (2008), *A Europa e os seus Imigrantes no século XXI*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- Paperman, P., (2005), "Les gens vulnérables n'ont rien d'exceptionnel". In P. Paperman e S. Laugire (orgs.), *Le souci des autres. Éthique et politique du care*, Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, pp. 281-297.
- Piketty, Thomas, (2015), *A Economia da Desigualdade*, Paris, Éditions La Découverte.
- Pussetti, Chiara, (2010), "Identidades em crise: imigrantes, emoções e saúde mental em Portugal", *Saúde Soc. São Paulo*, vol.19, n.1, pp.94-113.
- Quintais, Luís, (2000), *As Guerras Coloniais Portuguesas e a Invenção das História*, Lisboa ICS.
- Reyes, Jorge, (2010), *Chinos en Asturias: La Reciprocidad en el império del Cálculo*, Gijón, Red de Museus Etnográficos de Asturias.
- Rodrigues, Irene, (2012), "Ser laowai: o estrangeiro antropólogo e o estrangeiro para os migrantes chineses entre Portugal e a China", *Etnográfica*, vol. 16 (3) | 2012, pp. 547-567.
- Rodrigues, Irene, (2008), *No feminino singular: identidades de género de mulheres chinesas migrantes em Lisboa*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Santinho, Cristina, 2013, "Afinal, que asilo é este que não nos protege?", *Etnográfica*, Vol. 7, 1, pp. 5-29.
- Santos, Boaventura de Sousa, (2009), "Direitos humanos - O desafio", *Revista Direitos Humanos*, Vol. 2 (Julho), pp.10-18.
- Santos, Vanda, (2004), "O Discurso Oficial do Estado sobre a Emigração dos anos 60 a 80 e Imigração dos anos 90 à atualidade", Porto, Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).
- Saraiva, Clara, (2011), "Energias e curas: a Umbanda em Portugal", *Revista Pós Ciências Sociais, Dossier Religiões Afro-Americanas e diversidade UFMA*, vol. 8, 55-76.
- Sardinha, João, (2010), "Estratégias identitárias e esquemas de integração: os posicionamentos das associações angolanas, brasileiras e da Europa de Leste em Portugal", em Ana Paula Beja Horta (org.), *Revista Migrações - Número Temático Associativismo Imigrante*, Abril 2010, n.º 6, Lisboa: ACIDI, pp. 59-80.
- SARRÓ, Ramon, e Antónia Pedroso de LIMA, (2006), "Já dizia Malinowski: sobre as condições da possibilidade da produção etnográfica", em Antónia Pedroso de Lima e Ramon Sarró (orgs.), *Terrenos Metropolitanos: Ensaio sobre Produção Etnográfica*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 17-34.
- Sawicki, Frédéric, Johanna Siméant, *Inventário da sociologia do engajamento militante. Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses*, *Sociologias* vol.13 no.28 Porto Alegre Sept./Dec. 2011
- Sayad, Abdelmalek, (1991), *A Imigração*. São Paulo, Edusp- Editora da Universidade de São Paulo.
- Simmel, George, (1986), *El Individuo y La Libertad: Ensayos de Crítica de la Cultura*, Barcelona, Ediciones 72.
- Schiller, Nina et al, (1995), "From Immigrant to Transmigrant: Theorizing Transnational Migration", *Anthropological Quarterly*, Vol 68, n.º 1, (Jan. 1995), pp. 48-63.

Schrooten, Mieke, (2010), "Virtual migrant communities: 'Orkut' and the Brazilian case COMCAD Arbeitspapiere - Working Papers General Editor: Thomas Faist No. 80, 2010.

Sorre, Maximilien, (1943), *Les Fundements Biologiques de la Géographie Humaine, Essai d'une écologie de l'homme*, Paris, Armand Colin.

Strange, S., (1996), *The Retreat of the State: The Diffusion of Power in the World Economy*, Cambridge, Cambridge University Press.

Tomás, Júlia, (2008), "A invisibilidade social, uma perspectiva fenomenológica", comunicação apresentada no VI Congresso Português de Sociologia, *Mundos Sociais: Saberes e Práticas*.

Tiesler, N., (2000), 'Muçulmanos na margem: A nova presença islâmica em Portugal', *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 34, pp. 117-144.

Venson, Anamaria Marcon, Pedro, Joana Maria, (2012), Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia, *História Oral*, vol. 15, n. 2, pp. 125-139.

Vertovec, Steve, (2002), "Transnational networks and skilled labour migration", *Ladenburger Diskurs "Migration" Gottlieb Daimler- und Karl Benz-Stiftung, Ladenburg, 14-15 February 2002 Working Paper WPTC-02-02*.

Vertovec, S., (2000), *The Hindu Diaspora: Comparative Patterns*, Londres, Routledge.

Vianna, Carlos, (2010), "O desafio das associações de imigrantes", em Ana Paula Beja Horta, (org.), *Revista Migrações - Número Temático Associativismo Imigrante*, Abril, 2010, n.º 6, Lisboa, ACIDI, pp. 219-232.

Outras referências

Diário da República, I.ª série — N.º 23 — 4 de Julho de 2007 (Aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional)

Disponível em: URL: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2007/07/12700/42904330.pdf>

Despacho n.º 25 360/2001 do Diário da República n.º 286, II Série, de 12 de Dezembro

Disponível em: URL: http://www.acss.min-saude.pt/Portals/0/25360_2001.pdf

Art.º 3.º, alínea 2 do Decreto-Lei 31/2014 de 27 de Fevereiro, nas atribuições a) e b) do ACM:

Disponível em: URL: <http://dre.tretas.org/dre/315776/>

Guia Prático do Subsídio de Desemprego

Disponível em: URL: http://www4.seg-social.pt/documents/10152/15007/subsidio_desempreg

Programa "Gente Como Nós" (dedicado à Solidariedade Imigrante - emissão de 17.11.2012)

Disponível em: URL: <http://www.acidi.gov.pt/noticias/visualizar-noticia/50a4e13d9a94c/programa-%22gente-como-nos%22-dedicado-a-solidariedade-imigrante>
(Consultado em 17.06.2015)

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação Portaria n.º 1262/2009 de 15 de Outubro DR.

Disponível em: URL: <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2009/10/20000/0779707799.pdf>

"Guia Orientadora de boas práticas para a prevenção de sintomatologia depressiva e comportamentos da esfera suicidária", 2012, Ordem dos Enfermeiros

Disponível em: URL: http://www.ordemenfermeiros.pt/publicacoes/documents/gobp_mceesmp.pdf

“Economia Social e Solidária e o Desafio do Desenvolvimento Sustentável”, Documento de Posicionamento pela Força-Tarefa de Interagências das Nações Unidas sobre Economia Social e Solidária (FTSS), julho 2014.
Disponível em: [URL:http://unsse.org/wp-content/uploads/2014/08/Position-Paper_TSFFE_Port1.pdf](http://unsse.org/wp-content/uploads/2014/08/Position-Paper_TSFFE_Port1.pdf)
(Consultado em 19.06.2015)

Alto Comissariado para as Migrações
Disponível em: URL: <http://www.acm.gov.pt/inicio>
(Consultado em 19.06.2015)

Câmara Municipal de Lisboa (Centro Local de Apoio à Integração dos Imigrantes)
Disponível em: URL: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/intervencao-social/interculturalidade/centro-local-de-apoio-a-integracao-de-imigrantes-claii>
(Consultado em 19.06.2015)

Fundação Francisco Manuel dos Santos- POP-Portal da Opinião Pública (Imigração boa para a economia?)
Disponível em: <http://www.pop.pt/pt/grafico/os-grupos-sociais/imigracao-boa-para-a-economia/pt/?colors=pt-0>
(Consultado em 19.06.2015)

Movimento Cidadania em Rede
Disponível em: <http://www.cidadaniaemrede.pt/>
(Consultado em 19.06.2015)

Observatório da Imigração
Disponível em: <http://www.oi.acidi.gov.pt/>
(Consultado em 19.06.2015)

Pordata - Taxa de privação material severa
Disponível em:
<http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+priva%C3%A7%C3%A3o+material+severa-2358>
(Consultado em 21.06.2015)

SEFSTAT: http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2014.pdf
(Consultado em 19.06.2015)

Filmografia

Tréfaut, Sérgio (2004), *Os Lisboaetas*, Faux, 1h40m.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5pZhh047ibU>

Consultado em: 21.06.2015)



Imagem 1 - Manifestação do 1.º de Maio



Imagem 2 - "Fotos sem cabeça"



Imagem 3 - "Igualdade e justiça"



Imagem 4 - Sobre a criminalização dos imigrantes



Imagem 5 - Sobre a invisibilidade institucional



Imagem 6 – Associação presente na manifestação do 1.º de Maio



Imagem 7 - Simpatizantes e voluntários da Associação Solidariedade Imigrante



Imagem 8 – “todos somos gente”



Imagem 9 - Cartazes

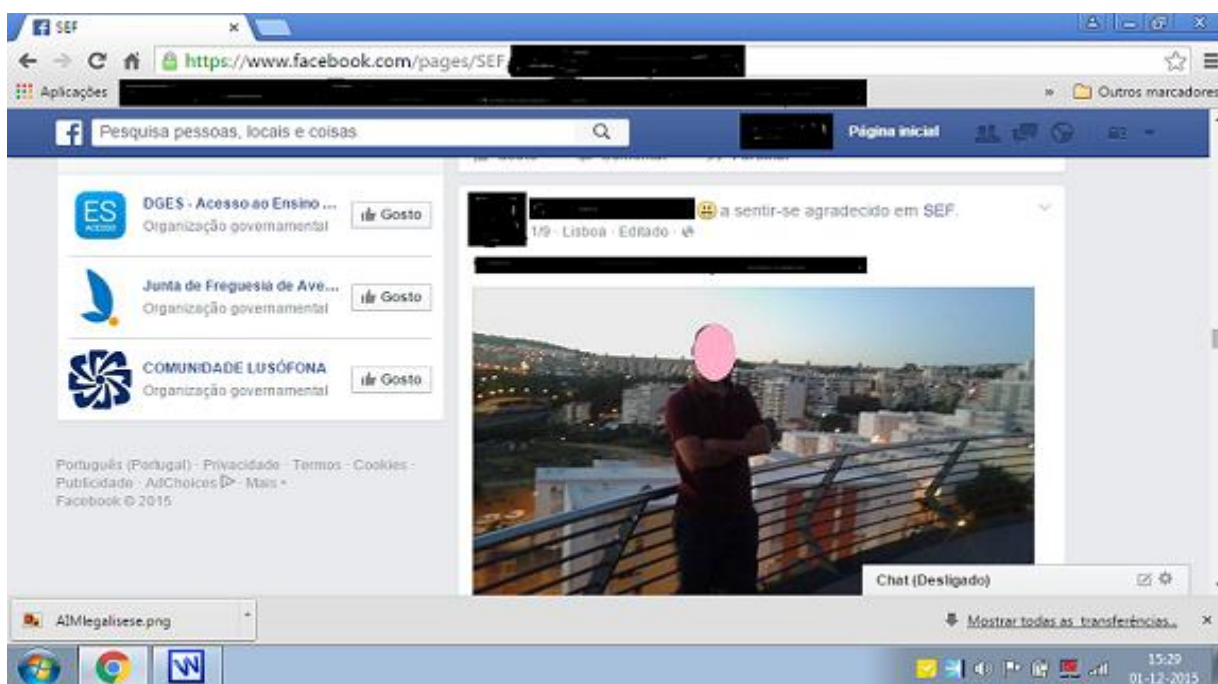


Imagem 10 – Os agradecimentos ao SEF



Imagem 11 – A partilha do primeiro cartão nas redes sociais

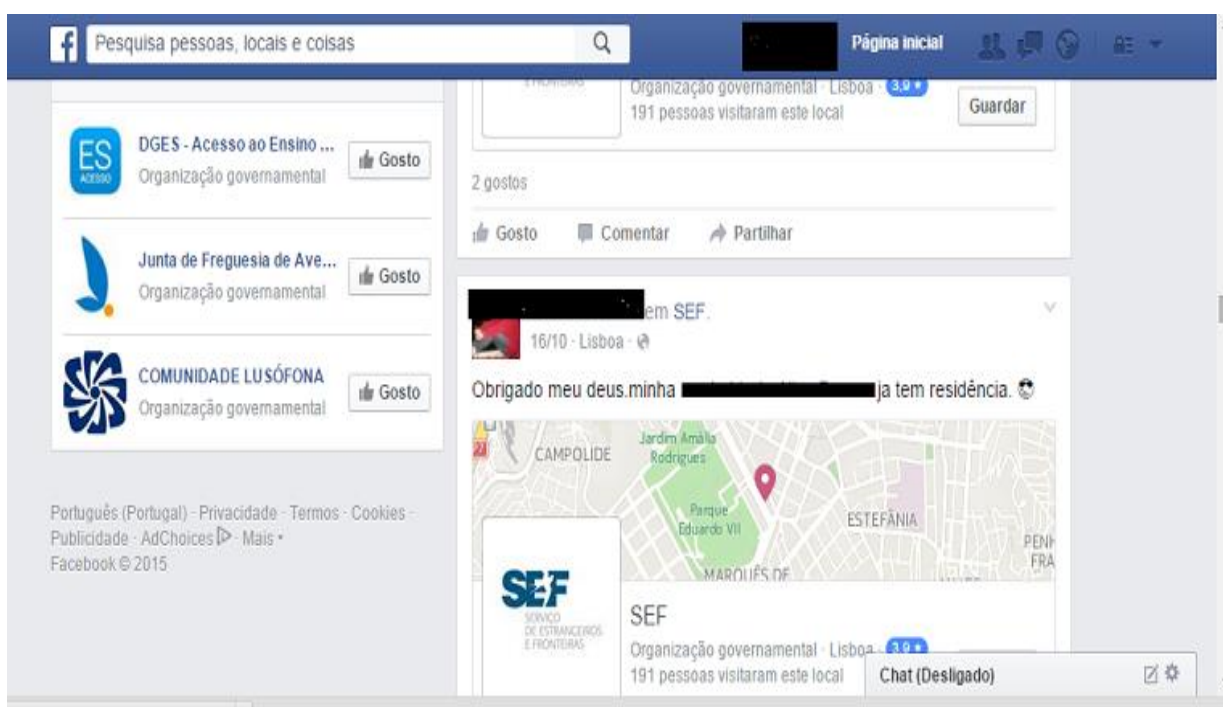


Imagem 12- O agradecimento a Deus



Imagem 13 - Representação da Ucrânia no Festiva ImigrArte



Imagem 14 - Danças Tradicionais dos Manjacos (Federação das Associações de Imigrantes e amigos do sector da Calequisse)



Imagem 15 – Batoto Yetu



Imagem 16 – Martim Moniz durante o Festival Todos